

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
Programa de Pós-Graduação em História

MESTRADO

DARLOS FERNANDES DO NASCIMENTO

O PERIODISMO POLÍTICO-PARTIDÁRIO GOIANO
ENTRE 1945 E 1964

Goiânia

2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

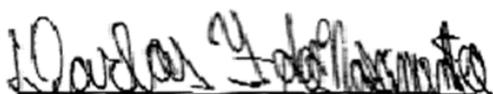
Nome completo do autor: Darlos Fernandes do Nascimento

Título do trabalho: O periodismo político-partidário goiano entre 1945 e 1964

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do (s) arquivo (s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do (a) autor (a) ²

Data: 21 / 12 / 2016

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

DARLOS FERNANDES DO NASCIMENTO

**O PERIODISMO POLÍTICO-PARTIDÁRIO GOIANO
ENTRE 1945 E 1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais

Goiânia

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Nascimento, Darlos Fernandes do
O periodismo político-partidário goiano entre 1945 e 1964
[manuscrito] / Darlos Fernandes do Nascimento. - 2016.
169 f.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2016.

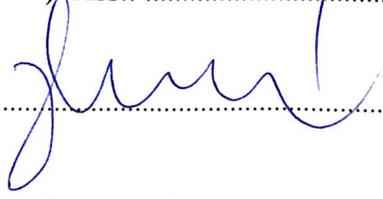
1. . I. Arrais, Cristiano Pereira Alencar, orient. II. Título.

CDU 94(817.3)

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado **Darlos Fernandes do Nascimento**. Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis (2016), com início às 14h30min, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado do estudante **Darlos Fernandes do Nascimento**, cujo título foi **“O PERIODISMO POLÍTICO-PARTIDÁRIO GOIANO ENTRE 1945 E 1964”**. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº044/16-FH, de 18 de agosto de 2016, pelos seguintes Professores Doutores: **Cristiano Pereira Alencar Arrais (UFG)**, **Fabiane Costa Oliveira (IFG)** e **David Maciel (UFG)** e, como suplente, **Noé Freire Sandes (UFG)**. Os Examinadores arguiram na ordem acima citada. Às 17^{as} horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato.....

Prof. Dr. **Fabiane Costa Oliveira (IFG)** Ass.: 

Decisão (... Aprovado))

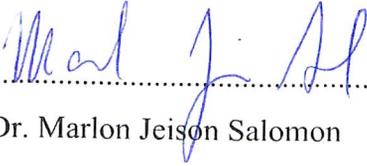
Prof. Dr. **David Maciel (UFG)** Ass.: 

Decisão (... Aprovado))

Presidente da Banca Prof. Dr. **Cristiano Pereira Alencar Arrais (UFG)** Ass.: 

Decisão (... Aprovado))

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Héliida Carolinne Medeiros de Moraes Silva, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenador: 

Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon

Secretária: 

Héliida Carolinne Medeiros de Moraes Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fernanda, minha esposa, que, muito mais do que ter me ajudado no mestrado, desde a fase de visita aos arquivos até a fase da escrita, é tudo na minha vida, meu grande amor e minha felicidade.

Agradeço aos meus pais, Seu Carlos e Dona Dalila, que sempre me compreenderam e me apoiaram nas minhas decisões e forneceram todas as condições para que eu pudesse trilhar uma carreira acadêmica e profissional.

Agradeço aos meus sogros, Seu Manoel e Dona Valdenir, que nos últimos anos de convívio frequente cuidaram de mim como se eu fosse um filho.

Agradeço ao professor Cristiano, meu orientador, que teve muita paciência com a minha indisciplina e me ajudou a crescer como historiador.

Agradeço aos professores Noé e David, que leram meus rascunhos e me deram bons conselhos.

Agradeço à professora Fabiane, que aceitou o convite para integrar a banca examinadora.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

Agradeço a todos os professores, funcionários e colegas da Faculdade de História da UFG pelos momentos inesquecíveis que compartilhamos.

Agradeço aos amigos que estão ao meu lado nos momentos de alegria e de tristeza.

RESUMO

Pretendo reconstituir as atuações político-partidárias realizadas em Goiás pelos periódicos *O Popular*, *Folha de Goiás*, *O Social*, *Jornal do Povo*, *O Debate*, *Jornal de Notícias* e *Cinco de Março* entre 1945 e 1964. Para tanto, além da análise destas fontes, me debruçarei sobre um conjunto de obras memorialistas e historiográficas que fazem referência aos agentes que os orbitavam. Essa pesquisa norteou-se pela hipótese de que esses periódicos, ao proferirem suas sentenças, atuaram politicamente, de acordo com as condições de possibilidade estabelecidas pela correlação de forças na qual estavam inseridos, produzindo atos de fala que buscaram convencer e mobilizar seus leitores. Espero que os resultados alcançados nessa dissertação possam contribuir com o debate acadêmico-científico desenvolvido em áreas como a História de Goiás e a História Política.

Palavras-chave: periodismo político-partidário; periódicos; atos de fala; História de Goiás; História Política.

ABSTRACT

I intend to rebuild the party political actions carried out in Goiás by periodic *O Popular*, *Folha de Goiaz*, *O Social*, *Jornal do Povo*, *O Debate*, *Jornal de Notícias e Cinco de Março* 1945 and 1964. Therefore, in addition to the analysis of these sources, I look into next on a set of memoirs and historical works that refer to agents that orbited. This research guided by the assumption that these journals, to utter their sentences, acted politically in accordance with the conditions of possibility established by the correlation of forces in which they were entered, producing speech acts that sought to convince and mobilize their readers. I hope that the results achieved in this thesis can contribute to the academic and scientific debate developed in areas such as History of Goiás and Political History.

Keywords: political-party journalism; journals; speech acts; History of Goiás; Political History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – PERCURSOS POLÍTICOS DO PERIODISMO GOIANO	21
1.1. O CRESCIMENTO DE <i>O POPULAR</i> E DA <i>FOLHA DE GOIAZ</i>	23
1.1.1. As fundações	26
1.1.2. As alianças com Ludovico	30
1.2. A RIVALIDADE ENTRE <i>O SOCIAL</i> E <i>JORNAL DO POVO</i>	37
1.2.1. A aquisição de <i>O Social</i> e a fundação do <i>Jornal do Povo</i>	38
1.2.2. A rivalidade	42
1.3. AS MIGRAÇÕES DE <i>O POPULAR</i> E <i>FOLHA DE GOIAZ</i>	50
1.3.1. O rompimento de Câmara Filho e a renovação de Castro Costa.....	50
1.3.2. <i>A Folha de Goiaz</i> vai, mas <i>O Popular</i> volta	55
1.4. <i>O DEBATE</i> , <i>JORNAL DE NOTÍCIAS</i> E <i>CINCO DE MARÇO</i> : AS VOZES DAS NOVAS FRENTES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS	61
1.4.1. <i>O Debate</i> : de situação à oposição	61
1.4.2. O antiludoviquismo do <i>Jornal de Notícias</i>	66
1.4.3. A herança nasserista e a renovação das oposições do <i>Cinco de Março</i>	71
1.5. A HEGEMONIA LUDOVQUISTA	74
1.5.1. <i>O Politiqueiro</i>	75
1.5.2. <i>Folha de Mercenários</i>	82
CAPÍTULO II – O PERIODISMO POLÍTICO-PARTIDÁRIO GOIANO NA COBERTURA DOS ACONTECIMENTOS	87
2.1. MANDONISMO, JAGUNCISMO E LIBERDADE DE IMPRENSA	87
2.1.1. O governo udeno-pessepista e a tradição caiadista	88
2.1.2. O governo ludoviquista e a tradição estado-novista	94
2.2. AS LUTAS CAMPONESAS.....	98
2.2.1. A Luta do Arrendo	98

2.2.2. A Revolta Camponesa de Trombas e Formoso	102
2.3. POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO	104
2.3.1. Pela transferência da sede da Estrada de Ferro Goiás	105
2.3.2. Em nome da construção de Brasília	107
2.4. A CRISE DA INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA	110
2.4.1. O Golpe de 1964 em Goiás	110
2.4.2. A deposição de Mauro Borges	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS	133
ARQUIVOS.....	133
FONTES	134
BIBLIOGRAFIA	156
ANEXOS	164

INTRODUÇÃO

A intensa mobilização política e social experimentada no Brasil entre as ditaduras varguista e militar motivou a escolha pelo período estudado nessa pesquisa. Porém, em se tratando de atividade jornalística, isso não implica em dizer que as ditaduras brasileiras conseguiram exercer uma censura plena, nem que no período abordado os periódicos poderiam publicar o que bem entendessem. Como veremos, embora não houvesse uma censura sistemática, centralizada e legalizada durante a denominada experiência democrático-liberal-populista, os diretores e redatores dos periódicos analisados, antes de publicarem seus respectivos números, preocuparam-se bastante com as condições estabelecidas pelas relações de força que os cercavam.

Apesar de ter encontrado, na leitura da documentação, indícios de permanências de práticas autoritárias típicas de governos ditatoriais, não é o objetivo desse trabalho questionar se de fato houve democracia no Brasil entre 1945 e 1964. Muito menos tecer uma análise conceitual acerca do referido termo. Pretendo, isso sim, reconstituir o debate político-partidário realizado através dos periódicos goianos *O Social*, *O Popular*, *Folha de Goiaz*, *Jornal do Povo*, *O Debate*, *Jornal de Notícias* e *Cinco de Março* nesse período. Para tanto, buscarei identificar mudanças e permanências referentes aos seus contextos sociais e políticos, analisar o modo como as notícias e matérias eram publicadas e mapear os grupos políticos que os orbitavam.

Os periódicos supracitados, ao serem reconhecidos como intérpretes por excelência da realidade cotidiana, produziram memórias que transitaram entre esses grupos políticos. A esse respeito, convém ressaltar que a memória não é “do” grupo, entidade sem qualquer base orgânica; mas há uma memória “no” grupo, tal como nos esclarece Aleida Assmann (2011). Por sua vez, essa memória coletiva não é constituída por uma alma coletiva ou espírito coletivo; no entanto, consiste, tão somente, na sociedade com seus signos e símbolos; compartilhados, muitas vezes, até entre indivíduos que não se conhecem, mas que estão vinculados pela coexistência espaço-temporal (NORA, 1993).

O propósito deste trabalho não é o de utilizar esses periódicos apenas como fontes, a fim de contar a história da sociedade que os circunscreveram; mas de pensar suas fundações e suas publicações como acontecimentos e, deste modo, conectá-los a partir de determinadas “condições necessárias”; buscando “reconstituir e explicar” a atividade

periodicista e suas implicações políticas em Goiás (WALSH, 1978: 194-195). É oportuno salientar que esses acontecimentos, da forma como foram usados nesta dissertação, serão analisados sob a perspectiva do historiador alemão Reinhart Koselleck (2006), na medida em que o autor enfatiza que acontecimentos podem ser narrados, enquanto que as estruturas só podem ser descritas. No entanto, “na prática, o limite entre a narração e a descrição não podem ser mantidos; já na teoria dos tempos históricos, os níveis que abrigam as diferentes extensões temporais não se interpenetram completamente”. Ademais, para o autor, acontecimento também não é sinônimo de eventos, os quais “são isolados ex post da infinidade dos acontecimentos, ou para usar uma linguagem burocrática, são retirados dos arquivos, podem ser experimentados pelos próprios contemporâneos como um conjunto de fatos, como uma unidade de sentido que pode ser narrada” (KOSELLECK, 2006: 133).

Ao utilizar a metodologia escolhida por Arrais (2013) na abordagem do periodismo político goiano nas décadas de 1920 e 1930, ressalto que o meu interesse não se encontra na avaliação da capacidade ou da honestidade desses periódicos no papel de transmissores de informações; submetendo-os à verificação dos seus “enunciados constatativos”, os quais constituem-se na utilização de uma “sentença para afirmar ou negar algo, podendo ser verdadeira ou falsa” (AUSTIN, 1990: 21). Concentro-me sim na investigação do sucesso dos “enunciados performativos” proferidos em suas matérias; os quais, “por dizermos ou ao dizermos algo, estamos fazendo algo” (AUSTIN, 1990: 29). Tratam-se de “atos locucionários”, porquanto “dizem algo”; de “atos ilocucionários”, pois realizam-se “na linguagem”; e de “atos perlocucionários”, uma vez que se efetivam “pela linguagem” (AUSTIN, 1990: 85-94).

Ora, é justamente pelo fato de dizerem e realizarem algo que os periódicos podem atuar na esfera político-ideológica, no intuito de convencer e mobilizar os leitores, e econômico-financeira, visando ao aumento das vendas de seus respectivos exemplares (GRAMSCI, 2000). Nesse sentido, os periódicos buscam satisfazer, criar e desenvolver as necessidades dos seus leitores, sem, no entanto, deixarem de favorecer a classe à qual pertencem os seus proprietários (GRAMSCI, 2000).

Tanto os periódicos quanto os protagonistas envolvidos na trama político-partidária foram tratados, nesta dissertação, como sujeitos, visto que ambos receberam um espaço de locução devido a cada qual. Esse viés de análise, não comumente praticado pelos historiadores, só foi possível graças à utilização do aparato teórico-metodológico desenvolvido pelo historiador norte-americano Dominick LaCapra, o qual derruba as

principais dicotomias já consagradas pela história canônica, dentre elas a do sujeito/objeto. Para LaCapra (1998), tal par conceitual não pode ser separado, uma vez que um serve de espelho ao outro, ou seja, ao se lançar luz sobre o objeto, o sujeito também será iluminado. Dessa forma, os periódicos não são apenas nossos objetos de estudo, mas, também, nossos sujeitos, os quais, ao interagirem com jornalistas, advogados, engenheiros, médicos, políticos e leitores, puderam ser analisados neste estudo.

No primeiro capítulo, analisarei os periódicos selecionados. Essa seleção fundamentou-se no critério da importância que possuíam à época, verificada na existência de um intenso fluxo de correspondências entre os mesmos, e na disponibilidade de um acervo de exemplares em quantidade satisfatória, ainda que apresentasse inúmeras lacunas. Nessa análise, reconstituirei os caminhos percorridos pelos periódicos, tanto no que se refere aos aspectos técnicos, tais como a tecnologia utilizada na produção, a periodicidade, a localização das redações e oficinas, a organização e composição do quadro de funcionários, dentre outros, quanto no que tange às relações com grupos político-partidários, evidenciando as escolhas feitas por cada um nos momentos de reconfiguração da arena político-eleitoral.

No segundo capítulo, analisarei a cobertura dos periódicos goianos em relação aos acontecimentos que mais repercutiram entre os mesmos. Nessa análise, realizarei uma comparação diacrônica acerca do modo como um mesmo periódico aborda temas semelhantes de formas diversas e uma comparação sincrônica sobre a maneira como vários periódicos noticiam um mesmo acontecimento, conectando o contexto histórico à trama político-partidária dos periódicos goianos mapeada no primeiro capítulo. Ademais, reconstituirei o debate entre os mesmos, destacando suas estratégias argumentativas.

Diante das dificuldades relacionadas às lacunas no conjunto de periódicos disponíveis e à natureza das biografias, buscarei entrecruzar tais fontes e aproximar o olhar sobre as atuações políticas dos homens por trás dos periódicos, afastando-me da relativa estabilidade das coerências e coesões próprias das instituições coletivas (LEVI, 1996). Esse movimento em perspectiva contribui para a realização de novas leituras acerca da História de Goiás, produzindo conhecimento histórico para além da história memorialista estabelecida.

Os resultados alcançados nessa pesquisa foram mobilizados pela hipótese de que as páginas dos periódicos analisados continham “atos de fala” impressos (AUSTIN, 1990), os quais possibilitaram, para além da reprodução de um conjunto de ideias

compartilhadas entre seus leitores, uma atuação política situada, articulada e direcionada. Essa atuação teria ocorrido por meio de estratégias argumentativas que demarcaram um campo de experiência caracterizado pela elevada capacidade de adaptação ideológica às relações de força estabelecidas e pelo incessante esforço de homogeneização e conciliação dos atores políticos; orientando e mobilizando emissores e receptores e, portanto, criando uma realidade social distinta da que existia.

Ao pesquisar, nos arquivos e bibliotecas, rastros dessa intensa atividade, a qual denomino periodismo político-partidário, considero estar operacionalizando certos instrumentos de pensamento que conectam o tempo vivido ao tempo universal. Essa conexão, que humanizaria o tempo físico e cosmologizaria o tempo fenomenológico, se constituiria num tempo híbrido, o qual, segundo Ricoeur (1997), seria o próprio tempo histórico. Nesse sentido, a despeito de me ater tanto à cronologia quanto às subjetividades existentes nos bastidores dos periódicos analisados, tenho a consciência de que a construção da narrativa presente nesta dissertação só é possível a partir da existência desse terceiro tempo.

A construção narrativa dessa dissertação, todavia, também dependeu da existência de outras pontes entre o tempo objetivo e o tempo subjetivo (RICOEUR, 1997), através das quais pretendo partir, a fim de costurar a trama analisada a seguir com seu respectivo contexto histórico, ampliando o nível de consciência histórica (RÜSEN, 2001). Deste modo, para entender como e por que periódicos da envergadura de *O Popular* e *Folha de Goiaz* nasceram e cresceram, torna-se fundamental um recuo ao período histórico denominado Estado Novo.

A crise do liberalismo, de acordo com Eric Hobsbawm (1995), foi provocada, dentre outros fatores, pela ocorrência da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Russa e da Crise de 1929 e possibilitou o questionamento das instituições políticas liberais durante o período entreguerras. Esse colapso de valores no seio das democracias liberais alimentou a ascensão de regimes autoritários pela Europa e, posteriormente, por todo o mundo; de modo que “os únicos países europeus com instituições políticas adequadamente democráticas que funcionaram sem interrupção durante todo o período entreguerras foram a Grã-Bretanha, a Finlândia, o Estado Livre Irlandês, a Suécia e a Suíça” (HOBSBAWM, 1995: 115). No início da década de 1920, dos 65 países existentes no globo, haviam 35 governos constitucionais e eleitos. Em 1938, este grupo reduziu para dezessete países. Em 1944, reduziu para doze. Hobsbawm (1995) ressalta que a chegada de Hitler ao poder, em 1933, acelerou o avanço de regimes e movimentos autoritários

pelo mundo. No continente americano, somente o Canadá, os EUA, a Costa Rica, a Colômbia e o Uruguai seguiram ilesos a esse avanço.

No Brasil, tal como se verifica na análise de Maria Helena Rolim Capelato (2003), dentre as inúmeras possibilidades de implementação de projetos nacionais que surgiram a partir da reconfiguração das forças políticas em 1930, Getúlio Vargas estrategicamente escolheu, após sete anos de indefinição, aquelas inspiradas no fascismo europeu, que propunham a criação de um Estado forte, centralizado e autoritário que promovesse o progresso dentro da ordem. Deste modo, com o apoio do Exército e de outras correntes antidemocráticas, Vargas instaurou o Estado Novo em 1937, justificando tal medida pela necessidade de se acabar com a ameaça comunista e alegando que o povo brasileiro ainda não estaria preparado para o exercício da democracia (CAPELATO, 2003).

O levante do PCB em 1935, o seu consequente fracasso, o fortalecimento exponencial das correntes anticomunistas – inclusive apoiadas pela elite de vertente liberal – e a decretação do estado de sítio no país – concedida pelo próprio Congresso Nacional – forneceram as condições favoráveis para que Vargas pudesse executar o Golpe de 1937 sem grandes resistências. Todavia, como este não teve participação popular, os intelectuais estado-novistas empreenderam sistemática propaganda favorável ao novo regime nos jornais e no rádio, buscando legitimá-lo. Esses veículos de comunicação em massa, ademais, passaram a ser regulados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e seus correspondentes estaduais, os Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), que os censuravam e possuíam o poder legal para retirar de circulação os reincidentes. Quando essas propagandas não surtiam o efeito desejado, o cerceamento das liberdades em outros planos e a repressão policial faziam-se presentes. Porém, as instituições e o aparato de repressão e censura estado-novista possuíam suas falhas, de modo que os adversários do varguismo na luta pelo poder e as oposições democráticas continuaram atuando (CAPELATO, 2003).

O Estado Novo, tal como analisa Francisco Luiz Corsi (1997), reduziu a influência das oligarquias estaduais da Primeira República, criou uma elite nacional, centralizou o poder do Estado, extinguindo com o federalismo, e promoveu o desenvolvimento de uma economia solidificada, que não fosse baseada exclusivamente no capitalismo comercial, mas que também pudesse contar com o avanço nacional do capitalismo industrial.

Ângela Maria de Castro Gomes (1988) defende que, com a reforma da legislação trabalhista – que garantia salário mínimo, férias, limitação de horas de trabalho, segurança, carteira de trabalho e justiça do trabalho – promovida por Vargas, muitos

trabalhadores não só se sentiram contemplados como se reconheceram enquanto sujeitos desse processo histórico. Isso se deveu, de acordo com a historiadora, graças à propaganda estado-novista, que se utilizou do imaginário construído pela própria classe operária durante a Primeira República (GOMES, 1988). Entretanto, a legislação e as políticas públicas do Estado Novo não teriam se efetivado em ganhos reais para as camadas populares, como demonstra José Rogério da Silva (1992), mas, tão-somente, serviram à manutenção da ordem. O aumento de preços de produtos essenciais, os baixos salários e o elevado índice de desemprego foram características marcantes do regime discricionário que se acentuaram com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (SILVA, 1992).

A declaração de guerra do Brasil às potências fascistas e a posterior vitória dos Aliados criou, de acordo com Maria do Carmo Campelo Souza (1976), as condições necessárias para a contestação do Estado Novo, visto que a luta ao lado de democracias liberais no intuito de destruir regimes autoritários tornou evidente as contradições da ditadura varguista. Os movimentos oposicionistas cresceram e foram conquistando espaços de locução na mídia. Ao perceberem sua insustentabilidade, os próprios representantes do regime discricionário tentaram atribuir a si mesmos e, principalmente, à Vargas, a iniciativa pela condução do processo de redemocratização (SOUZA, 1976). Não obstante, Souza (1976) ressalta que a elite estado-novista não teve a iniciativa, porém, de fato conduziu tal processo, implementando uma reforma liberalizante da Constituição de 1937 a partir de fevereiro de 1945 e estabelecendo a data da realização de eleições para o executivo e legislativo federal para 2 de dezembro de 1945. Essa conjuntura, de reformulação político-institucional e de manutenção de grande parte das elites estado-novistas no poder, condicionou o nascimento do sistema partidário que vigoraria por duas décadas sob alicerces frágeis: a despeito do golpe militar que depôs Vargas em 29 de outubro, dos quatro partidos com projeção nacional então existentes – a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Comunista do Brasil (PCB), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – o então ditador era presidente dos dois últimos e seu candidato e ex-Ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra (PSD), venceu a eleição presidencial (SOUZA, 1976).

O processo de redemocratização, iniciado em 28 de fevereiro de 1945 com a reforma liberalizante da Constituição de 1937 e oficializado em maio de 1945 com a promulgação da lei eleitoral, levou à legalização do Partido Comunista Brasileiro, à criação de partidos – os quais, pela primeira vez na história do Brasil, deveriam ser de

caráter nacional – e à composição de seus respectivos quadros. A despeito das datas oficiais de fundação dos partidos apresentadas a seguir, diversos grupos políticos espalhados por todo o Brasil iniciaram suas articulações em torno das candidaturas ao executivo e legislativo federal a partir da reforma de fevereiro (SOUZA, 1976).

No dia 7 de abril de 1945 foi fundada a União Democrática Nacional (UDN), reunindo diversas correntes que fizeram oposição ao Estado Novo. Dentre tais correntes, haviam lideranças liberais que apoiaram o movimento trintista, mas que, posteriormente, romperam com Vargas, como, por exemplo, o político mineiro Artur Bernardes, ex-Presidente de Minas Gerais (1918-1922) e ex-Presidente do Brasil (1922-1926), o militar cearense Juarez Távora, comandante tenentista da coluna nordestina em 1930, ex-Ministro dos Transportes (1930) e ex-Ministro da Agricultura (1932-1934), e o jurista paraibano José Américo de Almeida, Procurador Geral do Estado da Paraíba durante a Primeira República, ex-Interventor Federal (1930), ex-Ministro da Viação e Obras Públicas (1930-1934) e pré-candidato situacionista nas eleições presidenciais que não ocorreram devido ao Golpe de 1937. Havia lideranças liberais derrotadas pelo movimento trintista e que permaneceram na oposição, como, por exemplo, o político baiano e primeiro presidente do partido Otávio Mangabeira, deputado federal por dois mandatos e Ministro das Relações Exteriores durante a Primeira República, e o político paulista Júlio Prestes, candidato que venceu Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de março de 1930 e, com a vitória do movimento trintista, fora exilado, retornando ao país apenas em 1945. E havia lideranças socialistas que formavam uma frente autônoma dentro da UDN, denominada Esquerda Democrática (ED), dentre as quais, destacavam-se o político baiano João Mangabeira – deputado estadual e federal durante a Primeira República e eleito deputado constituinte em 1933 – e o político goiano Domingos Netto de Vellasco – Secretário de Segurança Pública de Goiás durante o Governo Provisório (1930-1934), eleito deputado constituinte em 1933 e deputado federal em 1934. Ambos pertenceram ao movimento trintista e romperam com Vargas ao longo da década de 1930, sendo presos em 23 de março de 1936, antes mesmo de se instaurar o Estado Novo, acusados de conspirar um golpe comunista (ABREU, 2001).

No dia 15 de maio, juntamente com lideranças sindicais, Vargas funda o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do qual torna-se o primeiro presidente. No dia 17 de julho de 1945 foi fundado o Partido Social Democrático (PSD), agremiação composta majoritariamente por integrantes que compunham a máquina estatal do Estado Novo e que passa, também, a dispor de Vargas em sua presidência. Em seguida, o PSD lança a

candidatura do general mato-grossense Eurico Gaspar Dutra. Ministro da Guerra (1936-1945), Dutra não participou do movimento trintista, porém, comandou a repressão ao levante comunista em 1935 e colaborou no planejamento e na execução do Golpe de 1937. Dentre os próceres do partido àquela época, vale destacar o político carioca Ernâni do Amaral Peixoto, Interventor Federal do Rio de Janeiro que apoiou o movimento trintista e participou da repressão ao movimento constitucionalista de 1932; o político paulista Fernando de Sousa Costa, ex-Ministro da Agricultura (1937-1941) e Interventor Federal de São Paulo (1941-1945); o político mineiro Benedito Valadares Ribeiro, partícipe do movimento trintista que estava à frente do poder executivo de Minas Gerais desde 1933; o político mineiro Carlos Luz, eleito deputado constituinte em 1933 e nomeado presidente da Caixa Econômica Federal em 1939, permanecendo no cargo até o fim da ditadura varguista; e o político catarinense Nereu Ramos, deputado estadual por dois mandatos em Santa Catarina durante a Primeira República que não participou do movimento trintista e apoiou o movimento constitucionalista de 1932. Eleito governador de Santa Catarina em 1935, alia-se à Vargas, sendo nomeado interventor federal em 1937 (ABREU, 2001).

Além da agitação partidária, o processo de redemocratização foi marcado também por greves, manifestações pró-anistia e pelo queremismo, que consistiu num movimento que defendia a permanência de Vargas no poder até que fosse promulgada uma nova constituição, a fim de que se procedesse à realização de eleição presidencial somente a partir da vigência desta (CAPELATO, 2003). Se é válida a alegação segundo a qual a propaganda estado-novista – em especial, a mitificação do líder – contribuiu para a formação do queremismo (D'ARAUJO, 1996); também podemos afirmar que a base militante do movimento era composta por trabalhadores que tiveram ganhos reais durante a ditadura varguista – principalmente relacionados à legislação trabalhista – e que, portanto, tinham medo de que uma redemocratização sem Vargas pudesse leva-los de volta à precária situação verificada na Primeira República (FERREIRA, 2003a).

Apesar das permanências observadas no regime que sucedeu à ditadura varguista, tais como a manutenção de práticas autoritárias e da política econômica e social, a “efervescência da vida partidária” possibilitou a existência de uma experiência democrática no Brasil (DELGADO, 2003: 132); evidenciada pela proliferação de organizações civis e de partidos políticos².

² Além das grandes agremiações supracitadas, surgiram posteriormente o Partido Republicano (PR), fundado pelo ex-presidente Artur Bernardes em 1945; o Partido de Representação Popular (PRP), fundado por ex-integrantes da extinta Ação Integralista Brasileira em 1945; o Partido Agrário Nacional (PAN),

O sistema pluripartidário brasileiro, todavia, fora condicionado por uma competição dicotômica entre as forças getulistas, representadas pelo PSD e pelo PTB, e as forças antigetulistas, reunidas principalmente na UDN (DELGADO, 2003). Tal configuração se altera circunstancialmente apenas no final da década de 1950, quando o PSD se alia à UDN no Congresso Nacional para impedir a aprovação do projeto de reforma agrária proposto pelo PTB; que, com a morte de Vargas em 1954, teria iniciado um processo de fortalecimento do trabalhismo reformista dentro do partido, inclusive com o acolhimento de inúmeros militantes comunistas – na ilegalidade desde a cassação do registro do PCB em 1947 – em seu quadro de membros (DELGADO, 2003). Enquanto o PTB se diferenciava entre os grandes partidos por possuir um programa bem definido em relação às questões sociais, o PSD e a UDN – a despeito do contexto de suas fundações e das disputas por poder que os colocavam em lados opostos – mostravam-se conservadores, sendo compostos majoritariamente pelas elites econômicas (DELGADO, 2003).

Herdeiro da máquina estatal estado-novista e reconhecido pelo seu fisiologismo, o PSD sagrou-se como o partido mais vitorioso nas eleições ao executivo e legislativo federal durante a Quarta República Brasileira: coligado com o PTB, elegeu à presidência da república os pessedistas Dutra em 1945 e Kubitschek em 1955 e o petebista Vargas em 1950, perdendo somente o pleito de 1960 para Quadros, do inexpressivo Partido Democrata Cristão (PDC), coligado com a UDN (HIPOLITO, 1985).

A partir de 1958, com o desgaste dos partidos proveniente das articulações eleitoreiras e da inexistência de uma plataforma coerente que fosse fielmente seguida, surgiram duas frentes parlamentares que, na prática, tornaram-se mais importantes que as próprias agremiações políticas; traduzindo as aspirações da sociedade civil e de suas inúmeras organizações e colocando em questão a efetividade do sistema pluripartidário

fundado em 1945, lançou a candidatura de Mário Rolim Teles à presidência da república no mesmo ano; o Partido Popular Sindicalista (PPS), fundado por Miguel Reale em 1945; o Partido Social Progressista (PSP), fundado por Adhemar de Barros em 1946 a partir da fusão entre o PRP, o PAN e o PPS; o Partido Libertador (PL), extinto em 1930, foi refundado por Raul Pilla em 1945; o Partido Democrata Cristão (PDC), fundado por Antonio Ferreira Cesarino Júnior em 1945, lançou, com o apoio da UDN, a vitoriosa candidatura de Quadros à presidência da república em 1960; a Esquerda Democrática (ED), ala socialista independente da UDN desde a fundação desta, torna-se um partido oficial em 1946, sob a liderança de João Mangabeira, Hermes Lima e Domingos Vellasco; o Partido Socialista Brasileiro (PSB), fundado em 1947 a partir do fim da ED, mantendo o mesmo quadro de membros e o programa desta; o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), criados, respectivamente, em 1946, 1947 e 1959, por dissidentes do PTB; o Partido Republicano Democrático (PRD), fundado em 1945 por José de Souza Marques; o Partido Republicano Trabalhista (PRT), criado em 1948 a partir do PRD (HIPOLITO, 1985).

brasileiro: a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), defensora do nacionalismo e do reformismo e composta, em grande parte, por herdeiros do getulismo; e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), defensora da internacionalização da economia nacional e do alinhamento aos EUA, composta principalmente por antigos antigetulistas (DELGADO, 2003).

CAPÍTULO I – PERCURSOS POLÍTICOS DO PERIODISMO GOIANO

Antes de reconstituir os percursos políticos do periodismo goiano torna-se necessário esclarecer o que entendo por periodismo goiano: o conjunto de atividades periódicas realizadas em território goiano que envolveram a criação, o armazenamento em suportes impressos e a distribuição de conteúdos com objetivos mercadológicos e/ou ideológicos³. Os inúmeros periódicos impressos catalogados nos arquivos visitados e na leitura da coletânea da Agência Goiana de Imprensa (AGI) intitulada *Imprensa Goiana – depoimentos para sua história* (1980) nos dão uma boa noção da disseminação do periodismo pelo território goiano entre 1945 e 1964: *Brasil Central, Pyreneus, O Estado de Goiaz, O Social, O Anápolis, Cidade de Goiás, Jornal de Goiânia, O Popular, Folha de Goiaz, A Luta, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Goiano, Planalto, Catalão, O Ipameri, Em Marcha, O Clássico, Norte de Goiás, O Observador, Buriti, Voz do Norte, Revista Goiana de Economia, O Amanhecer, Agora, Voz do Oeste, Jornal do Povo, O Araguatins, Folha do Sul, Bem-te-vi, Goiaz-Espírita, O Unificador, O Araguaia, O Debate, Revista Goiana, O Estudante Ipamerino, Goiaz-Moço, O Universitário, Goiânia, O Pelourinho, O Renovador, Folha do Povo, Nossa Folha, O Tempo, Folha Populista, O Ipameri-Jornal, A Folha, Goiaz-Novo, Corumbá, A Notícia, O Município de Anápolis, O Auri-Verde, Gazeta de Anápolis, O Tocantins, Goiás-Desportivo, O Bonfim, Jornal de Goiás, O Democrata, Frente Popular, O Lyceu, Jornal do Planalto, Ecos do Tocantins, Palavra Livre, Cacimba, O Bandeirante, Seara, Tribuna Acadêmica, O Sabre, Jornal de Notícias, O Pires do Rio, Goiás Industrial, Coruja, Uyara, Jôquei Clube de Goiás, O Momento, Goiás Informa, Grêmio Jornal, O Catalão, Gazeta Trabalhista, Tribuna de Catalão, Tribuna de Mineiros, Folha de Luziânia, Oeste Evangélico, Comigo Informe, O Bancário, Jornal do Sudoeste, A Imprensa, Roteiro, Tribuna do Povo, Vera Cruz, O Festival, Planalto, O Mensageiro, Tribuna de Anápolis, A Conferência, Diário da Tarde, Jornal Oió, Revista da Academia Goiana de Letras, Diário do Oeste, Primeira Hora, O Arauto do Estudante, Reportagem, Corumbaense Goiano, Hora de Brasília, Gazeta de Goiás, Rotary Club de Catalão, Avante, Revista da Arquidiocese, O Estado de Tocantins, Reportagem Esportiva, Voz do*

³ Portanto, deixei de fora da minha análise o periodismo desenvolvido por autofalantes, pelo rádio e pela televisão, que em Goiás tiveram início, respectivamente, nas décadas de 1920, 1940 e 1960 (MARQUES, 2014).

Caminho, Jornal Fleguiano, O Estado, O Educador, Goiás-Brasília, Folha de Anápolis, Goiás Florestal, Cinco de Março, Letras de Goiás, Imprensa Goiana, O Glijá, 4º Poder, Informador Comercial, Tribuna de Goiás, Diário Oficial do Município de Goiânia, A Voz do IEG, Diário de Goiás, Decetê Goiano, Jornal da AGI e Cadernos de Estudos Brasileiros.

Esse conjunto de 128 periódicos é fruto de um entrecruzamento, visto que nos arquivos tive acesso a periódicos que não estavam catalogados pela supracitada coletânea da AGI e nesta haviam menções a periódicos cujos exemplares não foram encontrados. Nesse conjunto de periódicos impressos, encontramos os veículos oficiais das administrações municipais e estadual, os que se afirmavam como noticiosos e independentes e os que representavam algum movimento ou organização partidária, trabalhista, sindical, artística, bairrista, corporativista, religiosa, estudantil e intelectual. Em todos esses tipos de periódicos é possível desvelar uma atuação política, intencional ou não, mais ou menos impactante; isto é, uma sentença que reforce ou conteste determinada posição diante da correlação de forças políticas contemporâneas e conterrâneas.

Desses 128 periódicos impressos catalogados, tive acesso a exemplares de 67 (grifados em negrito), que sobreviveram às vicissitudes do tempo. Trata-se de uma quantidade considerável, o que me levou a sucessivos recortes, para além do recorte espaço-temporal próprio da pesquisa histórica. Diante da impossibilidade de se reconstituir a atuação política de todos os periódicos encontrados, optei pela seleção dos que seriam mais importantes à época. Essa escolha implica no surgimento de dois problemas correlatos.

O primeiro está relacionado à dificuldade de se estabelecer uma hierarquia entre tais periódicos capaz de determinar qual deles teria maior importância para as pessoas que viveram no período abordado. De fato, é impossível saber o grau de significância que cada um dos periódicos teve para cada leitor ou mesmo para os analfabetos que tinham acesso às notícias de forma indireta. Essa dificuldade aumenta, por exemplo, devido à ausência de informações precisas acerca do número de tiragens. Entretanto, o aparecimento de marcas provenientes de novas tecnologias, tais como a gravura impressa e a impressão em cores, o entrecruzamento de testemunhos de contemporâneos e a reconstituição dos debates entre os periódicos nos fornecem pistas. A existência de um intenso fluxo de correspondências entre determinados periódicos, mapeada pela incidência de referências mútuas, configura-se como um forte indício. Um periódico

frequentemente desafiado ao debate e citado, tanto por adversários quanto por aliados, cujas notícias, matérias e editoriais repercutiam e reverberavam por semanas, era considerado, no geral, mais importante que um periódico pouco conhecido, de circulação local e restrita apenas a um município interiorano sem muita expressão política no cenário estadual.

A hierarquização facilita a seleção, pois, uma vez tendo escolhido um periódico para ficar de fora, todos os demais considerados menos importantes terão que sair. Porém, isso nos leva ao segundo problema, referente à escolha desse periódico que delimitará a fronteira do conjunto de periódicos excluídos. Sobre essa escolha, confesso se tratar de pura arbitrariedade, talvez levada pela preocupação em tornar a narrativa dessa dissertação mais interessante. Felizmente, os periódicos selecionados, além de terem sido considerados por muitos periódicos e memorialistas goianos como sendo os mais importantes, são também os que mais possuem exemplares nos arquivos visitados, confirmando uma tendência probabilística, visto que é plausível pressupor que os mesmos tiveram, via de regra, as maiores tiragens: *O Social*, *O Popular*, *Folha de Goiaz*, *Jornal do Povo*, *O Debate*, *Jornal de Notícias* e *Cinco de Março*.

Nesse capítulo, reconstituirei os caminhos percorridos por esses periódicos, tanto no que se refere aos aspectos técnicos, tais como a tecnologia utilizada na produção, a periodicidade, a localização das redações e oficinas, a organização e composição do quadro de funcionários, dentre outros, quanto no que tange às relações com grupos político-partidários, evidenciando as escolhas feitas por cada um nos momentos de reconfiguração da arena político-eleitoral.

1.1. O CRESCIMENTO DE *O POPULAR* E DA *FOLHA DE GOIAZ*

O Popular e *Folha de Goiaz* nasceram com poucos recursos e cresceram vertiginosamente durante o Estado Novo, alcançando as maiores tiragens entre os periódicos goianos. Entender como ocorreu esse crescimento é o objetivo desse tópico. Para tanto, torna-se necessário, como já dito, tentar refazer, na medida do possível, a trajetória desses periódicos. Essa reconstituição será conduzida tendo-se em vista um questionamento primordial: por que esses dois periódicos tiveram êxito e não tantos outros que existiram na mesma época?

Para responder essa questão, temos que definir, primeiramente, os periódicos que não teriam chances de ocupar um espaço de tamanho prestígio no cenário goiano. Os

periódicos que eram órgãos oficiais de prefeituras e do Estado, responsáveis por comunicar aos cidadãos a realização de medidas administrativas, e os periódicos que representavam algum movimento ou organização da sociedade civil jamais poderiam atingir números tão expressivos quanto os de *O Popular* e *Folha de Goiaz*, pois seus conteúdos despertavam o interesse de apenas uma parcela da população. O principal objetivo desses periódicos era tornar público as ideias, os posicionamentos e as ações de um determinado grupo ou instituição. Quando vendiam – e não distribuía gratuitamente – seus exemplares ou espaços publicitários em suas páginas, pretendiam apenas cobrir os gastos que tiveram com suas respectivas produções.

Já os periódicos tidos como noticiosos e independentes não possuíam limitações predefinidas em seu escopo. Além de noticiarem, inclusive, as mesmas coisas que os demais, como, por exemplo, um despacho governamental, uma reivindicação sindical ou uma manifestação artística, ainda poderiam criar, como muitos o fizeram, novos tipos de notícias, cada vez mais seccionadas em colunas, tais como as femininas, infantis, policiais, políticas, classificadas, esportivas e até sobre frivolidades acerca do cotidiano da elite goiana. Essa liberdade fazia de seus exemplares objetos de interesse, se não de todos, da maioria dos goianos; atendendo aos anseios das empresas que produziam e vendiam esses periódicos seguindo um modelo mercadológico iniciado na Europa durante o século XIX e recém-implantado no Brasil (SODRÉ, 1977): o da fabricação de conteúdos em larga escala visando, principalmente, a obtenção de lucro.

Após a realização desse primeiro recorte, resta-nos, então, saber o que diferenciava *O Popular* e *Folha de Goiaz* dos demais periódicos considerados noticiosos e independentes. Dentre tais periódicos, a grande maioria atuou, assim como *O Popular* e *Folha de Goiaz*, sistematicamente em favor de Pedro Ludovico durante o Estado Novo, cuja censura proibia críticas ao regime e aos seus representantes, mas não os obrigava a elogiá-los. Porém, poucos empreendedores tiveram a “coragem” de se mudar para a recém-inaugurada Goiânia e arriscar seus investimentos numa cidade que ainda estava em construção, como os proprietários de *O Popular* e *Folha de Goiaz* o fizeram. Além de ser considerada uma prova maior de apoio, que logicamente seria recompensada à altura pelo interventor, como veremos adiante, tal escolha ainda proporcionou um retorno financeiro sem precedentes, visto que o crescimento da nova capital estadual superou até as expectativas mais otimistas. Esses dois fatores se retroalimentaram: quanto mais Goiânia crescia, mais poderosos ficavam *O Popular* e *Folha de Goiaz*, aumentando o interesse de Pedro Ludovico em manter uma aliança com ambos e encarecendo o preço

dessa aliança. Esses fatores explicam o crescimento desproporcional desses periódicos se comparado a outros tradicionalmente reconhecidos, como *O Social*, que nessa época ainda era um órgão independente, *O Anápolis*, *Cidade de Goiás* e *O Ipameri*.

Quando os empresários mais cautelosos perceberam a magnitude do crescimento da nova capital, *O Popular* e *Folha de Goiás* já estavam estabelecidos como imbatíveis no mercado dos periódicos goianienses. A esse respeito, vale ressaltar que na catalogação encontrei referências a outros periódicos “noticiosos” e “independentes” fundados em Goiânia no mesmo período – ou até antes – que *O Popular*, fundado em 1938, e *Folha de Goiás*, fundado em 1939: *Goiás Jornal*, de 1938, *Jornal de Goiânia*, de 1936, *Goiânia*, fundado no mês de novembro de 1935, e o pioneiro *Nova Goiás*, fundado em junho de 1935.

Essa descoberta me obrigou a um novo questionamento: por que esses periódicos não tiveram o mesmo sucesso de *O Popular* e *Folha de Goiás*? Trata-se de uma pergunta difícil de ser respondida, pois encontrei poucos exemplares do *Jornal de Goiânia* e do *Goiânia* e nenhum do *Goiás Jornal* e do *Nova Goiás*, tornando inconsistente qualquer tipo de reconstituição de suas respectivas trajetórias de atuações políticas. Pelo levantamento feito por Oscar Sabino Júnior (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980), sabemos que tiveram uma vida muito curta: o *Jornal de Goiânia*, por exemplo, durou pouco mais de três meses. O *Goiás Jornal*, o *Jornal de Goiânia* e *O Popular* eram dirigidos por figuras públicas de elevado prestígio no cenário político goiano e próximas a Pedro Ludovico. Na direção do primeiro estava o político Albatênio de Caiado Godoy, que havia sido deputado estadual por dois mandatos pelo Partido Democrata, chefiado por Antônio Ramos Caiado, e, após o movimento outubrista que levou Pedro Ludovico ao poder, teria migrado para o lado vencedor, tornando-se Secretário Estadual da Segurança Pública e Prefeito da Cidade de Goiás. Na direção do segundo estava o prefeito da nova capital, Venerando de Freitas Borges, então nomeado por Pedro Ludovico. Na direção do terceiro estava Joaquim Câmara Filho, diretor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica (DPEE).

Esses seis periódicos-empresas, que investiram na nova capital ainda nos primeiros anos de sua construção, aparentemente começaram com quantidades semelhantes de recursos, dispondo do mínimo necessário para se manter semanalmente uma oficina tipográfica simples. São indícios que não diferenciam *O Popular* e *Folha de Goiás* dos demais periódicos pioneiros. Antes, os aproximam. Logo, não nos ajudam a responder à questão acerca da singularidade desses dois periódicos, deixando-a em

aberto. Contudo, nos indicam um caminho: o que quer que esses dois periódicos tenham feito de diferente dos demais pioneiros, o fizeram posteriormente às suas fundações, conquistando a preferência dos leitores e do interventor, como veremos a seguir.

1.1.1. As fundações

Político “marginal” durante a Primeira República, Pedro Ludovico conquistou prestígio com sua atuação junto ao movimento outubrista, compondo a Junta Governativa ao lado de nomes como Mário D’Alencastro Caiado e Domingos Neto Vellasco (SOUZA, 1976). Joaquim Rosa (1980) afirma que “o mundo goiano passou a girar em torno de Pedro Ludovico Teixeira”, após o nome de Mário Caiado – então principal figura da oposição à oligarquia da família Caiado antes de 1930 – ter sido rejeitado pelos líderes nacionais do movimento outubrista para assumir a interventoria federal em Goiás graças ao seu sobrenome (ROSA, 1980: 110). Ao longo de doze anos como interventor e três como governador eleito indiretamente e contando com a maioria da Assembleia Legislativa Estadual, Ludovico, de acordo com Francisco Itami Campos (2009), ao contrário do que alegava em seus discursos, não privilegiou o desenvolvimento do setor industrial, não implementou as reformas estruturais a fim de resolver os problemas sociais que tanto criticara e não rompeu com a tradição oligárquica da Primeira República em sua forma de governar. Manteve-se no poder pela sua habilidade com o jogo político, de modo que, inicialmente, dispondo de projeção apenas no sudoeste goiano, buscou o apoio de grupos oposicionistas locais pré-1930 através da nomeação de seus respectivos representantes para ocupar as interventorias municipais e reduziu o poder de lideranças do movimento trintista que ameaçavam seu posto (CAMPOS, 2009). Ademais, com a construção de Goiânia e a mudança da capital, que se deu de forma autoritária e violenta, mesmo durante o período dito democrático (1934-1937), Ludovico desarticulou os caiadistas e seus correligionários e aumentou exponencialmente seu prestígio, transformando sua façanha em símbolo do progresso que marcou a imagem de sua administração (MENDONÇA, 2013). Essas conquistas o colocaram como o nome mais forte para assumir a interventoria federal a partir da instauração do Estado Novo.

Encarregado pela propaganda sobre as possibilidades de investimento no Estado de Goiás e, principalmente, em sua recém-inaugurada capital, Joaquim Câmara Filho, diretor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica (DPEE), decide criar um periódico no início de 1938. Por um lado, Ludovico poderia se beneficiar com mais um

veículo de comunicação em massa que, legitimado por sua posição não oficial relacionada à sua condição de periódico-empresa, desenvolveria sistemática propaganda das realizações de sua interventoria. Por outro, Câmara Filho poderia conquistar prestígio político com o sucesso dessa propaganda e com o crescimento de vendas do seu periódico.

Para tanto, dispõe de recursos materiais provenientes da *J. Câmara & Irmãos*, na qual era sócio proprietário ao lado dos irmãos Vicente Rebouças Câmara e Jaime Câmara, sócio majoritário. Com poucos meses de funcionamento na nova capital, a empresa se situava em um prédio na Avenida Anhanguera que abrigava seu escritório administrativo, a *Papelaria e Livraria Popular* e a *Tipografia Popular*, composta por máquinas rodadas à mão que produziam uma linha em cinco minutos cada e até mil jornais por hora juntas (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980).

Os irmãos Câmara já possuíam certa experiência no jornalismo, principalmente Joaquim, que iniciou sua carreira em Santa Luzia – atual Luziânia (GO) – graças ao apadrinhamento do jornalista Americano do Brasil, que o indicou à correspondência dos jornais cariocas *O Globo* e *A Noite* em 1928. Posteriormente, atuando como major e correspondente da Coluna Arthur Bernardes na Revolução de 1930, como comandante de um destacamento militar goiano que combatera os paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932 e como diretor do DPEE desde 1935, Joaquim enviou notícias e escreveu artigos para o *Correio Oficial* e demais jornais que apoiaram o movimento revolucionário e, posteriormente, a mudança da capital (ASMAR, 1989).

No intuito de divulgar as potencialidades econômicas goianas e, posteriormente, goianienses, adotou como estratégia a produção de reportagens sensacionalistas, muitas delas baseadas em apropriações de histórias que teriam sido testemunhadas por populares. O resultado: essas reportagens repercutiam a nível nacional e internacional, carregando consigo informações favoráveis acerca da situação política e econômica de Goiás. Deste modo, Joaquim obteve êxito em sua carreira como administrador público e como jornalista, conquistando certa notoriedade no cenário goiano (ASMAR, 1989).

O jovem Jaime, aos vinte e um anos de idade, trilhando o caminho desbravado por seu irmão mais velho, que emigrou do Rio Grande do Norte e fixou-se em Planaltina (GO) em 1924, muda-se para a capital Goiás (GO) em 1930, tornando-se funcionário da Loteria Estadual e, posteriormente, graças à influência política de Joaquim, revisor da Imprensa Oficial. O acúmulo de recursos financeiros e de experiência profissional adquiridos no desempenho desta função permitiu que Jaime fundasse, em 1935, juntamente com Henrique Pinto Vieira, a empresa tipográfica *Jaime Câmara & Cia* e, em

1936, o jornal *A Razão*, dispendo da colaboração do irmão Vicente no setor de vendas, que acabara de imigrar para Goiás (GO) (ASMAR, 1989; CÂMARA, 1973).

A Razão assume uma campanha moderada contra a mudança da capital estadual, defendendo a cidade de Goiás sem atacar o governo ou a pessoa do interventor (ARRAIS, 2013). Porém, com o decreto da mudança da capital assinado por Ludovico em 23 de março de 1937 e com a transferência do poder judiciário para Goiânia em 14 de julho do ano corrente, a causa antimudancista perdeu bastante força. Ademais, não paravam de chegar notícias, muitas escritas por Joaquim, que propagandeavam o progresso econômico da nova capital (CÂMARA, 1973).

Diante dessa situação desfavorável, o cauteloso Jaime decide, finalmente, deixar a antiga capital, investir seu dinheiro na nova e apostar na aliança com o bloco ludoviquista. O fato de não ter se envolvido em querelas que ultrapassassem os limites do embate político e de ser irmão de Joaquim, a “alma da propaganda em Goiás”, segundo o próprio interventor, facilitou a migração de Jaime entre grupos políticos. Assim sendo, ao final de 1937, Jaime compra a parte do seu sócio e se muda com todo o maquinário para a nova capital, convidando seus irmãos a juntarem-se em sociedade na nova firma, que abrigaria o jornal *O Popular* (ASMAR, 1989).

Com Joaquim na direção, Jaime na gerência empresarial e Vicente na sub-gerência comercial, o então semanário *O Popular* é apresentado aos goianos em sua primeira publicação:

Passamos às mãos de nossos leitores *O Popular*.

O nosso programa resume-se tão somente em servir ao Brasil, trabalhando por Goiânia e por Goiás. Pelas folhas volantes deste jornal procuraremos defender a causa das coletividades do Estado, focalizando os seus problemas mais vitais e sugerindo para os mesmos medidas solucionadoras. Quem funda um jornal assume grande responsabilidade perante a opinião pública e nós estamos convictos do compromisso que assumimos (*O Popular*, 3 de abril de 1938).

As promessas de “servir”, “defender” e “sugerir” constituíram-se em atos de fala impressos direcionados aos leitores, pertencentes às “coletividades” que seriam beneficiadas por uma suposta atuação neutra do periódico, e configuram-se como estratégias argumentativas que demarcaram um campo de experiência caracterizado pela constante tentativa de homogeneização e de conciliação dos atores políticos. Esse campo pode ser sintetizado pelo proferimento do interventor, inscrito no subtítulo de uma reportagem de capa: “O interesse público deve pairar acima de tudo” (*O Popular*, 19 de

outubro de 1939). Embora Câmara Filho tenha sido bastante discreto no editorial de fundação e cuidadoso ao estabelecer os objetivos do seu periódico, provavelmente devido ao cargo que ocupava, *O Popular* atuou sistematicamente na defesa de Ludovico durante o Estado Novo, como veremos adiante.

Já o *Folha de Goiaz*, desde o início, revelou com todas as letras qual seria o seu papel. Em seu primeiro número, fora apresentado aos cidadãos goianienses através de um editorial que estabelecia como objetivo a colaboração do periódico com um projeto de identidade nacional que deveria unir todos os brasileiros em torno do Governo Vargas e todos os goianos em torno do Governo Ludovico:

É clássico escrever-se a apresentação de um jornal em seu primeiro número. Primeira página. Caracteres garrafais. No texto da nota comentam-se, em linguagem otimista e ousada, as dificuldades que se venceram para que o leitor tenha às mãos um papelucho comum, materialmente igual a mais de uma centena que conhece de sobejo e não lê.

De acordo com a pragmática, nosso jornal diz por que nasce. Mercê do governo fecundo do atual presidente da república, o Brasil é um organismo que congrega as moléculas de sua nacionalidade, moldando-se consoante à exigência que se tem ante o concerto da política internacional. O Brasil marcha, vitorioso. É um organismo que se enrija. O concurso de cada brasileiro, além de irrestrito deve ser espontâneo, nessa obra hércula. Folha de Goiaz nasce com a pretensão de colaborar, com seu átomo talvez insignificante, de boa vontade e patriotismo, nessa empreitada de construção nacional. Referindo-se a este pedaço da pátria que vai do Tocantins ao Paranaíba e do Araguaia à serra do Duro, noticiará, comentará e pedirá, se mister for. Sua crítica será anódina. Não se vestirá dos roupões de medalhas reluzentes do profissionalismo político do jornal. Mesmo por não ser este o seu escopo. Sua obra não será detratora mas de construção, contando seja compreendida.

É intenção sua fazer larga propaganda das possibilidades gerais do Estado. Falar de seu sub-solo. De sua agricultura. De sua pecuária. De sua cultura em geral. Por outro lado, não raros problemas há, sumamente interessante à vida goiana, em cuja resolução de muitos já se acha empenhado o governo honesto de nosso interventor (Pedro Ludovico Teixeira) que pretendemos sempre trazer para nossas colunas, sabendo oportuna nossa ação.

Igualmente, ao ensejo de fazer sensata propaganda do Estado, Folha de Goiaz, jornal nascido do cérebro de moços, tem o prazer de pôr à disposição da mocidade goiana suas páginas, para a publicação de suas produções literárias. Queremos ser compreendidos neste gesto: não nos absteremos, em absoluto, da colaboração dos velhos, quase todos credores de nossa administração. Sendo, porém, nosso jornal partido do

esforço moço, esperamos tenha esta continuidade nos rapazes, com que particularmente contamos.

São estas as palavras que julgamos dever ao público, ao lhe entregarmos às mãos nossa folha. Procuraremos sempre, seccionando suas páginas, ter matéria interessante a todos, do comerciante ao literato.

Uma sentença nos povoa o pensamento desde o primeiro dia da ideia e à guisa de promessa àqueles que por nós se interessam, não a deixaremos de aqui consignar, menos por vaidade nossa que por confiança: Folha de Goiaz vencerá (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980: 370 e 371).

O *Folha de Goiaz* foi fundado em 2 de julho de 1939 pelos jovens Gerson de Castro Costa, Waldemar Gomes de Melo e Edson Hermano de Brito, que resolveram atender ao apelo do interventor Pedro Ludovico e se arriscar na incipiente capital estadual. Seu expediente era composto por Gerson na direção, Waldemar na gerência e Edson na chefia de redação e sua redação e oficina situava-se, primeiramente, na Avenida 24 de Outubro, em Campinas. Nesse período, o periódico era composto e impresso manualmente, em maquinário adquirido do político anapolino José Lourenço Dias, então proprietário do hebdomadário *Voz do Sul*, e publicado aos domingos (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980).

Nessa época, ainda com 22 anos de idade, Castro Costa já possuía sólida experiência no jornalismo; uma vez que havia colaborado nos periódicos vilaboenses *A Razão*, de Jaime Câmara, e *A Coligação*, de Alfredo Nasser, no diário carioca *Correio da Manhã*, que dispunha em sua chefia de redação do jornalista Costa Rego, e fundado, no dia 13 de maio de 1934, o periódico *O Lyceu*, órgão estudantil do Liceu de Goiás (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980).

1.1.2. As alianças com Ludovico

O crescente fluxo migratório em Goiás, verificado, dentre outros fatores, pela construção da nova capital, é acelerado pelo governo federal a partir de 1940, através de investimentos que contemplavam o projeto varguista denominado “Marcha para o Oeste”, tais como a implementação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), resultando em 47% de aumento populacional ao longo da referida década, aumentando sensivelmente a produção de café, milho e feijão e quadruplicando a produção de arroz. No entanto, o aumento da produção agrícola ficava limitado à pouca eficácia do seu escoamento, visto que não houve uma melhora significativa quanto às malhas rodoviárias e ferroviárias (CAMPOS, 2009).

Aproximando-se do modelo estado-novista, Ludovico estimula a organização sindical – mesmo que circunscrita apenas à capital, visto que, em 1940, 82,8% da população goiana viviam nos campos – e promove – por meio das assessorias do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), de São Paulo, e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), do Rio de Janeiro – reformas na máquina administrativa estadual, esbarrando, todavia, na carência de mão-de-obra qualificada em Goiás, que dispunha de 81% de analfabetos entre seus habitantes. Ao criar inúmeros departamentos e repartições, essas reformas serviram à consolidação do poder político de Ludovico, que passou a contar com um exército de aliados a preencherem tais órgãos estatais (CAMPOS, 2009).

Para os que insistiam em prosseguir na oposição – portanto, na ilegalidade, de acordo com o regime discricionário – lhes eram reservados a censura e a perseguição, através da Força Policial e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), que tirou de circulação inúmeros exemplares de periódicos, como, por exemplo, os da primeira edição do *Goiaz Livre*, hebdomadário que já nascera morto (FREITAS, 2009). Entretanto, e apesar de gozar de prestígio junto à Vargas, Ludovico sempre teve que prestar contas ao longo dos quinze anos em que esteve à frente do poder executivo goiano, tendo recebido como resposta, inúmeras vezes, críticas e advertências pelo fato de privilegiar a construção e o desenvolvimento de Goiânia em detrimento dos investimentos no setor produtivo (FREITAS, 2009).

Essa estratégia de Ludovico, aliada à captação de recursos federais, impulsionou ainda mais o crescimento de Goiânia e das empresas que nela se estabeleceram, como a *Folha de Goiaz* e *O Popular*. Já em setembro de 1938, os irmãos Câmara compraram uma linotipo, máquina de compor em linha que aumenta a qualidade gráfica e agiliza a produção. Essa aquisição fez da *Tipografia Popular* a segunda a possuir tal tecnologia em Goiás, visto que, até então, apenas a *Imprensa Oficial* dispunha de uma linotipo. Em 1939, os Câmara iniciam a construção da nova sede – maior que a anterior – na Avenida Goiás, transformam *O Popular* em bissemanário – aos domingos e quintas-feiras – e adquirem a primeira clichéria do Estado, podendo publicar fotografias sem a necessidade de realizar encomendas com empresas da Região Sudeste (ASMAR, 1989).

Nos primeiros meses, a *Folha de Goiaz* foi mantida sem anunciantes ou assinantes e os três fundadores cuidavam de todas as fases do processo que levava à sua publicação: redação, impressão e distribuição. Porém, com o sucesso nas vendas, essas dificuldades foram vencidas e o hebdomadário mudou-se para a Rua 20, no Setor Central, onde passou

a receber em sua oficina encomendas de serviços tipográficos diversos (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980).

Nessa época, a grande maioria das notícias e matérias de *O Popular* e da *Folha de Goiaz* exploravam assuntos de interesse regional, principalmente relacionados às questões políticas, de modo que a frequência de matérias que traziam informações de outros estados e países era bem reduzida. Os investimentos financeiros – atingindo as maiores circulações no Estado em pouco tempo – e a escolha de um escopo essencialmente político proporcionaram aos seus proprietários a fabricação de uma poderosa arma a fim de auxiliá-los na disputa por poder. E, deste modo, procedem.

As realizações de Pedro Ludovico à frente da interventoria estadual ganhavam destaque em *O Popular*:

Rasgando estradas, construindo ótimos pontilhões, procurando incentivar as companhias de transporte, o interventor Pedro Ludovico inaugurou nesse Estado um novo regime que muito tem contribuído para incrementar o progresso em diversas zonas que antes estavam quase ao abandono (*O Popular*, 24 de outubro de 1939).

Dentre tantas obras elencadas no periódico, Goiânia, sendo a maior e a que representava o triunfo de Ludovico sobre seus inimigos políticos, era a mais explorada por Câmara Filho:

Goiânia, a cidade prodígio, a magnífica realização do interventor Pedro Ludovico, fez anos ontem. (...)
 ”Clareira de progresso aberta no centro geográfico da Pátria”, na feliz expressão de Benedito Silva, essa cidade é a demonstração do valor de um povo, quando tem a felicidade de possuir um chefe da energia e capacidade de trabalho do interventor Pedro Ludovico (*O Popular*, 25 de outubro de 1942).

No intuito de persuadir o leitor acerca dos benefícios gerados pela administração de Ludovico, proferimentos de aliados políticos de peso também ocupavam as páginas do periódico, merecendo destaque o pronunciamento do chefe do executivo federal, Getúlio Vargas, em visita à Goiânia:

Os benefícios resultantes dessa transformação em vossa existência econômica e política são evidentes e não constituem, por certo, obra do acaso ou efeito de circunstâncias fortuitas. É preciso reconhecer, e desejo fazê-lo aqui, que para alcança-los foi necessário colocar à frente do Governo um homem da inteligência realizadora do Dr. Pedro Ludovico Teixeira, devotado, desde 1930, ao bem público e ao serviço do seu povo (*O Popular*, 8 de agosto de 1940).

Os problemas, nas poucas vezes em que ganhavam espaço no periódico, apresentavam-se apenas no interior das notícias e reportagens acerca das realizações de Ludovico, de modo que suas respectivas soluções já se encontravam em curso: “O Governo do Estado enfrenta o problema das estradas de rodagem” (*O Popular*, 19 de outubro de 1939); “O Interventor Pedro Ludovico tem procurado, na medida dos recursos financeiros do Estado, resolver todos os problemas ligados à saúde do nosso povo” (*O Popular*, 24 de outubro de 1939); “A polícia está empenhada em prender o indivíduo Antônio Barbosa” (*O Popular*, 19 de março de 1944); “Não haverá mais mendigos nas ruas de Goiânia (...), a criação de postos para atender a esses infelizes já foi determinada pela Ex.^{ma} Sr.^a D.^a Gercina Borges Teixeira [esposa de Ludovico], presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA)” (*O Popular*, 28 de setembro de 1944). Estratégia semelhante utilizava o próprio Ludovico, tal como se verifica em uma entrevista concedida ao *O Popular*, na qual o interventor responde à pergunta sobre quais seriam os problemas enfrentados por Goiânia que mais o preocupariam:

Os problemas de Goiânia que presentemente mais me preocupam são a terminação do serviço de águas, a construção de esgoto, a edificação de um Grupo Escolar, do Palácio da Justiça, de um prédio destinado ao cinema, de uma piscina. Algumas destas obras já estão iniciadas (*O Popular*, 24 de outubro de 1939).

O culto à personalidade de Ludovico, que “desde menino já sentia a necessidade da mudança da capital” (*O Popular*, 24 de outubro de 1939), também foi uma estratégia bastante empregada por Câmara Filho durante o Estado Novo, no intuito de legitimar a manutenção no poder do grupo político ao qual pertencia:

A data de 23 do corrente assinalou a passagem de mais um aniversário natalício do interventor Pedro Ludovico. Grande administrador e possuindo um senso prático inconfundível, o chefe do executivo goiano vê, dia a dia, o Estado se elevar no conceito dos seus irmãos de Federação num eloquente atestado de grandeza da obra administrativa que S. Ex.^a está realizando sob os aplausos e com a colaboração espontânea social e econômica, como se a seiva nova penetrasse a terra, levando a grandeza e a prosperidade.

(...)

Entretanto, já o frisamos várias vezes, sua administração não pode ser estudada numa simples nota. S. Ex.^a tem, porém, um grande acervo de serviços prestados que a simples enumeração bastaria para constituir o melhor dos elogios feitos a um administrador. Os habitantes de Goiânia desejavam prestar a S. Ex.^a, na data de seu aniversário natalício, mais uma demonstração de simpatia e apreço. Fugindo, porém, a essas

manifestações coletivas, o interventor Pedro Ludovico foi passar o dia 23 do corrente em sua fazenda no município de Rio Verde (*O Popular*, 25 de outubro de 1942).

Esse culto se estendia também às notícias sobre eventos promovidos para homenagear Ludovico:

Já tivemos oportunidade de nos referir ao grande banquete que será oferecido ao interventor Pedro Ludovico Teixeira pelo comércio de Goiânia. A essa expressiva homenagem, a se realizar no Campinas Hotel, no dia 24 do corrente, já aderiram as figuras mais representativas desta capital (*O Popular*, 19 de outubro de 1939).

E não se restringia às datas comemorativas: seu nome era frequentemente lembrado e homenageado, de modo que suas atividades rotineiras, tais como participação em eventos e reuniões, tanto oficiais, quanto particulares, promulgação de decretos-lei, troca de correspondências com outros próceres, viagens para cidades do interior e para a capital federal, não escapavam ao registro de Câmara Filho. Essa incessante cobertura alcançava até a sua família:

Para o Rio de Janeiro viajou, quinta-feira, pelo último avião de carreira da Panair, a Ex.^{ma} Sr.^a D.^a Gercina Borges Teixeira, esposa do interventor Pedro Ludovico e presidente da Legião Brasileira de Assistência neste Estado. A primeira dama goiana, que foi levar o menino Antônio, filho do distinto casal, para se matricular num dos principais estabelecimentos de ensino da capital da República, teve concorrido embarque (*O Popular*, 19 de março de 1944).

A cobertura favorável de *O Popular* rendeu a Câmara Filho grande prestígio junto a Ludovico, que o nomeia ao cargo de diretor do recém-criado Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) em 1942 e ao cargo de prefeito de Anápolis, o qual desempenhou entre 1943 e 1945. Sendo assim, o periódico também serviu para que Câmara Filho propagandeasse – de forma mais contida – suas realizações à frente da prefeitura anapolina:

Há pouco mais de dois meses o prefeito de Anápolis fez ao Ex. Sr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira uma exposição sobre as vantagens da abertura de uma rodovia ligando diretamente Anápolis à Planaltina. Recebida com entusiasmo e apoiada pelo chefe do executivo goiano a iniciativa, foram imediatamente, pela prefeitura de Anápolis em articulação com a de Planaltina, iniciados os estudos daquela importante via de comunicação e em seguida atacados por ambas as municipalidades os serviços de picada e destoca. Feitos esses trabalhos, o prefeito Câmara Filho determinou que, sem mais delonga, o trator e a respectiva plaina

de sua prefeitura executassem (...) (*O Popular*, 28 de setembro de 1944).

Além da propaganda, cabia também a defesa, tal como se evidencia na resposta aos ataques do periódico *O Anápolis*, que publicou matérias críticas acerca da administração de Câmara Filho:

Para destruímos essa argumentação, deixamos de alegar o nosso ardoroso devotamento consagrado à causa do nobre povo de Goiás, durante mais de vinte anos em que vivemos nesta terra, para apresentarmos apenas um título, que, a meu ver, é bastante, o de sermos brasileiros como o são todos os goianos que viveram e vivem aqui e nas demais unidades da Federação. Fora de Goiás, são eles também acolhidos tão brasileiroamente ao ponto de ocuparem os mais altos cargos, dentre eles os de dirigentes de Estado, como aconteceu com o Rio Grande do Norte, a nossa terra natal, que foi governada por muitos anos por um ilustre goiano (*O Popular*, 27 de setembro de 1945).

Já do lado da *Folha de Goiaz*, Castro Costa, por sua vez, foi Secretário da Fazenda em 1938, Diretor Geral do Departamento Estadual de Cultura de Goiás e assessor de Ludovico em sua campanha ao senado federal em 1945 (*O Popular*, 9 de setembro de 1945). Nos exemplares analisados, não encontrei uma defesa de Castro Costa em relação à sua atuação à frente desses cargos. Todavia, as páginas da *Folha de Goiaz* cumpriram com o que prometeram no editorial de inauguração, na medida em que realizaram coberturas favoráveis acerca do Governo Ludovico:

O Dr. Pedro Ludovico Teixeira, digno interventor federal no Estado, seguiu, no dia 7 do corrente, para a cidade de Rio Verde, onde fará uma ligeira estação de repouso. S. Ex.^a ali permanecerá durante um lapso de tempo talvez inferior a dez dias. (...).

A despeito de seu manifesto desejo de conhecer o Estado de Goiás, o Sr. Getúlio Vargas não poderá realizar agora a sua anunciada visita, em virtude da situação política da Europa, cuja grande gravidade requer veementemente a presença de S. Ex.^a na capital do país (*Folha de Goiaz*, 10 de setembro de 1939).

No início do ano de 1941, com problemas financeiros, Castro Costa vende a *Folha de Goiaz* para Walter de Carvalho, Lisboa Machado e Eládio Teixeira (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980). Com a transação efetivada, a *Folha de Goiaz* torna-se bissemanário e todo o seu quadro de funcionários é alterado, de tal forma que a sua diretoria é ocupada primeiramente por Carvalho e, posteriormente, pelo jornalista Zecchi

Abrahão, que fora diretor do Correio Oficial, e pelo jornalista Odorico Costa. Castro Costa é remanejado para a chefia de redação. Contudo, o modo de se noticiar não se altera:

ERIGIR-SE-Á EM GOIÂNIA UMA ESTÁTUA DE BRONZE AO PRESIDENTE VARGAS

Será uma homenagem do Oeste ao grande estadista – Deverá o monumento ser inaugurado conjuntamente com Goiânia.

Em recente sessão do Instituto Histórico e Geográfico do Estado, o Dr. Colemar Natal e Silva, seu ilustre presidente, propôs à diretoria daquela associação a ideia de se tomarem providências no sentido de ser erigida em Goiânia uma estátua de bronze ao Sr. Getúlio Vargas, tendo sido a sugestão acatada por unanimidade de votos. (...) O proponente acrescentou aos membros da diretoria daquele Instituto que o interventor Pedro Ludovico, já ouvido a respeito, se manifestou inteiramente a favor da ideia, prontificando-se a patrociná-la (*Folha de Goiaz*, 6 de abril de 1941).

A atuação política da *Folha de Goiaz* é justificada por uma concepção estadonovista acerca do papel da imprensa na sociedade:

A missão social da imprensa ampliou-se tanto, neste abençoado regime de paz e da fartura em que vamos caminhando celeremente na direção de nossos verdadeiros destinos, que chegou ao ponto de se transformar em função de caráter público. Não é de outra maneira que a compreende a Constituição de 1937 (*Folha de Goiaz*, 28 de fevereiro de 1943).

Em 1943, o sucesso da *Folha de Goiaz* despertou o interesse de Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários Associados*, poderoso conglomerado midiático nacional. Em julho do mesmo ano, após muitas negociações, Chateaubriand compra o referido periódico e coloca Castro Costa novamente em sua diretoria. Este reafirma o compromisso estabelecido no editorial de inauguração:

Após uma longa série de trabalhos comuns ao heroico periodismo do interior, *Folha de Goiaz* entra agora numa nova fase, integrando, como propriedade da S. A. *Diário da Noite*, de São Paulo, a cadeia dos *Diários Associados*. (...).

Como se vê, nada, em essência, há a crescer ao programa seguido por *Folha de Goiaz* desde a sua fundação, o qual se resume em servir ao grande Estado cujas fontes de energia estão sendo magnificamente acordadas pela visão esclarecida do interventor Pedro Ludovico (*Folha de Goiaz*, 1º de agosto de 1943).

Apesar de não ter encontrado informações precisas acerca do número de tiragens, é seguro dizer, pelas referências encontradas nos próprios periódicos e na coletânea a AGI, que, ao final do Estado Novo, *O Popular* e *Folha de Goiaz* já possuíam as maiores

tiragens do Estado de Goiás. Após a deposição de Vargas e de Ludovico, surgiram inúmeras denúncias de corrupção por parte dos adversários políticos (*O Anápolis*, 18 de novembro de 1945). Algumas dessas denúncias envolviam a oferta de cargos públicos aos proprietários de *O Popular* e *Folha de Goiás* e privilégios em contratos de prestação de serviços entre suas respectivas oficinas tipográficas e o Estado. Os próprios periódicos ludoviquistas, ressentidos com a “traição” de *O Popular*⁴ chegaram a publicar tais denúncias (*O Social*, 15 de agosto de 1947). Se ambos se tornaram poderosos durante a ditadura estado-novista, com o advento do regime dito democrático e a extinção dos mecanismos legais de controle midiático, poderiam expandir ainda mais seus impérios, colocando a leilão suas respectivas alianças político-partidárias.

1.2. A RIVALIDADE ENTRE *O SOCIAL* E *JORNAL DO POVO*

Se *O Popular* e *Folha de Goiás* competiram no campo mercadológico, *O Social* e *Jornal do Povo* travaram entre si disputas memoráveis na arena político-partidária goiana, gerando uma rivalidade só vista, talvez, em tempos de *Voz do Povo*, *O Democrata* e *A Colligação*, compreendidos entre o final da década de 1920 e o início da década de 1930. Órgãos oficiais dos dois maiores partidos criados em Goiás durante o processo de redemocratização, *O Social* e *Jornal do Povo* protagonizaram – pelo PSD e pela UDN, respectivamente – embates que muitas vezes extrapolaram o campo do ideário político e atingiram a esfera privada, principalmente nos primeiros anos de existência.

Embora os objetivos fossem distintos, um exemplar de um periódico que representava oficialmente um partido, nessa época, se assemelhava muito com o denominado periódico-empresa, pois buscava, assim com este, apresentar conteúdo “noticioso” – distribuído em seções, tais como “economia”, “política”, “coluna social”, “noticiário esportivo”, “noticiário policial”, dentre outros – e publicidade ao longo de, geralmente, quatro páginas impressas, publicadas semanalmente. Entretanto, apesar desse esforço, *O Social* e *Jornal do Povo* não chegavam a ameaçar as posições de *O Popular* e *Folha de Goiás*.

Em todo o caso, o objetivo principal de *O Social* e *Jornal do Povo* não era obter lucro com a venda de seus exemplares, mas tornar público as ideias dos seus respectivos partidos, recrutar militantes e convencer o eleitorado. Claro que o sucesso de vendas

⁴ Veremos adiante.

ajudaria nesses objetivos. Mas, para adquirir tal sucesso, existiam limites impostos pelo próprio jogo político e pelas normas e acordos partidários. Não que *O Popular* e *Folha de Goiaz* não estivessem condicionados à correlação de forças existentes no período; mas, possuíam maior liberdade para atuarem, inclusive mudando de partido, e seus proprietários não estavam envolvidos apenas na disputa pelo poder político-institucional.

Já os proprietários de *O Social* e *Jornal do Povo* sabiam que não poderiam vencer no campo mercadológico, e nem era essa a pretensão; mas, no campo político-eleitoral, sim. Como não conseguiram angariar investimentos à altura do capital dos conglomerados midiáticos que estavam em formação no Brasil e em Goiás, se quisessem que as propostas dos seus partidos fossem além da reduzida circulação dos exemplares dos seus periódicos, teriam que contar com o apoio de *O Popular* e/ou da *Folha de Goiaz*. Antes de mapear essa rede, é oportuno reconstituir o debate entre *O Social* e *Jornal do Povo*.

1.2.1. A aquisição de *O Social* e a fundação do *Jornal do Povo*

A aquisição de *O Social* por Pedro Ludovico e a fundação do *Jornal do Povo* por seus opositores foram motivadas pelas mudanças nas regras do jogo político perpetradas no interior do processo de redemocratização no Brasil, marcado pela agitação político-partidária. Diversos grupos opositores à ditadura ludoviquista – oligarquias destituídas do poder em 1930, setores liberais conservadores ou progressistas, socialistas e os ex-aliados de Ludovico – se reuniram em uma convenção realizada em Anápolis no dia 17 de março de 1945, estabelecendo as diretrizes do que se tornaria oficialmente a UDN goiana. Apesar da heterogeneidade dessa coalizão anti-ludoviquista, Clever Luiz Fernandes (2002) ressalta que sua existência era vista como crucial para se fazer frente ao poder acumulado por Ludovico nos últimos quinze anos. Todavia, sua união, pelo menos nos primeiros meses, pondera o autor, também pode ser explicada pela imposição de determinados fatores que condicionaram a atuação dos grupos opositores dentro da institucionalidade estabelecida: legalização eleitoral exclusiva aos partidos de caráter nacional; dificuldade de se fundar um partido nacional a partir das iniciativas de políticos de um Estado considerado periférico e ausência de opções partidárias, visto que, além da UDN, as únicas legendas com seções em Goiás em 1945 eram o PSD, de Ludovico, e o PCB, que se aliara nacionalmente ao getulismo (FERNANDES, 2002).

A UDN goiana teve em sua primeira composição o ex-aliado de Ludovico, Domingos Netto de Vellasco, em sua presidência. Então primeiro-tenente, Vellasco participou do movimento tenentista na década de 1920, do movimento trintista que levou Vargas e Ludovico ao poder e da repressão ao movimento constitucionalista de São Paulo em 1932 (CONTART, 1995). Essas atuações renderam-lhe o cargo de Secretário de Segurança Pública de Goiás, função que desempenhou ao longo do ano de 1931 (CONTART, 1995). No final de 1931, Vellasco assumiu a Procuradoria de Negócios de Goiás na capital federal. Eleito deputado constituinte em 1933 pelo Partido Social Republicano (PSR), agremiação ludoviquista, participa ativamente dos debates envolvendo a nova constituição democrática, defendendo uma maior intervenção do Estado na economia, a fim de garantir os mais básicos direitos aos cidadãos brasileiros (CONTART, 1995). Em 1934, Vellasco é reeleito deputado federal pelo PSR nas eleições para o executivo federal que mantiveram Vargas no poder. Porém, Vellasco rompe com Ludovico durante as prévias para as eleições ao executivo estadual em 1935, pois o interventor goiano teria descumprido com o acordo de apoiar sua candidatura, se autocandidatando a governador pelo PSR (ROSA, 1974). Diante disso, Vellasco funda o Partido Libertador e se alia a antigos desafetos, como os Caiado, agrupados no Partido Democrático, formando a Coligação Libertadora, que lançou sua candidatura para concorrer com a de Ludovico (ROSA, 1974). Crítico dos abusos cometidos por representantes do governo Vargas, foi preso em 1936 pelo Chefe de Polícia Filinto Müller, acusado de conspirar um golpe comunista, dois dias depois de o Congresso Nacional ter decretado estado de sítio (ABREU, 2001).

Entre os próceres do partido em 1945, destacavam-se: Antônio Ramos Caiado, conhecido como Totó Caiado, chefe da oligarquia destituída do poder em outubro de 1930, neto de Antônio José Caiado, presidente de Goiás de 1883 a 1884, de 1892 a 1893 e em 1895, e ainda senador de 1896 a 1899, filho de Torquato Ramos Caiado, senador estadual de 1905 a 1908, irmão de Brasil Ramos Caiado, presidente de Goiás de 1925 a 1929 e cunhado de Eugênio Jardim, presidente de Goiás de 1921 a 1923 e senador de 1924 a 1926 (FREITAS, 2009); o advogado rio-verdense César da Cunha Bastos, deputado federal e Secretário do Interior e Justiça de Goiás durante a Primeira República (ABREU, 2001); João Teixeira Álvares Júnior, ex-aliado de Ludovico e interventor interino em Goiás por três vezes ao longo do ano de 1942 (ROCHA, 2004); o engenheiro civil, agropecuarista e industrial alfenense Jalles Machado de Siqueira, prefeito de Rio Verde – pelo Partido Libertador – e Secretário de Viação e Obras Públicas durante a

Primeira República, participou do movimento outubrista comandando um batalhão e posteriormente rompeu com Ludovico (BRAGA, 1998); e o advogado, periodista e professor paulistano Alfredo Nasser, deputado estadual entre 1935 e 1937 pelo Partido Democrático, atuou contra o projeto de poder de Ludovico de mudança da capital estadual, sendo preso acusado de conspiração comunista e, posteriormente solto, ingressou no DASP na capital federal, por meio de concurso público, permanecendo no cargo durante todo o Estado Novo (ASMAR, 1994).

No dia 21 de abril de 1945, em Goiânia, realiza-se o que viria a ser considerado a primeira convenção do PSD em Goiás, chefiada por Pedro Ludovico, seu futuro presidente, e reunindo basicamente próceres da administração estadual e prefeitos da maioria dos municípios (*O Social*, 26 de abril de 1945). Dentre os membros proeminentes do partido nessa fase inicial de formação, convém citar: o farmacêutico itaberino José Ludovico de Almeida, conhecido como Juca Ludovico, primo de Pedro Ludovico, deputado estadual pelo PSR entre 1935 e 1937, nomeado prefeito de Itaberaí entre 1938 e 1940, Secretário de Estado da Fazenda entre 1940 e 1945 e interventor interino durante o mês de julho de 1945 (ROCHA, 2004); o político anapolino Aquiles de Pina, então dono da segunda maior empresa de exportação de arroz do país, foi deputado estadual pelo Partido Democrata durante a Primeira República e, após migrar para o ludoviquismo, foi deputado estadual pelo PSR durante a Segunda República (CAMPOS, 1996); o médico planaltinense Hosannah de Campos Guimarães, prefeito de Planaltina durante a ditadura ludoviquista (ROCHA, 2004); o engenheiro agrônomo potiguar Joaquim Câmara Filho, então sócio proprietário e diretor de um dos periódicos de maior circulação à época, *O Popular*, participou do movimento trintista e da repressão ao movimento constitucionalista de 1932, atuação que lhe rendeu os cargos de diretor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica (DPEE); diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e da Associação Goiana de Imprensa (AGI) e prefeito de Pires do Rio e de Anápolis durante as administrações ludoviquistas (ASMAR, 1989); o advogado e professor universitário corumbaense Dário Délio Cardoso, Procurador-Geral do Estado (1934-1945) e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás durante o Estado Novo; o advogado e professor universitário vilaboense Albatênio Caiado de Godói, deputado estadual por dois mandatos pelo Partido Democrata, caiadista, alia-se a Ludovico após 1930, sendo nomeado consultor jurídico da Delegacia Fiscal em Goiás (1932-1935), prefeito da Cidade de Goiás (1936-1937), Secretário de Segurança Pública de Goiás e Procurador da República do Estado de Goiás (1937-1945) na vigência da

ditadura estado-novista; o médico maceioense Diógenes Magalhães Silveira, proprietário de um hospital em Uberlândia (MG), genro do fazendeiro e senador goiano durante a Primeira República Cel. Antônio Martins Borges e assessor, concunhado e amigo pessoal de Pedro Ludovico; o advogado catalano Galeno Paranhos, Chefe de Polícia, Procurador do Estado de Goiás e Presidente do Conselho Administrativo de Goiás durante o Estado Novo; o advogado morrinhense Guilherme Xavier de Almeida, deputado estadual pelo PSR entre 1935 e 1936, prefeito de Morrinhos entre 1936 e 1945; o advogado, dentista e professor universitário taguatinguense João d'Abreu, vereador e prefeito de Arraias durante a Primeira República, deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Goiás durante a Segunda República e Secretário da Fazenda de Goiás na vigência do Estado Novo (BRAGA, 1998).

No mesmo mês em que fora realizada a primeira convenção do PSD, Pedro Ludovico decide comprar um periódico para que o partido pudesse ter uma voz que reverberasse suas ideias junto aos cidadãos. O periódico escolhido foi *O Social*, que se situava na Cidade de Goiás e desde a sua fundação, em setembro de 1933, apoiou Ludovico:

Já proclamamos em artigos anteriores: “há homens que não se pertencem... São entidades de caráter geral”. O eminente interventor regressando a Goiás, para cuja grandeza ele faz, solidariamente, convergir o seu patriotismo que desconhece obstáculos, todo o seu dinamismo construtivo e toda a força incoercível do seu indiscutível prestígio, devia ter sentido, com alma goiana, que não foi abstratamente que as multidões de sua terra se agitaram, à sua passagem, num eloquente transbordamento de alegria cívica (*O Social*, 2 de agosto de 1934).

Fundado por José Honorato da Silva e Souza e Vasco dos Reis Gonçalves, *O Social* teve inicialmente este em sua direção, João Setúbal em sua gerência e Salomão de Faria e Gercino Monteiro em sua redação, além de contar com valiosas contribuições do professor Zoroastro Artiaga (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980).

Ao ser comprado por Pedro Ludovico e se tornar um órgão oficial do PSD, foi transferido para Goiânia, passando a situar-se na Av. Goiás, Setor Central, e a receber as mais variadas encomendas em sua oficina tipográfica, intitulada *Gráfica Aliança* (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980). Em agosto de 1945, *O Social* é transferido para a Rua 4, Nº. 60, Setor Central (*O Social*, 29 de agosto de 1945). Até maio de 1946, teve em sua diretoria Geraldo Rodrigues dos Santos e em sua redação o ex-

prefeito de Goiânia Venerando de Freitas Borges, quando este se torna diretor (*O Social*, 21 de maio de 1946).

A rápida aquisição de *O Social* por Pedro Ludovico, ainda no período de abertura política, evidencia sua preocupação com os novos ventos que sopravam no horizonte: ciente de que não poderia mais contar com os poderosos mecanismos de controle e repressão do regime estadonovista, o interventor vai reciclando seu *modus operandi*. Sendo assim, *O Social* mostra para que veio: “O que se vê e o que se registra, com orgulho, hoje, em Goiás, devemos a Pedro Ludovico” (*O Social*, 29 de novembro de 1945).

Em contrapartida, os udenistas, talvez pela carência de recursos, demoraram quase um ano para possuírem um periódico. Fundado no dia 23 de janeiro de 1946 por Alfredo Nasser, o *Jornal do Povo*, órgão oficial da UDN goiana, mantido sob a chefia de redação deste e sob a superintendência do militar e político Salomão de Faria, teve seus primeiros números impressos nas oficinas de *O Popular*. Meses depois, ao adquirirem maquinário próprio e se transferirem para a Rua 4, Nº 60-A, tornaram-se, ironicamente, vizinhos de *O Social*, seu arquirrival (ASMAR, 1994). No mesmo endereço, também funcionava a *Gráfica União*, que, assim como a gráfica vizinha, imprimia os exemplares do periódico e recebia as mais variadas encomendas comerciais.

1.2.2. A rivalidade

Entre as dezenas de partidos nacionais, os poucos que penetraram em Goiás, à exceção do PSD e da UDN, fundaram seus diretórios com relativo atraso. Todavia, a exemplo da dinâmica político-partidária nacional, polarizada entre getulistas e anti-getulistas, em Goiás as disputas foram canalizadas na rivalidade entre ludoviquistas e anti-ludoviquistas. Embora as dissidências partidárias tivessem criado até quatro frentes simultâneas, com a aproximação das eleições, as mesmas se reconfiguravam em torno das duas maiores forças político-partidárias goianas.

A manutenção do ludoviquismo no poder e a intensa reordenação no quadro de membros dos partidos – verificada num histórico de variadas cisões e alianças motivadas por disputas por poder e justificadas pelos atores políticos por questões de ordem moral – configuram-se nas principais características da dinâmica político-partidária desse período em Goiás. Além de ser eleito senador duas vezes e governador com uma ampla margem de votos, Pedro Ludovico lançou as candidaturas vitoriosas de Juca Ludovico,

seu primo, de José Feliciano e de Mauro Borges, seu filho, ao executivo estadual. Até mesmo no único pleito perdido⁵ – devido à uma grande dissidência dentro do PSD goiano – obteve maioria na Assembleia Legislativa, o que dificultou a governabilidade de seus opositores. Do outro lado, durante quase duas décadas, a UDN goiana, com o seu “personalismo descentralizado” (FERNANDES, 2002: 36), não conseguiu se desvencilhar dos fatores que condicionaram sua fundação em 1945, tais como a construção de sua identidade através do anti-ludoviquismo e sua função de receptáculo dos adversários e desafetos de Pedro Ludovico. Esse fenômeno explica, por exemplo, o lançamento da candidatura de quatro ex-adversários ao executivo estadual em detrimento de nomes consagrados e com uma sólida trajetória no partido, como os de Domingos Vellasco, Jales Machado, Alfredo Nasser e Emival Caiado.

DATA	COLIGAÇÃO	PROPORÇÃO DE VOTOS	
		EXECUTIVO ESTADUAL	LEGISLATIVO ESTADUAL
19/01/47	UDN/ED PSD/PCB	Coimbra Bueno (UDN) 51,2% ⁶ Juca Ludovico (PSD) 48,8%	43,75% 56,25%
03/10/50	PSD/PTB/PSB UDN/PSP/PR/PTN/PRP	Pedro Ludovico (PSD) 60,4% Altamiro Pacheco (UDN) 39,6%	56,25% 43,75%
03/10/54	PSD/PTB UDN/PSP	Juca Ludovico (PSD) 50,3% Galeno Paranhos (UDN) 49,7%	56,25% 43,75%
03/10/58	PSD UDN/PSP/PTB/PRP/PDC	José Feliciano (PSD) 56,85% Cunha Bastos (UDN) 43,15%	56,25% 43,75%
03/10/60 ⁷	PSD/PTB/PTN UDN/PSP	Mauro Borges (PSD) 55,1% Juca Ludovico (PSP) 44,9%	56,25% ⁸ - 66,7% ⁹ 43,75% - 33,3%

Fontes: CAMPOS, Francisco Itami. “A política tradicional: 1930 a 1960”. In: SOUZA, Dalva Borges de (org.). *Goiás: Sociedade & Estado*. Goiânia: Cânone Editorial, 2009. _____; DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás*. Goiânia: Assembleia Legislativa de Goiás, 1996. FERNANDES, Clever Luiz. *História da UDN nas eleições em Goiás (1945-1966)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2002. MOREIRA, Cleumar de Oliveira. *História política de Goiás: a dinâmica do desenvolvimento (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2000.

⁵ Desconsidero as eleições de 3 de outubro de 1965, pois, a despeito da vitória do udenista Otávio Lage pelo voto direto, as mesmas se realizaram num ambiente de completa ignorância das garantias previstas pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 1946, após a deposição ilegal de inúmeros governos eleitos democraticamente, como o do presidente João Goulart e o do governador Mauro Borges.

⁶ Todas as porcentagens de votos apresentadas neste trabalho são referentes aos votos válidos.

⁷ Nesta data, ocorreu eleição apenas para o executivo estadual e federal.

⁸ Composição formada com as eleições de 1958, além de legislar durante o governo de José Feliciano, atuou durante os primeiros 25 meses do governo de Mauro Borges.

⁹ Composição formada a partir das eleições ao legislativo estadual e federal realizadas no dia 3 de outubro de 1962, com 66,7% das cadeiras ocupadas pela coligação PSD/PTB/PSB e 33,3% das cadeiras ocupadas pela coligação UDN/PSP/PDC/MTR. Legislou durante os últimos 22 meses de vigência do governo de Mauro Borges e durante os primeiros 12 meses do governo de Otávio Lage.

A primeira disputa do período dito democrático constituiu-se nas eleições para o executivo e legislativo federal, realizadas no dia 2 de dezembro de 1945. Durante a campanha eleitoral, como ainda não dispunham de um periódico próprio, os udenistas goianos canalizaram seus esforços através das páginas de *O Anápolis*. Essa aliança provavelmente nasceu pelo fato de muitos próceres da ala caiadista terem migrado para Anápolis após a desarticulação política promovida por Pedro Ludovico na Cidade de Goiás (FREITAS, 2009). Outro forte indício refere-se à realização da supracitada primeira convenção da UDN na cidade de Anápolis.

Fundado em 31 de março de 1935, no município homônimo, pelo jornalista itaberino Nicanor de Faria e Silva (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980), *O Anápolis* apresentou destacada atuação na política estadual; protagonizando, ao longo dos seus trinta anos de vida, intensos debates com os maiores periódicos goianos. Chamou a atenção até mesmo de *O Popular e Folha de Goiaz*, que se situavam numa cidade que se constituía como centro do poder político estadual e que, com menos de dez anos de existência, já abrigava o maior contingente populacional de Goiás (CORRÊA, 1981).

Posteriormente vendido ao jornalista Arlindo Cardoso, que torna-se seu diretor, *O Anápolis*, contando ainda com o jornalista José Asmar em sua redação, apoia a interventoria ludoviquista:

Na quinta-feira última, foi recebido, em audiência, por S. Ex.^a, o Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado, o nosso diretor que ali fora em visita ao chefe do executivo goiano, de cujo governo é colaborador por julgá-lo o mais feliz e eficiente até hoje visto à frente dos destinos de Goiás, como também pela amizade pessoal que lhe dedica, amizade, aliás, sobejamente correspondida (*O Anápolis*, 28 de maio de 1944).

Com a queda da ditadura varguista, *O Anápolis* migra para a oposição, tecendo duras críticas ao regime no qual um dia assumiu orgulhosamente ser colaborador e tornando-se a principal voz da UDN goiana nas eleições de 1945:

O Estado Novo, amparado nos Estados por representantes da sua confiança, primou pelo descuido da distribuição e manutenção de hospitais e serviços de saneamento. As suas maiores vítimas, no Brasil inteiro, foram as crianças. A mortalidade infantil é assombrosa. Tão assombrosa como o analfabetismo...

(...)

Em Goiás, apenas duas ou três cidades tem água encanada. De asfaltamento, só a capital. O resto foi abandonado e o povo privado de se esforçar para as realizações.

(...)

Ainda nesta semana o presidente José Linhares assinou outro decreto para a profilaxia nacional. Trata-se do que fez extinguir a peça mais distinta do regime fascista do Sr. Getúlio Vargas, pelo qual introduzia os elementos de valor que fossem de encontro à sua doutrina nos cárceres imundos que o sistema governamental construiu.

(...)

Tendo o ex-interventor prometido e não cumprido a emancipação de Nerópolis, numa negociação comercial em troca de votos, o Dr. Marini abandonou o falido PSD (*O Anápolis*, 18 de novembro de 1945).

Esse tipo de matéria esteve presente durante toda a campanha udenista, que foi construída em cima de ataques aos governos de Ludovico e – devido à disputa ser no âmbito federal – Vargas, que se estenderam por longos quinze anos. Do mesmo modo, a campanha pessedista priorizou a defesa das administrações ludoviquistas e varguistas, rebatendo as críticas e acusando os opositoristas, muitos deles ex-aliados, de oportunistas:

Inutilmente, procura-se diminuir o prestígio do Sr. Pedro Ludovico. À [ilegível], movimentam-se meia dúzia de indivíduos, que se repelem intimamente, e que as ambições pessoais, o imediatismo político, o desejo de subir, seja de que forma for, uniram num triste destino; os quais, à falta de argumentos, atiram-se contra aquele que, ontem, endeusaram.

(...)

Os insultos de certo jornal, assacados contra a pessoa de Pedro Ludovico, não atingem o alvo. Voltam-se contra quem os profere. Quem nada construiu, senão a intriga e a maldade; quem fez da imprensa trampolim de assaltos à dignidade alheia, quem hoje elogia para, contrariado amanhã nos seus interesses exclusivistas, vituperar, xingar, deprimir, não pode e nem deve ser aceito nas fileiras dos que produzem, dos que realizam, dos que são úteis à coletividade (*O Social*, 29 de novembro de 1945).

O PSD, herdando recursos materiais e a rede de alianças acumuladas ao longo dos quinze anos de Ludovico no poder, tendo sido este deposto faltando menos de um mês para a realização das eleições, dispozo de um periódico próprio e contando ainda com o apoio de *O Popular* e *Folha de Goiaz*, sagrou-se como grande vencedor do pleito de 1945. Para a Câmara dos Deputados, totalizando 38.981 votos, conquistou cinco cadeiras – Caiado de Godói, Diógenes Magalhães, Galeno Paranhos, Guilherme Xavier e João D'abreu – enquanto a UDN, com 32.078, ficou apenas com duas – Domingos Vellasco e

Jales Machado; no Senado, as duas vagas disponíveis ficaram com os pessedistas Pedro Ludovico e Dario Délio Cardoso (CAMPOS, 2009). A nível nacional, os pessedistas goianos poderiam contar com o apoio de Dutra, que somara 55,39% dos votos contra o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato udenista que conquistou 34,74% dos votos – em Goiás, o placar foi mais apertado, resultando em 48,11% contra 40,22% (CAMPOS, 2009).

As querelas entre *O Social* e *Jornal do Povo* se iniciaram desde a publicação do primeiro número deste, que contesta o resultado das eleições, atacando o princípio da representação proporcional previsto pela lei eleitoral:

A explicação é simples. Fascista por excelência, a Lei Eleitoral dispõe no seu artigo 48 que os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes eleitoral e partidário serão atribuídos ao partido que tiver alcançado maior número de votos. Esses lugares foram dois. Assim, tendo conseguido apenas três, o PSD obteve, de mão beijada, mais dois deputados. Essa é a história da ESMAGADORA vitória (*Jornal do Povo*, 23 de janeiro de 1946).

O Social responde às acusações, ironizando a atuação do seu adversário e negando que a Lei Eleitoral fosse fascista:

O Jornal do Povo começou bem, falando em fascistas, nazistas e outras velbarias que só existem no bestunto dos udenistas. Com eles é assim: quem não reza pela sua cartilha, é nazista. Até a lei eleitoral, muito bem recebida pelos círculos políticos, foi considerada fascista pelo Sr. Domingos Vellasco (*O Social*, 27 de janeiro de 1946).

No mesmo número, parte para o contra-ataque, ao questionar a credibilidade de Alfredo Nasser, então diretor do *Jornal do Povo*, evidenciando suas supostas mudanças de posicionamento político e confrontando-as, como, por exemplo, quando recorda de sua atuação contra a mudança da capital num momento em que já não se contestava mais o sucesso de tal empreendimento:

Surgiu, a 23, o bem feito periódico *Jornal do Povo*, sob a orientação do experimentado jornalista Alfredo Nasser, um dos deputados da antiga Coligação e que, em 1936, tudo fez para impedir a mudança da capital. Posteriormente, o brilhante plumitivo se transferiu para o Rio, ingressando no DASP, de que ainda é funcionário, tendo conseguido, pela sua inteligência, ser um dos braços direitos daquela notável instituição que os demolidores da UDN não se cansam de taxar de fascista. Granjeando admiração de seus pares, foi escolhido para orador oficial desse importante Departamento, tendo, em cerimônia presidida pelo antigo Presidente da República, feito um de seus mais importantes

e expressivos discursos, em que exaltou a obra do Estado Novo. (...). Como se vê, a vida política do redator do *Jornal do Povo* tem sido acidentada, razão bastante para que o antigo e leal defensor do caiadismo fosse chamado pelo Sr. Vellasco para orientar o jornal da UDN em Goiás (*O Social*, 27 de janeiro de 1946).

Diante de um balanço positivo dos udenistas acerca das eleições de 1945, destacando o apoio popular que receberam e buscando uma perspectiva que relativizasse a vitória dos adversários ao, por exemplo, evidenciar que, em Goiás, a soma dos votos de todos os demais partidos era maior que a soma dos votos pessedistas; *O Social* demonstra o tom agressivo e satírico que o consagraria:

Parece que o udenismo regional tem o povo goiano na conta de muito ingênuo. Já dizíamos, em nossa edição passada, que à propaganda jornalística da UDN só faltava querer meter na cabeça de todo o mundo que o seu candidato à Presidência da República era o General Dutra. Ainda não chegou a tal extremo. Entretanto, o seu jornal apregoa, sem nenhum pejo, cousa mais absurda ainda.

(...)

Mas não tem jeito. Ninguém convence o *Jornal do Povo* que a UDN perdeu em Goiás. E o seu maior ridículo é quando tenta provar que o PSD perdeu somando para si os votos do Partido Comunista [coligado com o PSD] (...) (*O Social*, 28 de fevereiro de 1946).

A estratégia de desqualificar seus adversários com ataques pessoais, ridicularizando-os através da ironia e do humor, tornou-se a principal arma de *O Social* para a manutenção do ludoviquismo no poder, de tal modo que não lhe escapava nenhuma oportunidade:

Causou geral estranheza nessa capital, e está provocando os mais curiosos comentários, o fato de não haver circulado a edição do *Jornal do Povo* de 8 do corrente, à vista – segundo informações fidedignas – de haver sido queimada por determinação dos responsáveis por aquele hebdomadário. Que os dirigentes de um órgão não apreciem a matéria do jornal adversário, vá lá e até é muito compreensível. Mas – convenhamos – é preciso atingir-se o clímax da desorientação e da desorganização para justificar-se o que vem de acontecer na alta direção do *Jornal do Povo*. (...) O fato é virgem nos anais do jornalismo pátrio e só pode ser atribuído à descomunal e confessa competência dos nossos doutos colegas (*O Social*, 17 de março de 1946).

O *Jornal do Povo* buscou minar a aliança entre os pessedistas e o interventor interino, Gal. Xavier de Barros, ridicularizando a notícia que sugeria uma suposta condução do processo de redemocratização em Goiás por Pedro Ludovico:

Os pessedistas estão antecipando a chegada do futuro interventor de Goiás com uma ofensiva de boatos que em nada serve à sua causa e cobre, por outro lado, de deprimente ridículo a figura do ilustre oficial general sobre cujo o nome recairá, como parece certo, a nomeação para aquele alto cargo. (...) num ostensivo intuito injuriatório, *Folha de Goiaz* dá, em sua última edição, o Sr. Pedro Ludovico como autor da “proposta” que decidiu, em definitivo, da escolha (*Jornal do Povo*, 1º de fevereiro de 1946).

Ao fracassarem na tentativa de ganhar o apoio do então interventor interino, os udenistas passam a denunciar que o processo de redemocratização estaria sendo conduzido por representantes do próprio grupo que compunha o governo do regime discricionário que findara. *O Social* nega tais acusações:

O Anápolis, um dos órgãos da UDN em Goiás, já iniciou, dentro de seu programa de difamação e de derrotismo sistemáticos, mesquinha e injustificável ofensiva contra a figura altamente respeitável do ilustre interventor General Xavier de Barros, cujo passado de honradez, de civismo e de serviços prestados à pátria o coloca muito acima dos interesses inconfessáveis de intrigantes profissionais (*O Social*, 9 de março de 1946).

Deste modo, o *Jornal do Povo* passa a criticar sua gestão, cobrando-lhe providências, tal como se verifica na matéria de capa ironicamente intitulada de “Tudo vai bem”:

Assassinado pela polícia em Itumbiara o Sr. José Gonçalves de Araújo; assassinado pela polícia em Suçuapara um peão do boiadeiro João Berge; espancado em Marilândia, pela escolta que arrasou a fazenda do Sr. Artur de Bastos, um retireiro do secretário de economia; três queixas-crime oferecidas ao juiz de Matauna contra o oficial que comandou a escolta; espancado a facção em Cruzeiro por um soldado do destacamento de Inhumas um menino de doze anos. “O General só fará o que quisermos”, eis o “slogan” (*Jornal do Povo*, 20 de junho de 1946).

Outra estratégia do *Jornal do Povo* para tentar enfraquecer a poderosa coalizão ludoviquista consistiu em jogar o então interventor, considerado “pessedista dutrista”, contra o senador Pedro Ludovico, assumidamente um “pessedista quememista”, visto que representavam grupos intrapartidários que entraram em atrito na Assembleia Nacional Constituinte¹⁰:

¹⁰ Um episódio marcante ocorreu quando o senador Otávio Mangabeira (UDN) fez uma moção atacando o Estado Novo e celebrando a democracia em uma sessão na Assembleia Nacional Constituinte,

Alucinados com a limpidez do pensamento do chefe do executivo goiano, os companheiros do Sr. Pedro Ludovico passaram a urdir um “contra-golpe”. A expressão é deles: contra-golpe. Ora, o “golpe” que este jornal lhes deu foi conseguir do general Xavier de Barros uma simples declaração de que, entre o Sr. Getúlio Vargas e o general Eurico G. Dutra, a sua preferência era clara: ficava com o general Eurico G. Dutra. Pois o “contra-golpe” veio. Os três jornais do Sr. Pedro Ludovico, *O Social*, *Voz do Oeste* e *Folha de Goiás* andam trombeteando em manchetes e comentários, com evidente intenção de deturpar o seu sentido, esta frase do general Xavier de Barros, pronunciada num discurso em Pirenópolis: “Acho-me de fato e de direito integrado no Partido Social Democrático”. Nada mais claro, nem mais lógico. Por que tanto alarde, então? Alguém andou dizendo que o General pertence à UDN? Não tem ele o direito de reafirmar suas convicções políticas? Aí é que os senhores estão enganados. O que os jornais citados querem fazer crer é que o general voltou atrás nas declarações prestadas ao *Jornal o Povo*, (...) (*Jornal do Povo*, 20 de junho de 1946).

O acirramento do debate político com *O Social* finalmente atingiu a pessoa de Pedro Ludovico, após oito meses de sua saída do Palácio das Esmeraldas, de modo que o *Jornal do Povo*, geralmente mais contido, lança mão da mesma acidez que o seu rival e levanta questionamentos sobre a idoneidade da administração do ex-interventor:

O Social é tipo do jornal gozado. Com um vocabulário muito reduzido, a gente sente que ele luta com sérias dificuldades para dizer as coisas. Até hoje, apesar do sopro de progresso que tem assinalado toda a imprensa do país, a folha do Sr. Venerando de Freitas não conseguiu ainda despir-se da antiga indumentária de pasquim de aldeia. Para o órgão do quererismo goiano, os que não rezam pela sua cartilha são despeitados (...).

Em seu número passado, do dia 8 do fluente, sob a epígrafe “Nem vaia nem agressão”, entre outras coisas sem nexos, afirmou categoricamente o coitado: “E o fez em artigo assinado no *Correio de Uberlândia*, órgão que conta até hoje com uma subvenção propiciada ainda pelo próprio Pedro Ludovico”. (...). Com que direito e para que fim subvencionaria o Sr. Pedro Ludovico, à custa do dinheiro público, um jornal de fora do Estado? Comprou-lhe o silêncio? Não cremos. A ditadura, de há muito, arrolhara a imprensa (*Jornal do Povo*, 20 de junho de 1946).

O Social sai em defesa de Ludovico, valendo-se de uma linguagem carregada de adjetivos lisonjeiros:

Embora repleta de omissões de ordem tipográfica, como vernacular, além de divorciada do mais rudimentar princípio de ética jornalística,

na qual o próprio Vargas (PTB), também senador, encontrava-se presente. Tal moção recebeu o apoio dos possedistas dutristas.

condensa a nota em apreço toda a arrogância, vaidade e [ilegível] de seu redator, que se julga o mais perfeito jornalista da época, o mais aprimorado e fecundo manejador de nossa linguagem (...).

Não passa pela cabeça quilométrica desse tergiversador de fatos, sempre prodiga na germinação do mal, que o esforço construtivo do então chefe de Estado chegasse ao ponto de levar uma subvenção a um órgão cultural extra-fronteira para que este, beneficiando-se, beneficiasse também a nós com a divulgação honesta de nossa riquezas e realizações. (...). (*O Social*, 26 de junho de 1946).

E revida o ataque, ao acusar Alfredo Nasser de corrupção e de traição:

Tendo recebido gordas propinas do Estado Novo, por intermédio de altos cargos de favor no DASP, além dos vários bicos e abundante auto-propaganda, sentiu-se no dever de bajular de público o seu benfeitor, o então presidente Vargas. E prestou-lhe um grande serviço, trabalhando as massas, inflamando-as, com sua oratória magnificamente preparada, para a formação do quererismo, de que, justiça seja feita, foi um dos precursores. Entretanto, destronado o seu ídolo, voltou-se, de lança em riste, contra o antigo protetor (*O Social*, 26 de junho de 1946).

A rivalidade entre *O Social* e *Jornal do Povo* continuou num nível intenso até as eleições de 1947. Após esse período de redemocratização, ambos os periódicos perderam o fôlego, passando por alguns períodos sem publicação, principalmente o *Jornal do Povo*, e atuando de forma mais discreta nas eleições de 1950 e 1954, como veremos adiante.

1.3. AS MIGRAÇÕES DE *O POPULAR* E *FOLHA DE GOIAZ*

1.3.1. O rompimento de Câmara Filho e a renovação de Castro Costa

Nas eleições referentes aos poderes executivo e legislativo estadual e à última vaga goiana à senatoria, realizadas em 19 de janeiro de 1947, Pedro Ludovico amarga duas importantes derrotas: embora a coligação PSD/PCB tenha levado a maioria das cadeiras – 18 contra 14 da UDN/ED – da Assembleia Legislativa Estadual¹¹, Juca Ludovico perdera a disputa para Coimbra Bueno – 38.346 votos contra 40.228 votos, respectivamente – e seu candidato ao senado federal, Paulo Fleury da Silva e Souza, perdera para Alfredo Nasser – 32.863 votos contra 41.806 votos, respectivamente (MOREIRA, 2000).

¹¹ A lista dos deputados estaduais eleitos encontra-se no anexo A.

A cisão nas hostes pessedistas e a campanha anticomunista, com forte atuação da Igreja Católica, foram importantes condições que possibilitaram a primeira grande derrota de Ludovico desde sua chegada ao poder em 1930 (MOREIRA, 2000).

Na Segunda Convenção da UDN, realizada no dia 15 de agosto de 1946, colocou-se em votação os nomes de três pré-candidatos ao governo de Goiás: Alfredo Nasser, Jalles Machado e Cunha Bastos. Nasser ganhou por uma diferença de um voto, o que levou os outros candidatos a contestarem a eleição, acusando-a de ser fraudulenta. Após muita discussão e recontagem dos votos, as candidaturas de Nasser ao executivo goiano e de Cunha Bastos ao senado federal foram homologadas e ambos iniciam campanha (FERNANDES, 2002).

Do outro lado, os conflitos intrapartidários ganharam contornos mais dramáticos. Na escolha do candidato pessedista que concorreria ao executivo estadual, prevaleceu a vontade de Pedro Ludovico, que indicara Juca Ludovico para concorrer com o prestigiado Hosanah Guimarães, apoiado por políticos de elevada projeção no estado. Um discurso provocativo do cacique pessedista, proferido logo após a vitória de seu candidato na convenção do partido, realizada no dia 3 de outubro de 1946, teria aumentado o descontentamento da ala derrotada que, diante do imbróglio, optou pela dissidência político-partidária (MOREIRA, 2000).

Em reunião entre próceres da Dissidência Pessedista e chefes da coligação encabeçada pela UDN, realizada na casa de Aquiles de Pina no dia 30 de outubro, fora lançada a candidatura do engenheiro responsável pela construção de Goiânia, Jerônimo Coimbra Bueno, ao poder executivo estadual. A reprovação do nome de Nasser por parte de muitos dissidentes pessedistas tornou-se uma condição necessária preponderante para a escolha de Coimbra Bueno, de modo que os udenistas, diante da proposta feita pela Dissidência Pessedista, optaram por alguém que não fosse político profissional – portanto, que não tivesse acumulado inimigos – e que, ao mesmo tempo, gozasse de elevada aceitação popular. Para a vaga da vice governadoria, ficou acordado a escolha de um candidato da Dissidência Pessedista para concorrer nas eleições indiretas, que deveriam acontecer na Assembleia Legislativa Estadual assim que os deputados assumissem seus mandatos (ASMAR, 1994).

Câmara Filho votou em Hosanah Guimarães na convenção estadual do PSD, contrariando a vontade do ex-interventor, que havia lançado a pré-candidatura do seu primo. Tal atitude pode ser explicada pelo longo histórico de desentendimentos entre

Câmara Filho e Juca Ludovico, sugerindo certa disputa por prestígio junto a Pedro Ludovico:

(...) recusou *O Popular* a publicar um anúncio do Cine Teatro Goiânia, que lhe foi enviado pelo Dr. José Ludovico de Almeida (...) em 1942. Daí nossa desavença. Como veem os leitores, é um caso banalíssimo e que não teria outras consequências se não fossem os fuxicos feitos pelos inimigos em comum (*O Popular*, 17 de agosto de 1947);

Quando, em abril de 1945, se cogitava do lançamento do nome do Sr. José Ludovico de Almeida para candidato a governador de Goiás, *O Popular*, pelo seu diretor, fez ver naquela ocasião ao interventor Pedro Ludovico, chefe do partido situacionista, as inconveniências dessa candidatura, pois, apesar das qualidades pessoais daquele político, ela já surgia num ambiente de notória impopularidade (*O Popular*, 11 de fevereiro de 1947).

Reaproximando-se de Domingos Vellasco, antigo companheiro na Revolução de 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932, Câmara Filho se candidata a deputado estadual pela Esquerda Democrática (ED) – partido coligado com a UDN – e participa da reunião entre dissidência pessedista, udenistas e correligionários que lançou a candidatura de Coimbra Bueno ao poder executivo estadual (ASMAR, 1989). Nessa conjuntura, valendo-se do seu periódico, Câmara Filho – que demonstrara cautela no apoio a Ludovico desde a sua deposição – passa a atacar os ludoviquistas e a promover a candidatura de Coimbra Bueno:

NÃO TOMOU PROVIDÊNCIAS

Dr. Câmara Filho

Goiandira. 2 – Peço que transmita aos nossos demais correligionários a notícia de que está na cidade de Catalão o Sr. Sebastião Ludovico, irmão do candidato José Ludovico, oferecendo cargos públicos e prometendo demissões em nome do Dr. Pedro Ludovico. Isso em represália à nossa atitude, abusando assim do nome do ilustre interventor (...).

Abraços, Diógenes Sampaio

(...)

O secretário do interventor Joaquim Machado de Araújo, nos últimos dias da semana passada, tomou nesta capital um avião com destino à cidade de Luziânia. Ali chegando, promoveu imediatamente uma reunião do diretório municipal do PSD, conseguindo dos seus componentes um telegrama em favor da candidatura do Sr. José

Ludovico à governadoria do Estado. Este fato causou ali profunda estranheza, (...) porque caracteriza a parcialidade com que o Sr. Interventor está governando o Estado, uma vez que permite a seus secretários se afastarem dos seus postos para, em veículos oficiais, guiados por funcionários do Estado, percorrer o interior fazendo campanha partidária (...) (*O Popular*, 7 de novembro de 1946).

Castro Costa, em contrapartida, votou em Juca Ludovico na convenção do PSD e atuou no sentido de inviabilizar uma aliança entre a Dissidência Pessedista e a UDN, buscando desqualificar as articulações feitas por Jales Machado, líder da ala udenista que promoveu a candidatura de Coimbra Bueno:

Tendo combatido, de unhas e dentes, a candidatura do Sr. Alfredo Nasser, que o derrotou fragorosamente na última convenção udenista, o Sr. Jales Machado não perde a oportunidade para tentar bombardear a candidatura do seu correligionário. Assim é que se apressou em apresentar um candidato de conciliação (...) entre UDN, ED e o tal movimento [Dissidência Pessedista] (...). Acontece que o Sr. Jales Machado não tem credenciais intelectuais nem morais para coordenar política em nosso Estado (*Folha de Goiaz*, 22 de outubro de 1946).

Acumulando o cargo de diretor da *Rádio Clube de Goiânia*, dispondo de relativa autonomia e obtendo recursos financeiros dos *Diários Associados*, Castro Costa, que havia levado a *Folha de Goiaz* para a Rua 2, no Setor Central, em 1945, transforma-a no primeiro diário goiano em 20 de janeiro de 1946 e no periódico com o maior número de tiragem do estado. Porém, ao contrário de *O Popular*, não possuía assinantes no interior, dispondo de uma rede de distribuição com menor capilaridade que a do periódico dos irmãos Câmara. Em 1947, compra dois lotes na Av. Goiás, nos quais seriam construídos a nova redação e oficina (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980). Ao contrário de Câmara Filho, Castro Costa continuou apostando na força do ludoviquismo e se candidatou a deputado estadual pelo PSD.

Mesmo tomando decisões diferentes, ambos ganharam com a eleições: Castro Costa foi eleito deputado estadual e Câmara Filho, que não teve a mesma sorte no pleito, fora recompensado pela atuação político-partidária de seu periódico, sendo nomeado Secretário de Economia Pública pelo candidato a governador vitorioso Coimbra Bueno (ASMAR, 1989).

No auge das comemorações, a utilização de *O Popular* como arma de campanha eleitoral por parte de Câmara Filho é assumida publicamente:

Com a circular distribuída aos juízes de direito do Estado pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral, comunicando que “estão virtualmente terminadas as apurações nessa circunscrição”, chega-se ao termo da grande arrancada política, levada a efeito para constituir em Goiás um governo à altura de nossas necessidades. Vitoriosas as candidaturas democráticas, será oportuno voltar as vistas ao desenrolar da campanha, a fim de colher dela as supremas lições que nos oferece o povo, quando consciente de suas justas reivindicações – campanha na qual, é de justiça acentuar, nosso jornal teve atuação marcante (*O Popular*, 11 de fevereiro de 1947).

As eleições de janeiro de 1947 também foram marcadas por processos judiciais em torno da elegibilidade dos candidatos ao governo estadual. De um lado, os udenistas entraram na justiça contra a candidatura de Juca Ludovico amparados por um dispositivo da lei eleitoral que tornava inelegível aquele que tivesse ocupado o cargo de interventor nos últimos dezoito meses, de modo que o mesmo havia substituído provisoriamente seu primo na interventoria federal entre os dias 20 e 31 de julho de 1945. Do outro lado, a firma de Coimbra Bueno estava sendo investigada por irregularidades nas prestações de contas referentes aos serviços realizados ao Estado de Goiás, situação pela qual os pessedistas recorreram à justiça a fim de impugnar sua candidatura. Entretanto, apesar de os periódicos de ambos os lados considerarem suas respectivas causas vitoriosas, publicando inúmeras matérias provocativas, as duas candidaturas foram consideradas elegíveis pelo TRE (*O Popular*, 11 de fevereiro de 1947).

Pedro Ludovico não se conformou com os resultados nas urnas e interpôs recurso junto ao Tribunal Superior Eleitoral pedindo a cassação do mandato de governador de Coimbra Bueno, empossado no dia 22 de março. Tal pedido fundamentava-se na nulidade dos votos provenientes de seções eleitorais nas quais figuraram como mesários funcionários demissíveis e nas quais votaram praças da polícia estadual e presos do regime semiaberto, situações proibidas pela lei eleitoral. Caso ganhasse o recurso, os votos dessas seções eleitorais seriam anulados e o candidato pessedista Juca Ludovico passaria a ter a maioria dos votos, sendo eleito governador (*O Social*, 9 de maio de 1947). Entretanto, na primeira quinzena de julho, o provimento do TSE ao referido recurso anulou apenas os votos de 21 das 40 seções eleitorais listadas no pedido dos pessedistas, decisão que não fora suficiente para provocar a vitória de Juca Ludovico (*O Social*, 18 de julho de 1947). Insistindo na querela, o PSD entrou com novo recurso e continuou afirmando, através dos seus jornais, que o governo de Coimbra Bueno estaria com os dias contados. Todavia, na última semana de setembro, ocorreu, finalmente, o desfecho que

manteve definitivamente Coimbra Bueno no poder, visto que o TSE se negou a anular as demais seções eleitorais reivindicadas pelos pessedistas (*O Social*, 26 de setembro de 1947).

1.3.2. A *Folha de Goiaz* vai, mas *O Popular* volta

O governo Coimbra Bueno (1947-1951)¹², devido à forte oposição de um poder legislativo majoritariamente pessedista, à falta de apoio do poder executivo federal – ocupado por um presidente pessedista que primava pela austeridade – e ao déficit orçamentário, realizou poucos projetos, dentre os quais, vale citar algumas políticas voltadas ao agronegócio – incentivo à colonização, à mecanização e à produção – e poucas obras infraestruturais – tais como a construção de rodovias e das hidrelétricas dos rios Corumbá e Paranoá (CAMPOS, 2009). Entretanto, sua maior vitória se deu com a implantação do novo Código Tributário, aprovado pela Assembleia Legislativa após a cooptação de alguns deputados pessedistas, no qual era previsto, dentre outras alterações, o aumento do imposto sobre vendas e consignações. Para tanto, o estatuto da Assembleia e os demais projetos de lei que aguardavam votação foram ignorados, de modo que os parlamentares fizeram aprovar em cinco dias um projeto de lei de 150 páginas (*O Social*, 23 de novembro de 1948). Suas medidas relacionadas ao setor agropastoril e a negligência dos três poderes no tratamento dos conflitos entre posseiros e grileiros contribuíram para o aumento do êxodo rural e para o agravamento do problema da disputa por terras que se arrastaria por todo o período estudado (MOREIRA, 2000).

Ao final de 1947, Castro Costa desligou-se da *Folha de Goiaz*, abandonando a carreira jornalística e se dedicando exclusivamente à política e à advocacia. É provável que a derrota de Juca Ludovico tenha influenciado nessa escolha, visto que a ordem do getulista Chateaubriand, para o âmbito estadual, seria a de se aliar a quem estivesse no poder (ROMERO, 2008). Deste modo, Castro Costa teve que escolher entre a aliança com Ludovico e a diretoria da *Folha de Goiaz*.

Campolina de Sá, no início de 1948, e Aluísio Sá Peixoto, no segundo semestre do ano corrente, assumem a direção da *Folha de Goiaz*. Nessa época, o diário flerta com o governo estadual, realizando cobertura favorável sobre a atuação de Coimbra Bueno:

¹² Devido ao fato de a administração do vice-governador Hosannah Guimarães, que assumiu o cargo de chefe do poder executivo após a saída de Coimbra Bueno para se candidatar a senador, não ter se diferenciado substancialmente da administração titular, dando seguimento aos projetos desta, optei por incluí-la em minha análise.

Os debates em torno da futura localização da capital federal estão tomando vulto na Comissão respectiva da Câmara Federal. Há dias atrás, o Governador Coimbra Bueno, perante os membros daquele órgão, teve oportunidade de outra vez ressaltar as magníficas qualidades do quadrilátero Cruls (*Folha de Goiaz*, 22 de outubro de 1947).

E criticando sistematicamente a administração do prefeito de Goiânia, Eurico Viana (PSD), principalmente através da seção intitulada “Reclama o leitor”, publicada diariamente no jornal:

Pelo telefone um senhor, residente em Campinas, reclamou contra um cachorro que há cinco dias acha-se morto em estado de putrefação, na Rua Quintino Bocaiúva, esquina com a Avenida Rio Grande do Sul, dizendo que nem a Saúde Pública e nem a prefeitura tomaram providências nesse sentido.

(...)

Oportuno foi outro apelo dirigido à redação por um leitor relativamente aos quiosques construídos em lotes vagos de nossas avenidas e ruas. “Ontem mesmo, Sr. Redator, vi um carpinteiro armando uma casinha de táboas na Avenida Anhanguera. Se continuar desse jeito sem que as autoridades olhem isso, daqui uns tempos Goiânia terá mais casas de taboas e de panos do que mesmo de tijolos.

(...)

Outra reclamação com o serviço de lixo da capital. Um morador da Rua 71 diz que os caminhões [ilegível] não querem apanhar o lixo de sua casa, fato que não acontece às casas de duas autoridades ali residentes.

(...)

Um morador da rua 8 pede providências à Saúde Pública no sentido de ser feita a limpeza no ralo de esgoto ali existente e que está ameaçando a saúde dos moradores devido ao mau cheiro (*Folha de Goiaz*, 25 de maio de 1948).

Essa atuação da *Folha de Goiaz* é denunciada por seus adversários políticos:

A *Folha de Goiaz*, cuja marcha ziguezagueante na política nacional tem sido digna de nota, parando sempre à porta do Palácio das Esmeraldas, está desenvolvendo uma campanha velada no sentido de desmoralizar os representantes do povo, em benefício da posição do chefe do executivo. Agora vem com uma lenga-lenga a respeito do senador Dario Cardoso. Todos sabem que, no momento, esse jornal não tem idoneidade moral para atacar pessoas que estão acima de seu sistema de “empréstimos e arrendamentos” (*O Social*, 17 de dezembro de 1948).

Reproduzindo as sentenças proferidas pelo dissidente pessedista Aquiles de Pina no título de sua matéria de capa, o jornal defende Coimbra Bueno dos ataques da oposição, que atribui a crise econômica então vigente à sua péssima administração, e tenta

inviabilizar a candidatura de Pedro Ludovico: “O governador não é o principal responsável pela situação – decepcionante a atitude dos políticos – Pedro Ludovico é bastante inteligente para não se candidatar” (*Folha de Goiaz*, 26 de março de 1949).

A escolha de Câmara Filho para ocupar a pasta da Economia fora vista pelos adversários políticos como uma recompensa pela propaganda que o seu jornal havia feito em favor de Coimbra Bueno, uma vez que o diretor de *O Popular* era engenheiro agrônomo e atuara profissionalmente apenas como jornalista e secretário estadual de propaganda (*O Social*, 22 de agosto de 1947). Diante desse delicado cenário, Câmara Filho teve trabalho redobrado na defesa do governo coimbrista e de sua gestão na pasta da Economia:

Compreendendo o vulto e a gravidade da situação, o governador Coimbra Bueno está seriamente interessado no aumento da nossa produção agrícola e pecuária, visando com isso o incremento progressivo das rendas estaduais, que tem decrescido sensivelmente nestes últimos tempos. É, portanto, no fomento da produção que está o êxito do plano de salvação pública que o chefe do executivo goiano pretende levar a efeito, no decorrer do tempo destinado ao seu governo.

Nesse propósito, o Sr. Secretário de Economia Pública está se dirigindo aos prefeitos municipais, ressaltando a necessidade de todos se empenharem pela realização de uma campanha que chegue aos municípios e fazendas, em favor do rápido aumento na produção do setor agrícola e pastoril. Aquela Secretaria se bate, no momento, principalmente pelo maior desenvolvimento das culturas de arroz (...). (...) [A] Secretaria de Economia (...) está empenhada também em difundir em todos os recantos do Estado o plantio (...) (*O Popular*, 5 de outubro de 1947).

Essa defesa se estendeu também a todo o histórico de atuação política de *O Popular*, de modo que Câmara Filho, agora pertencente a um grupo político que havia tomado para si a bandeira da defesa da democracia, admite que ter apoiado a ditadura ludoviquista fora um erro. Porém, nega ter se beneficiado com tal apoio, buscando refutar as acusações feitas por um deputado udenista, que havia rompido com Coimbra Bueno por entender que seu governo privilegiava a dissidência pessedista em detrimento da UDN:

RESTABELECENDO A VERDADE

Embora só tenhamos recebido ontem a carta de autoria do deputado Wilmar Guimarães, estampada na última edição de *O Social*, não nos furtamos ao prazer de responder a ela imediatamente, pois há muito vínhamos desejando que se nos oferecessem uma oportunidade para acabar de vez com essas balelas: “A firma *Jaime Câmara & Irmãos* se

enriqueceu à custa do Estado”; “Os Câmaras são mal agradecidos”; “Cuspiram no prato que comeram”. Afirmações essas de elementos invejosos que, incapazes de enfrentar a vida como nós o fazemos, se acham a detratores inveterados para repetirem essas invenções aos quatro cantos, num combate sistemático e grosseiro à nossa firma (...). Para melhor desfazer o que na carta foi dito, transcrevemos o primeiro período referente a *O Popular*: “deixamos uma situação cômoda, fácil como aquela em que sempre estive *O Popular*, cujos interesses, apesar de serem tantas vezes contrariados pelos governos, continuava apoiando-os para satisfazer o interesse de vender papel ao Estado, para continuarmos na oposição, que não é nada confortável, coisa que muita pouca gente faz”. Não é verdade que *O Popular* tenha tido interesses contrariados (...), mesmo porque jamais pleiteou qualquer favor de qualquer espécie em qualquer época. Não é verdade que acompanhamos o governo movidos pelo interesse de vender papel ao Estado. A nossa colaboração ao Dr. Pedro Ludovico Teixeira foi justa, sincera, espontânea e leal, sem qualquer interesse subalterno (...).

Cumpre-nos esclarecer também que em meados de 1943 deixou a direção do DEIP o Sr. Câmara Filho, nosso diretor (...).

Mais à frente diz o deputado Wilmar Guimarães: “(...). Jamais fomos eleitos para cooperar com o Executivo, e sim para cooperar com o povo goiano. Esse negócio de cooperar com o Executivo é tradição de *O Popular*. (...) Basta consultar uma coleção para se convencer do quanto esse jornal já bajulou, já rastejou num servilismo jamais visto, os antigos detentores do poder, para que os seus interesses pessoais fossem sempre satisfeitos”.

(...)

Ora, bajular é servir servilmente. (...) E a prova de que o nosso jornal jamais foi subserviente está na existência mesma do próprio *O Social* (...). Esse periódico só apareceu em virtude de haver *O Popular* recusado um convite do Dr. Pedro Ludovico para fazer a campanha governamental (...).

Diz ainda o deputado Wilmar Guimarães: “Ao *O Popular* falece a menor parcela de autoridade para falar em princípios, em democracia, ou em outra coisa qualquer que não seja negócios (...)”. Essa história de se dizer que falece a *O Popular* autoridade para falar em democracia é questão de ponto de vista. O deputado pensa dessa forma com relação a este jornal, este jornal pensa da mesma forma com relação àquele deputado. E não vamos discutir por esse motivo.

(...)

Sempre lutamos pelo que entendemos ser o bem coletivo; erramos, sem dúvida, mas de boa fé. E jamais subvertemos a verdade, para a defesa de interesses pessoais (*O Popular*, 17 de agosto de 1947).

Em janeiro de 1948, Câmara Filho, convencido de que a reforma da administração estadual – no intuito de enxugar a máquina pública – agravaria a situação do governo

udenocoimbrista, que contava com crescente impopularidade, começa a se afastar de Coimbra Bueno:

O Dr. Joaquim Câmara Filho, nosso diretor, que vinha ocupando, desde o início do atual governo, o cargo de Secretário de Estado da Economia Pública, na qualidade de um dos representantes da Dissidência do PSD na administração, acaba de pedir ao chefe do executivo sua exoneração. Nesse sentido, dirigiu o mesmo o seguinte telegrama ao governador do Estado:

“Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, Governador do Estado de Goiás, Por mais de uma vez, tenho posto à disposição de Vossência o cargo de Secretário de Estado da Economia Pública. E, nesta oportunidade, quando Vossência promove geral reforma administrativa, venho solicitar minha exoneração do referido cargo, aproveitando o ensejo para agradecer-lhe pelas provas de confiança em mim depositadas, bem como para renovar-lhe protestos de estima e consideração” (*O Popular*, 4 de janeiro de 1948).

Apesar da cordialidade contida no telegrama, a gradativa migração político-partidária de Câmara Filho efetivou-se nos meses que se seguiram. Todavia, sua ruptura com os udenistas e sua delicada reaproximação dos ludoviquistas aparecia, inicialmente, de maneira sutil nas páginas de *O Popular*, evidenciando uma tentativa de consolidar sua nova posição, sem, no entanto, correr o risco de ser questionado acerca das antigas alianças e da referida migração:

(...) é fácil concluir que, no futuro pleito, aqueles governantes que não quiseram ou não souberam conquistar a simpatia popular não resistirão aos primeiros embates da luta que se vai travar pelas sucessões governamentais. No caso de Goiás, por exemplo, onde os partidos começam igualmente a movimentar-se, observa-se aquele desnorteamento que nos autoriza a prever os prováveis rumos da política estadual, em virtude da incapacidade política desse ou daquele partido, bem como desse ou daquele administrador (*O Popular*, 4 de julho de 1948).

Nas eleições de 19 de janeiro de 1947, Câmara Filho, assim como Jaime Câmara na época da mudança da capital, teve o cuidado de não cair na tentação do embate que ultrapassasse a esfera pública, bastante comum à época, conservando os adversários políticos poderosos como possíveis aliados e não como inimigos. Entretanto, sua nova aliança com Pedro Ludovico seria, evidentemente, diferente da que se estabelecera em tempos de Estado Novo. Primeiramente, porque os contornos típicos da democracia representativa, tais como o surgimento de vozes dissonantes nos meios de comunicação em massa e a maior maleabilidade das alianças políticas, além de reduzirem o poder

hegemônico de Ludovico, mergulharam ambos em um novo jogo de condições de possibilidades. Em segundo lugar, seria diferente devido à memória da ruptura ocorrida no episódio da dissidência pessedista – um duro golpe para o interventor que não estava acostumado a ser contrariado – e pela memória do calor dos debates políticos promovidos na disputa eleitoral entre Juca Ludovico e Coimbra Bueno. Diante disso, e seguindo com sua supracitada estratégia referente ao trato com os adversários políticos, Câmara Filho aproveita, por exemplo, a data do aniversário do batismo cultural de Goiânia, cuja construção colocou Coimbra Bueno e Pedro Ludovico no mesmo lado, para se posicionar publicamente:

Ninguém pode negar que a mudança para aqui, da sede do governo, abriu perspectivas imensas e promissoras para o Estado de Goiás, concorrendo para projetar esta Unidade Mediterrânea em todo o país e, ao mesmo tempo, pondo em relevo nossas grandes reservas naturais e o espírito realizador do povo goiano. A construção da nova capital do Estado, realização do então interventor Pedro Ludovico, impunha-se por muitos motivos, principalmente pelos de ordem política, econômica e social, tendo os serviços sido executados pela Firma Coimbra Bueno (*O Popular*, 8 de julho de 1948).

Nessa matéria, Câmara Filho busca uma aproximação com Pedro Ludovico, ao enfatizar que a construção de Goiânia fora uma realização de sua autoria. Porém, deixa transparecer, intencionalmente ou não, que será uma aliança de outra natureza; pois, não voltou a usar adjetivos lisonjeiros para se referir à sua pessoa e apresentou o motivo de ordem política para a construção da nova capital em equivalência com os demais motivos, algo que nunca aparecera em *O Popular* no período da antiga aliança. Ao mesmo tempo, Câmara Filho demonstra preocupação em relação ao risco de Coimbra Bueno tornar-se seu inimigo e, por isso, não deixa de citar seu nome; porém, reforça sua nova posição de adversário político, uma vez que não enfatiza mais o esforço pessoal do engenheiro na construção de Goiânia, mas, sim, o de sua empresa capitalista movida por interesses financeiros.

No intuito de recuperar um pouco do prestígio que um dia tivera com Pedro Ludovico, Câmara Filho busca trazer de volta os demais dissidentes pessedistas, que também estavam demonstrando insatisfação com o governo udenocoimbrista, intermediando as negociações:

A propósito do acordo entre o PSD e a corrente dissidente, ora em adiantado andamento, vem modificando, de modo profundo, o panorama político de Goiás, podendo o fato motivar acontecimentos

inesperados em nossos quadros partidários. O presidente Eurico Dutra mostra-se interessado pelo conagraçamento entre PSD e PSDI [Partido Social Democrático Independente], na expectativa de ver realizado o clima de tranquilidade necessário ao maior desenvolvimento deste estado mediterrâneo (*O Popular*, 21 de outubro de 1948).

Entretanto, muitos dissidentes pessedistas não gostaram das provocações feitas em *O Social* durante as delicadas negociações de reaproximação e, sob a liderança do vice-governador Hosannah Guimarães, único a manter-se no governo, visto que não poderia ser demitido pelo governador, decidiram continuar independentes das grandes frentes político-partidárias estaduais, filiando-se em massa ao Partido Social Progressista (PSP), criado de uma junção entre PR e PRP. Porém, Câmara Filho, que havia rompido com o governo desde a sua exoneração do cargo de Secretário da Economia e liderava as negociações com o PSD na qualidade de representante da Dissidência, não concorda com essa decisão e rompe com a mesma, retornando, oficialmente, às hostes ludoviquistas (*O Popular*, 16 de junho de 1949).

1.4. *O DEBATE, JORNAL DE NOTÍCIAS E CINCO DE MARÇO: AS VOZES DAS NOVAS FRENTES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS*

1.4.1. *O Debate*: de situação à oposição

No intervalo entre as eleições de janeiro e as eleições municipais de 23 de novembro de 1947, houve inúmeras cisões partidárias, fato que proporcionou a fundação de novas legendas em Goiás. Deste modo, além do PSB, antiga ED de Vellasco, foram criados, em Goiás, os diretórios estaduais do: PTB, constituído por pessedistas varguistas; PR, que abrigou, principalmente, os dissidentes pessedistas; PRP, composto, em sua maioria, de elementos provenientes da ala anticaiadista da UDN (ASMAR, 1994). Nesse oceano de partidos não havia, entretanto, divergências ideológicas substanciais, de modo que se verificou as mais variadas alianças políticas nos municípios. Embora geralmente houvesse formado nos municípios as coligações PSD/PTB, UDN/PSB/PRP e PR; vale destacar a aliança consolidada entre o PSD, UDN, PTB e PSB em torno da candidatura de Jonas Duarte para prefeito de Anápolis. Seu adversário, Carlos de Pina (PR), pertencia à família mais poderosa da referida cidade e tinha como padrinho o dissidente pessedista Aquiles de Pina, principal articulador do governo udenocoimbrista. A aliança entre PSD

e UDN contra o PR se repetiu também em Arraias e Anicuns (*O Popular*, 3 de outubro de 1947).

Outra aliança inusitada ocorreu entre a UDN e os comunistas, os quais haviam sido condenados, em maio do ano corrente, à ilegalidade pelo Ministério da Justiça. Assim, em troca de apoio ao candidato udenista à prefeitura de Goiânia, João Teixeira, os antigos pecebistas Alberto Xavier de Almeida, José Nonato e João Benedito da Rocha poderiam concorrer à uma vaga na Câmara Municipal da referida capital, inscrevendo-se na principal legenda responsável pela campanha anticomunista das últimas eleições estaduais (*O Social*, 7 de novembro de 1947). Se em Anápolis foram inscritos apenas dois candidatos a prefeito e formada uma chapa com quatro partidos, em Goiânia quatro candidatos disputariam o pleito: além do supracitado candidato udenista, a coligação PSD/PTB lançou a candidatura de Eurico Viana e PR e PSB apresentaram candidatos próprios, a saber, Públio de Souza e Newton Albernaz, respectivamente (*O Social*, 14 de novembro de 1947).

As eleições municipais foram tão equilibradas quanto as estaduais. Eurico Viana ganhou com folga em Goiânia, com 2.981 votos contra 1.950 votos de João Teixeira, 1.415 de Públio de Souza e 342 de Newton Albernaz. Porém, a UDN fez maioria na Câmara, com oito vereadores contra quatro do PSD, dois do PTB, dois do PR e um do PSB (*Folha de Goiaz*, 30 de novembro de 1947). Vale destacar que dos três ex-pecebistas que se candidataram a vereador pela UDN, dois deles se elegeram, sendo os mais bem votados da legenda (*Folha de Goiaz*, 30 de novembro de 1947). Em Anápolis, apesar da monumental aliança entre PSD, UDN, PTB e PSB, Carlos de Pina venceu, com 2.208 votos contra 2.157 de Jonas Duarte, tendo que governar sem o apoio do poder legislativo municipal (*O Popular*, 30 de novembro de 1947).

Somando com os resultados das eleições suplementares de 1948, em municípios que tiveram seus pleitos anulados, o PSD totalizou 26 prefeituras contra 22 da UDN (RABELO, 1978). Convém destacar, pela importância política à época, a conquista dos municípios de Morrinhos, Rio Verde, Inhumas, Itaberaí, Pires do Rio, Caiapônia, Goiutuba, Jataí e Trindade pelos pessedistas e a conquista dos municípios de Silvânia, Goiás, Ipamerí, Pirenópolis, Mineiros e Itumbiara pelos udenistas (*O Social*, 8 de dezembro de 1947). Devido a acordos locais, ambos dividiram ainda as prefeituras de Anicuns e Arraias, enquanto que o PR, além de Anápolis, ficou com Planaltina e o PSB com Catalão (*O Social*, 8 de dezembro de 1947).

Após as eleições municipais, inúmeras denúncias de fraude eleitoral repercutiram na imprensa, tal como a que afirmava que um indivíduo, a mando do candidato Jonas Duarte, teria votado com um título de eleitor pertencente a uma vítima de assassinato, no intuito de anular a seção eleitoral de Sousânia, distrito de Anápolis, que teria uma esmagadora vantagem de votos para o candidato Carlos de Pina (*O Popular*, 7 de dezembro de 1947). Fraudes dessa natureza foram relatadas por representantes de todos os partidos, de modo que os diretórios dos mesmos interpuseram recursos junto ao TRE pedindo a nulidade das eleições nos municípios de Jataí, Jaraguá, Palmeiras de Goiás, Pirenópolis, Tocantinópolis, Pires do Rio, Suçupara e Itaberaí (*Folha de Goiaz*, 3 de dezembro de 1947; *O Popular*, 21 de dezembro de 1947; *O Social*, 8 de dezembro de 1947).

A coerção do eleitorado por autoridades públicas revelou-se outra prática ilegal recorrente nos noticiários. Repercutiu bastante, por exemplo, o caso de Ulisses Jaime, chefe de polícia do Estado que teria coagido eleitores a votarem em seu primo, Cornélio Jaime, para prefeito de Pirenópolis (*O Social*, 8 de dezembro de 1947). Outro caso que ganhou destaque foi o do afastamento do Tenente Wandelkoke de Brito Cunha do cargo de delegado de polícia de Inhumas, pois o mesmo teria se recusado a fazer pressão nos eleitores inhumenses (*O Social*, 7 de novembro de 1947).

As denúncias de patrimonialismo se estendem ao momento da posse dos candidatos eleitos em Goiânia. Primeiramente, a Imprensa Oficial do Estado, sob a alegação de acúmulo de serviço, teria se negado a imprimir seus respectivos diplomas, fato que inviabilizaria tal evento. A realização da cerimônia em questão só foi possível graças à encomenda à uma oficina tipográfica particular custeada pelo próprio Eurico Viana. Em seguida, tais denúncias atingem a própria pessoa do governador, que teria negado o pedido, proveniente de um juiz eleitoral, para a disponibilização do auditório do Departamento Estadual de Cultura, a fim de realizar a cerimônia de posse do prefeito e dos vereadores goianienses (*O Social*, 8 de dezembro de 1947).

Em 1947, no início do mês de setembro, um grupo de próceres udenistas comprou a *Gráfica União* – responsável pela confecção dos exemplares do *Jornal do Povo* – e fundou a *Sociedade Goiana de Artes Gráficas Limitada (SONAGRA)*, que objetivava angariar fundos para a construção de uma moderna oficina tipográfica. No dia 25 do mesmo mês, Domingos Vellasco – então líder da Esquerda Democrática, sócio da *SONAGRA* e deputado federal pela UDN – fundou o Diretório Estadual do PSB, do qual seria o presidente regional, e o seu respectivo órgão oficial de comunicação, o periódico

O Debate, do qual seria o diretor. Devido à demora nas reformas, que esbarraram em problemas financeiros, por várias vezes a *SONAGRA* ficou impossibilitada de imprimir exemplares do *Jornal do Povo* e d'*O Debate* durante um período que se estendeu até o mês de abril do ano seguinte (*O Debate*, 4 de maio de 1948).

Aliado de Coimbra Bueno na primeira metade do seu governo, Vellasco sai em defesa do código tributário:

Os inimigos – inimigos gratuitos, aliás – do Código Tributário goiano lançam mão de todas as armas, por mais escusas que pareçam, no combate à nossa lei fiscal. Entre essas, utilizam uma que constitui séria injúria à Assembleia Legislativa goiana. Trata-se da afirmação, feita em alto e bom som, de que, por uma imposição do poder executivo, foi o Código Tributário, constante de 363 artigos bem contados, discutido e votado em cinco dias apenas. Os representantes do povo, segundo o que se conta e o que se diz, não teriam tido o direito de apresentar emendas ao anteprojeto de tão importante lei (...). Isto tem sido dito e repetido com tal insistência que até um jornal da responsabilidade, da seriedade, da prudência e da cautela de *O Popular* acaba de reconhecê-lo (...) (*O Debate*, 29 de junho de 1948).

E, com um leve tom de cinismo, contesta as acusações de *O Social*, pois, se são verdadeiras, a própria atuação e organicidade do PSD seria colocada em xeque, visto que, para tanto, o governador teria cooptado parlamentares pessedistas:

A bancada pessedista, majoritária na Assembleia Legislativa, ciosa que é da sua independência, por mais de uma vez tem dado provas do seu valor combativo, da sua coragem cívica, do seu ardor patriótico. Tem enfrentado, em mais de uma oportunidade, duras refregas, saindo sempre do combate com a sua honra e a sua dignidade intactas. Não seriam homens de tal estofo moral que se iriam curvar ante imposições do poder executivo, chamasse-se este, embora, Coimbra Bueno ou Eurico Gaspar Dutra (*O Debate*, 29 de junho de 1948).

O cancelamento do registro do PCB em abril de 1947, a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas em janeiro de 1948, o fechamento do periódico comunista *O Estado de Goiás* e o clima de tensão gerado pelo anticomunismo possibilitaram uma reconfiguração na qual *O Debate* apresentou-se como o único a propagar um discurso – autorizado, porquanto jogava de acordo com as regras da institucionalidade democrático-liberal – que destoava dos demais periódicos:

O partido promoverá, por todos os meios pacíficos e democráticos, a substituição do regime capitalista, com todas as suas monstruosas desigualdades sociais, por um sistema socialista em que desapareçam

os privilégios iníquos que a riqueza particular monopoliza. E para isto irá até à socialização da terra, da grande indústria, do grande comércio e do crédito; mas tudo gradativamente, e na medida em que as condições do Brasil o exigirem (*O Debate*, 4 de maio de 1948).

Deste modo, *O Debate* lançou-se a forjar uma identidade própria, diferenciando os membros do PSB, comumente chamados de socialistas, dos demais políticos: “aos deputados não socialistas, salvo honrosas exceções, é indiferente pertencer à UDN como ao PSD, ao PR como ao PTB, desde que estejam em paz com seus cabos eleitorais” (*O Debate*, 16 de maio de 1948).

Enquanto um enviado do presidente Dutra visitava Goiás a fim de apurar os polêmicos relatos vindos de Caiapônia, o prefeito da cidade de Catalão, João Neto de Campos (PSB), coligado com o PSD, é baleado por Palissy Guimarães, que teria agido a mando de João Sampaio, irmão do Secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado (*O Social*, 16 de março de 1948). O periódico situacionista *O Debate*, a despeito de ser o porta-voz do partido da vítima do atentado, procura mostrar que tal episódio é fruto exclusivamente de problemas locais e que o governo estadual estaria empenhado em punir os culpados (*O Debate*, 4 de maio de 1948). Porém, a insatisfação de Vellasco com as atitudes de Coimbra Bueno, que estaria afastando-o de seu governo, fora aumentando nos meses que se seguiram, de tal maneira que o deputado socialista passou a manifestá-la publicamente (*O Debate*, 20 de junho de 1948). Diante disso, seu periódico passou a rechaçar a alcunha de situacionista e a se identificar como uma “terceira força” (*O Debate*, 11 de julho de 1948). Sendo assim, *O Debate* mudou sua postura em relação à ocorrência de novos episódios de abuso de autoridades públicas – principalmente em Mateira, Baliza, Anápolis, Goiandira e Buriti Alegre – e começou a pressionar o governo udenocoimbrista:

Antes que seja tarde demais, fez o PSB um apelo ao governador do Estado, para que se liberte das influências dos que o estão desligando do povo e volte a haurir no seio dele (o povo) a inspiração para governar sem facciosismo. Comece por vigiar as autoridades que, nos municípios, se ponham a serviço das correntes palacianas contra os demais partidos (*O Debate*, 11 de julho de 1948).

Ademais, entendendo que o seu partido se encontrava numa posição favorável à intermediação, Vellasco realiza uma campanha no sentido de unir todas as forças político-partidárias:

Retome a posição inicial de governador de todos os goianos, inclusive dos que o combateram, para que se possa criar um ambiente de

compreensão e o seu governo disponha do apoio de TODAS AS FORÇAS POLÍTICAS, para a tarefa de sanear as finanças do Estado, fomentar o desenvolvimento de suas fontes de produção e resolver os problemas que mais interessam à nossa população (*O Debate*, 11 de julho de 1948).

Tais atitudes do líder socialista não agradaram aos udenistas, os quais, através do *Jornal do Povo*, em seu número publicado no dia 17 de julho de 1948, teriam criticado o que, segundo os mesmos, seria uma postura cômoda, visto que o PSB não possuiria um lado, podendo agir de acordo com suas conveniências momentâneas. Respondendo incisivamente à essa crítica, Vellasco rompe definitivamente com o governo:

Achou o jornal do Sr. Francisco de Brito que a nossa posição é “cômoda”, porque o PSB “continua não sendo contra nem a favor”. É simplesmente gozada essa análise burguesa dos fatos, escrita no melhor estilo da “eterna vigilância”. Para os espíritos conservadores, que seguem os velhos métodos carcomidos da politicalha, o único fim dos partidos é galgar os postos de governo, mandando, quase sempre ao diabo, os meios honestos de o conseguir (*O Debate*, 18 de julho de 1948).

Esse rompimento também impossibilitou a efetivação do seu projeto de união interpartidária, pelo qual se tornaria o principal articulador entre as frentes políticas estaduais. No entanto, Vellasco apresenta outros motivos que teriam levado ao fracasso de tamanha empreitada:

Evidente é hoje que o esforço do Partido Socialista Brasileiro, no sentido de obter um entendimento público e franco entre os partidos, não alcançou nenhum resultado. Não que ele fosse impossível, como então se alegou, mas porque faltou a necessária inteligência política e o indispensável espírito público para realiza-la (*O Debate*, 18 de julho de 1948).

1.4.2. O antiludoviquismo do *Jornal de Notícias*

Nas eleições aos poderes executivo e legislativo federal, estadual e municipal, realizadas em 3 de outubro de 1950, o PSD goiano, coligado com o PTB e com o PSB, obtém as vitórias mais expressivas de sua história. Pedro Ludovico volta ao Palácio das Esmeraldas com 60,4% dos votos contra 39,6% do udenista Altamiro de Moura Pacheco, apoiado pelo PSP, PR, PTN e PRP. Além da consagração da imagem do cacique pessedista, construída durante quinze anos de interventoria federal, como o maior líder à frente dos rumos goianos (SOUZA, 2015), o sucesso do PSD nessas eleições também pode ser explicado pelo assassinato, ocorrido no dia 6 de setembro de 1950 em Nova

Aurora, de Idalino Rosa Neto Tatico, chefe da agremiação no referido município, e do deputado estadual Getulino Artiaga por membros da UDN local¹³ (MOREIRA, 2000).

Domingos Vellasco (PSB), que voltou a ser aliado de Pedro Ludovico após romper com a UDN, devido à sua insatisfação referente às alianças políticas do governo udeno-coimbrista, conquista a primeira cadeira goiana ao Senado Federal, com 51,8% dos votos. Coimbra Bueno (UDN), que havia deixado o posto de governador desde junho para concorrer às eleições, fica com a segunda cadeira, contabilizando 29,8% dos votos (CAMPOS, 2009).

Alfredo Nasser, que nas últimas eleições à senatoria, em janeiro de 1947, havia somado mais votos que o próprio governador eleito, vê sua pré-candidatura ao executivo estadual minada graças à preferência da UDN por um candidato de conciliação – Moura Pacheco – que agradasse às novas alianças partidárias, do mesmo modo que ocorrera na escolha pela candidatura de Coimbra Bueno na convenção de 1946. Depois, vê sua pré-candidatura ao senado ruir quando os udenistas articulam a pré-candidatura do ex-governador, perdendo uma disputa para Coimbra Bueno pela segunda vez. Essas derrotas dentro da UDN o levaram ao seu desligamento da referida agremiação (ASMAR, 1994). Nasser funda o diretório estadual do PSP, se candidatando a senador por esta legenda; porém, ao contrário de Vellasco, não se alia à Pedro Ludovico, escolhendo coligar-se com a UDN. Suas desavenças com os ludoviquistas eram tão grandes que, mesmo sendo traído três vezes pelos udenistas, não rompeu completamente com estes (ASMAR, 1994). Como só haviam duas vagas para o Senado, Nasser, com 18,4% dos votos, ficou de fora (CAMPOS, 2009).

A coligação ludoviquista ainda elege quatro deputados federais – Paulo Fleury da Silva e Souza (PSD), Galeno Paranhos (PSD), Plínio Gayer (PSD) e Benedito Vaz (PSD) – contra três da coligação encabeçada pela UDN – José Fleury (UDN), Jales Machado (UDN) e João D’Abreu (PR) (*O Social*, 15 de setembro de 1950). Para a Assembleia Legislativa Estadual, a proporção se manteve a mesma das eleições anteriores: a coligação ludoviquista conquista 18 cadeiras contra 14 da anti-ludoviquista¹⁴ (CAMPOS, 1996):

Após se desligar da UDN no dia 5 de outubro de 1950, Nasser funda o Diretório Estadual do PSP, tornando-se seu presidente, e, no dia 12 de julho de 1952, o periódico *Jornal de Notícias*, que se consagraria como porta-voz da referida agremiação (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980). Contando sempre com a direção de

¹³ Acontecimento analisado no tópico 2.1.1. do segundo capítulo.

¹⁴ Ver a lista dos deputados estaduais eleitos no anexo B.

Nasser, o *Jornal de Notícias*, em sua primeira fase, circulou semanalmente, aos domingos, e se localizou na Praça Joaquim Lúcio, em Campinas. Na segunda fase, inaugurada no dia 5 de fevereiro de 1956, muda-se para a Avenida Goiás e torna-se bissemanário e bicolor, passando a diário em junho de 1958. Encerra suas atividades em meados de 1959, quando Nasser assumiu o mandato de deputado federal, mudando-se para o Rio de Janeiro (ASMAR, 1994).

O governo de Pedro Ludovico (1951-1955)¹⁵, sem os obstáculos que inviabilizaram o governo do seu antecessor, pôde colocar em prática inúmeros projetos: iniciou a construção das hidrelétricas Usina do Rochedo e Cachoeira Dourada; realizou o Plano Rodoviário Estadual, além de contar com o apoio do governo federal, que construiu quatro rodovias, dentre as quais, destacou-se a Transbrasiliana, e deu seguimento aos incentivos para o setor agropecuário (CAMPOS, 2009). Todavia, em relação ao governo de Coimbra Bueno, a maior diferença se verificou no tratamento à Goiânia, na qual Pedro Ludovico estrategicamente privilegiou a execução das obras de urbanização, acelerando o crescimento de sua maior realização e, conseqüentemente, criando condições favoráveis à propaganda de sua imagem (*O Popular*, 21 de fevereiro de 1954). No entanto, sua gestão ficou conhecida pela elevada incidência de práticas autoritárias e violentas, tais como a que levou ao assassinato do jornalista Haroldo Gurgel; episódio pelo qual, devido às repercussões a nível nacional e internacional (*Diário de Goiás*, 21 de outubro de 2012), sofreu sanções do governo federal, como, por exemplo, a que acarretou no corte de verbas destinadas à construção de Cachoeira Dourada (CAMPOS, 2009).

Durante o Governo Pedro Ludovico, o *Jornal de Notícias* se consagra como principal voz da oposição, denunciando as práticas autoritárias perpetradas pelos representantes daquele:

(...). O Sr. Temístocles Carvalho, residente em [ilegível], Mato Grosso, está impossibilitado de atravessar o Araguaia e passar por aquela cidade porque o Sr. Jarbas Jaime deu ordens à polícia para que o prendesse. O Sr. Temístocles Carvalho reside na região há vinte e quatro anos e nada pesa contra a sua conduta. É um homem de bem, (...) e chefio, quando isso era possível, o diretório municipal da UDN. Muitos fatos e muito graves desenrolam-se nesta capital, acintosamente à visa do Chefe de Polícia. S. S. bem poderia, assim, [ilegível] preocuparse menos com assuntos que a Constituição da República resolve perfeitamente, tanto no que diz respeito à liberdade de locomoção, como no de exercer, um

¹⁵ Incluo a administração do vice-governador Jonas Duarte em minha análise pelo mesmo motivo apresentado na análise do governo anterior.

cidadão, suas atividades políticas como e onde quiser (*Jornal de Notícias*, 21 de setembro de 1952).

Nas eleições realizadas em 3 de outubro de 1954, referentes aos poderes executivo estadual e legislativo federal e estadual, a coligação ludoviquista vence novamente; mas, os resultados mostram um maior equilíbrio. Para governador, por uma diferença de apenas 1128 votos, Juca Ludovico (PSD), ex-secretário da fazenda do governo do seu primo, desbanca Galeno Paranhos (UDN), ex-deputado federal pessedista que rompeu com Pedro Ludovico após a não indicação de sua candidatura ao executivo estadual (FERNANDES, 2002). As duas vagas ao Senado são preenchidas por Coimbra Bueno (UDN), com 103590 votos (25,3%), e por Pedro Ludovico (PSD), que surpreendentemente fica na segunda colocação, com 103470 votos (25,2%). Dário Délio Cardoso (PTB) e Alfredo Nasser (PSP) ficam de fora, com 101.716 votos (24,8%) e 101.694 votos (24,7%), respectivamente. Para a Câmara Federal, as duas coligações elegem quatro deputados cada: Anísio Rocha (PSD), Benedito Vaz (PSD), Cônego José Trindade (PTB), Wagner Estelita (PSD), César da Cunha Bastos (UDN), Emival Ramos Caiado (UDN), João d'Abreu (PSP) e Nicanor Silva (PSP). Para a Assembleia Legislativa Estadual, novamente a coligação PSD/PTB elege 18 deputados e a coligação UDN/PSP elege 14 deputados¹⁶.

Um dos fatores que possibilitaram esse maior equilíbrio se deve ao desgaste do governo de Pedro Ludovico, que teve a sua imagem associada à violência e ao autoritarismo, em decorrência de uma série de episódios, dentre os quais, vale ressaltar dois: a invasão, no dia 4 de junho de 1953, de jagunços armados ligados ao PSD à Assembleia Legislativa, no intuito de intimidar a bancada opositora, e o atentado ocorrido no dia 8 de agosto de 1953 que resultou na tentativa de assassinato dos irmãos Antônio Carneiro Vaz e João Carneiro Vaz, proprietários do jornal oposicionista *O Momento*, e no assassinato do jornalista Haroldo Gurgel, que trabalhava no referido diário matutino¹⁷ (CAMPOS, 2009).

Eleito por uma pequena diferença de votos em pleito no qual o PSD apresentou seu pior desempenho no período estudado, Juca Ludovico (1955-1959) se desdobrou nas realizações de seu governo: recuperou as relações amigáveis com o governo federal; criou as Centrais Elétricas de Goiás S.A. (CELG); concluiu a construção da usina de Cachoeira Dourada; promoveu uma reforma administrativa; construiu 1458 km de estradas e atuou

¹⁶ Ver a lista de deputados estaduais eleitos no anexo C.

¹⁷ Acontecimentos analisados, respectivamente, nos tópicos 2.1.2. e 2.1.3. do segundo capítulo.

decisivamente no processo de mudança da capital federal, desapropriando uma área de 4300 alqueires e construindo um aeroporto na mesma (CAMPOS, 2009). Embora a Assembleia Legislativa – sob o pretexto de sincronizar as eleições ao executivo estadual com as eleições ao executivo federal que ocorreriam em 1960 – tivesse aprovado a prorrogação do mandato de Juca Ludovico por dois anos, após este formar com os partidos da oposição uma ampla aliança em prol do projeto de transferência da capital federal, o poder judiciário vetou tal manobra devido ao seu caráter inconstitucional (FERNANDES, 2002).

Atendendo ao apelo de Juca Ludovico para a união em torno da construção de Brasília, o *Jornal de Notícias* atuou em prol da política de pacificação em Goiás, deixando de criticar seu governo e buscando viabilizar o lançamento de uma candidatura conciliatória entre os partidos goianos (*Jornal de Notícias*, 17 de novembro de 1957).

Tal posicionamento poderia indicar um abrandamento do antiludoviquismo de Nasser. Todavia, se pensarmos que tal projeto poderia trazer mais prestígio no meio político para Juca Ludovico, reduzindo a hegemonia do seu primo, e/ou provocar uma divisão dentro do PSD, como de fato ocorreu; essa atuação do *Jornal de Notícias*, na verdade, se caracterizaria como um antiludoviquismo reciclado. Em resposta, todas as tentativas de pacificação foram rechaçadas por Pedro Ludovico (*Jornal de Notícias*, 26 de fevereiro de 1958).

Nas eleições para governador e para a composição do legislativo estadual e federal, realizadas no dia 3 de outubro de 1958, apesar da cisão com o PTB, devido à negação de um acordo para formação de chapa única entre todos os partidos goianos, o PSD retoma seu predomínio (CAMPOS, 2009). José Feliciano Ferreira (PSD), ex-secretário de educação do governo de Juca Ludovico, conquista 56,85% dos votos contra Cunha Bastos (UDN), que contabilizou 43,15% dos votos, apoiado pelo PSP, PTB, PRP e PDC (MOREIRA, 2000). A única vaga ao Senado Federal é ocupada pelo ex-deputado federal Taciano Gomes de Melo (PSD), que vence Abelardo Coimbra Bueno (PTB), irmão de Jerônimo Coimbra Bueno, por 54,6% a 45,4% dos votos, respectivamente (*O Popular*, 19 de outubro de 1958).

Para a Câmara dos Deputados, o PSD elege cinco representantes e a coligação adversária elege três, a saber, pela ordem dos mais bem votados: Mauro Borges Teixeira (PSD), Alfredo Nasser (PSP), Anísio Rocha (PSD), Antônio Rezende Monteiro (PTB), Gerson de Castro Costa (PSD), Emival Ramos Caiado (UDN), filho de Totó Caiado, Wagner Estelita Campos (PSD) e Benedito Vaz (PSD) (*O Popular*, 17 de outubro de

1958). A votação de Mauro Borges, que nunca havia concorrido em qualquer eleição, foi tão expressiva que, mesmo Willmar Guimarães (UDN) tendo recebido mais votos que Benedito Vaz (PSD), devido ao fato de o regulamento eleitoral se fundamentar no princípio da representação proporcional, o político udenista ficou de fora (*O Popular*, 18 de outubro de 1958). Na Assembleia Legislativa Estadual, numa regularidade impressionante, as dezoito cadeiras ludoviquistas se mantiveram pela terceira vez seguida, com a diferença de que todas pertenceriam a somente um partido¹⁸.

Durante as eleições 1958, o *Jornal de Notícias* tornou-se peça fundamental na campanha da coligação UDN-PSP, propagandeando seus candidatos: “Vote em Nasser para deputado federal” (*Jornal de Notícias*, 2 de setembro de 1958). E atacando seus adversários políticos com graves acusações: “Mataram e fugiram no avião de José Feliciano”; “Candidato do PSD tenta matar o concorrente da Coligação” (*Jornal de Notícias*, 5 de setembro de 1958);

Ninguém desconhece que o Sr. Pedro Ludovico foi sempre um homem amigo da violência. No período ditatorial, como interventor, praticou uma série enorme de atentados aos direitos individuais, de que nos dá notícia o discurso impressionante proferido na Assembleia Constituinte de 1946 pelo deputado Jales Machado. E se não foi além no cumprimento da sua vocação autoritária, é que o continha o receio de ser dispensado das funções que exercia pelo presidente Vargas. Eleito governador, principalmente no quadriênio de 1950 a 1954, quando as forças oposicionistas ameaçavam seriamente o seu domínio, excedeu-se na intolerância, no despotismo na prepotência (*Jornal de Notícias*, 6 de setembro de 1958).

1.4.3. A herança nasserista e a renovação das oposições do *Cinco de Março*

José Feliciano (1959-1961), com um mandato de apenas dois anos, busca dar continuidade às realizações de seu antecessor; construindo estradas vicinais para ligar a Transbrasiliana ao maior número possível de municípios, ampliando a rede de distribuição elétrica a partir da usina de Cachoeira Dourada e criando a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás (Casego) e a Companhia Agrícola do Estado de Goiás (Caesgo); demonstrando uma preocupação, presente em todos os governos do período estudado, com a modernização da produção do setor agropecuário (CAMPOS, 2009).

¹⁸ Veja a lista dos deputados estaduais eleitos no anexo D.

A criação do *Cinco de Março*, em setembro de 1959, tornou-se possível graças à intermediação realizada pela jovem Consuelo Nasser, que ganhou do tio, Alfredo Nasser, as oficinas e o maquinário do recém extinto *Jornal de Notícias*. Em 1962, ao regressar dos estudos realizados no Rio de Janeiro, Consuelo assume a chefia de redação, então ocupada por Telmo de Faria, compondo o expediente ao lado do diretor e líder estudantil Batista Custódio dos Santos e do gerente Waldemar Peres dos Santos. O nome do periódico refere-se ao episódio de repressão policial, autorizada pelo Governo José Feliciano, que dispersou uma manifestação realizada no dia 5 de março de 1959 na Praça do Bandeirante. Inúmeros estudantes secundaristas que protestavam contra o aumento das passagens de ônibus e das mensalidades escolares ficaram gravemente feridos e um deles veio a falecer (Nasser, 1995).

Nas eleições para o executivo estadual e federal, realizadas no dia 3 de outubro de 1960, o ludoviquismo demonstra mais uma vez a sua força eleitoral, através da coligação com o inexpressivo PTN e do retorno da aliança com o PTB: para governador, Mauro Borges (PSD), com pouco mais de dois anos de vida pública, vence a disputa com Juca Ludovico (PSP), apoiado pela UDN, por 55,1% a 44,9% dos votos, respectivamente (MOREIRA, 2000). Este fora expulso do PSD por ter feito acordos com os partidos de oposição durante o seu governo, no intuito de aprovar na Assembleia Legislativa uma reforma na constituição estadual que prorrogaria seu mandato, sob a alegação de se resolver os conflitos no campo e de sincroniza-lo com o mandato do executivo federal. Tal manobra teria desagradado a Pedro Ludovico, que, recorrendo ao poder judiciário, conseguiu impedi-la (FERNANDES, 2002).

Herdeiro político de Pedro Ludovico e pertencente ao partido que demonstrara seu poder hegemônico nos últimos dez anos, Mauro Borges (1961-1964) chegou ao poder apoiado pela maioria dos setores progressistas da sociedade goiana, num momento de grande renovação nos quadros dos partidos tradicionais – PSD e UDN – e de crescimento dos partidos pequenos – PSP e PTB. Entretanto, sua política de racionalização da administração pública e de estatização de setores estratégicos – criação da Metais de Goiás S.A. (Metago), da Companhia de Seguros do Estado de Goiás S.A. (Cosego), da Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás S.A. (Ciago), da Indústria Química do Estado de Goiás S.A. (Iquego), da Indústria de Babaçu de Goiás S.A. (Inbago), do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (Idago), do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (Cerne), do Instituto de Previdência e Assistência dos

Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo), da Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego) – não atendeu às reivindicações das camadas populares (RABELLO, 1978).

O diário *Cinco de Março* desenvolve contundente oposição contra o governo Mauro Borges, incomodando os jornais pessedistas e provocando acalorados debates:

Que os confrades do *Diário da Tarde* desculpem-nos se pensamos por prismas diferentes, mas continuaremos assim e se, por ventura, no final, o erro estiver do nosso lado, daremos a mão à palmatória; todavia, pedimos que sejamos jornalistas, que respeitemos as ideias adversárias, pois se não concordamos, é por discordarmos, e se nos xingam, irritam-nos! E a luta não deve ser assim. Argumentemos com elegância e quem for vencido depositará as armas. Não voltaremos ao assunto, porque este jornal nós o fazemos, mas o fazemos para cuidar dos interesses do povo e não para defender os nossos particulares: esses resolveremos pessoalmente! (*Cinco de Março*, 24 de julho de 1961).

Nas eleições para o legislativo estadual e federal, realizadas no dia 3 de outubro de 1962, as forças ludoviquistas ampliaram seu predomínio, conquistando nove cadeiras para a Câmara dos Deputados – Anísio Rocha (PSD), Benedito Vaz (PSD), Castro Costa (PSD), Celestino Filho (PSD), Geraldo de Pina (PSD), Haroldo Duarte (PTB), José Freire (PSD), Peixoto da Silveira (PSD) e Rezende Monteiro (PTB) – e dois terços das vagas na Assembleia Legislativa – 21 deputados do PSD, três do PTB e dois do PSB – enquanto que a coalizão anti-ludoviquista elegeu apenas quatro deputados federais – Alfredo Nasser (PSP), Emival Caiado (UDN), Jales Machado (UDN) e Juca Ludovico (PSP) – e um terço dos deputados estaduais – cinco deputados da UDN, quatro do PSP e quatro do PDC¹⁹ (CAMPOS, 1996; FLEISCHER, 1981).

O *Cinco de Março* atuou nessas eleições fazendo propaganda para seu padrinho, composta por uma foto de seu rosto que ocupava quase metade da capa e acompanhada dos seguintes dizeres: “PARA DEPUTADO FEDERAL, ALFREDO NASSER” (*Cinco de Março*, 24 de setembro de 1962).

Apesar da herança nasserista, a oposição do *Cinco de Março* era autônoma, principalmente em relação à UDN, e desarticulada dos demais periódicos oposicionistas, buscando não apenas desvencilhar sua imagem das tradicionais forças oligárquicas, como Nasser tentou no *Jornal de Notícias*, mas também da política de conchavos dos partidos que dominavam o cenário político goiano. Essa preocupação em se mostrar como novo, tanto por parte dos situacionistas como por parte dos oposicionistas, e o sucesso eleitoral

¹⁹ Veja a lista dos deputados estaduais eleitos no anexo E.

de Mauro Borges e editorial do *Cinco de Março*, aponta para um esgotamento, não do regime democrático então vigente, mas do modo de se fazer política em Goiás.

1.5. A HEGEMONIA LUDOVQUISTA

A hegemonia ludoviquista na história do periodismo político-partidário goiano vigorou durante o período que compreende o retorno de Ludovico ao Palácio das Esmeraldas em 1951 até sua ruptura com Jaime Câmara em 1963. Ao longo desses doze anos, os dois maiores periódicos de Goiás – *O Popular* e *Folha de Goiás* – atuaram em favor do ludoviquismo e sem nenhum adversário à altura. O único que chegou a incomodar, tanto pelo relativo sucesso de vendas quanto pela virulência de suas matérias, foi o *Cinco de Março*. O restante apresentou um histórico de publicações irregulares, sendo que o *Jornal do Povo* saiu de circulação em 1954 e o *Jornal de Notícias* circulou apenas no ano de 1952 e, posteriormente, entre 1956 a 1959.

Enquanto os diretores da *Folha de Goiás*, após a saída de Castro Costa, permaneceram apoiando o governo udeno-pessepista até o seu fim, o político Câmara Filho, compreendendo que o retorno ludoviquista era praticamente inevitável, antecipa a debandada. Com a posse de Pedro Ludovico, o *Folha de Goiás*, que, por determinação de Chateaubriand, deveria sempre ser situacionista, torna-se pessedista. Porém, por ser pessedista desde a época da campanha eleitoral, na qual desempenhou importantíssima atuação, *O Popular* seria melhor recompensado que o *Folha de Goiás*. Ou seja: a estratégia dos Câmara até poderia ser mais arriscada, no entanto, propiciou maior rentabilidade.

Esses dois padrões de atuação se mantiveram durante todo o período estudado e se constituíram pelo fato de Chateaubriand se encontrar distante da política goiana enquanto Câmara Filho e Jaime Câmara estavam mergulhados em sua trama. Logo, os diretores da *Folha de Goiás* eram apenas gestores, enquanto que os de *O Popular* eram gestores e políticos de carreira. Essa diferença foi crucial para os rumos que os dois periódicos tomaram, de modo que *O Popular*, por possuir diretores e proprietários protagonistas do jogo político estadual, tinha um leque de atuação mais limitado, estando preso ao conjunto de alianças, conflitos e cisões. Daí vem as alcunhas *Folha de Mercenários* e *O Politiqueiro*: enquanto os diretores da *Folha de Goiás* deveriam analisar se falar mal de determinada autoridade traria retorno financeiro, Câmara Filho e Jaime Câmara, além deste cuidado, teriam a preocupação em descobrir se tal autoridade não

seria um aliado político e, em caso negativo, se não seria vantajoso se um dia viesse a se tornar um.

1.5.1. *O Politiqueiro*

Após retornar às hostes ludoviquistas, para Câmara Filho, seria muito vantajoso responsabilizar o então governador udeno-pessepista pelo suposto clima de terror que havia se instaurado na capital estadual:

Goiânia é uma das capitais menos policiadas do Brasil. Apesar de contar com várias centenas de soldados de polícia e de guardas-civis, não há, como já assinalamos, policiamento algum, principalmente à noite.

Quem percorre as avenidas e ruas da capital, após as 21h, observa que a cidade não oferece a seus habitantes nenhuma segurança, por quanto fica entregue, por falta de policiamento, à livre ação dos malfeitores.

Daí a razão porque os furtos e assaltos estão se multiplicando em Goiânia com uma frequência espantosa.

(...)

Vem agravar mais essa situação, a falta de iluminação na cidade, pois ruas existem completamente às escuras, tanto no centro como nos bairros desta Capital.

Os amigos do alheio ajem, livremente, e a população está, e com razão, alarmada com esse estado de coisas.

O telefone de nossa redação constantemente tilinta. São pessoas residentes aqui, não só no centro como nos pontos mais afastados da cidade, que solicitam de *O Popular* um apelo ao governador Hosanah Guimarães no sentido de tomar as medidas que o caso requer.

Muitos desses telefonemas partem de mães de família, que se mostram verdadeiramente impressionadas com a situação a que chegou a falta de policiamento em Goiânia, agravada pela má iluminação.

Corre pela cidade, a notícia de que um grupo de batedores de carteira acoitados pela polícia mineira se encontra em Goiânia, frequentando nossos bares e agindo à vontade, sem que o Dr. Guimarães Lima, responsável pela pasta de segurança pública, tome uma medida enérgica (*O Popular*, 3 de dezembro de 1950).

Todavia, durante o governo de Pedro Ludovico, que havia nomeado Câmara Filho para o cargo de Secretário da Agricultura, os poucos crimes relatados em *O Popular*, diário desde julho de 1952, só eram publicados após serem solucionados:

Foi autuado em flagrante por volta das 17 horas do domingo último, nas imediações da estação da Estrada de Ferro de Goiás, Antônio Neves, solteiro, 24 anos, de residência e profissão ignoradas, por ter agredido a golpes de paulada o motorista Artur de Souza Diniz, solteiro, 18 anos,

domiciliado à Avenida Oeste, casa 46 (*O Popular*, 9 de novembro de 1954).

A polícia deteve há cerca de cinco dias o delinquente Gentil Filho, mais conhecido nos meios da malandragem pelo vulgo de “Pivo”, o qual com outro companheiro assaltou em Campinas a casa do investigador Antônio de Paula (*O Popular*, 29 de novembro de 1953).

Tal como na matéria sobre uma operação policial que ocupou uma página inteira e continha uma entrevista com o secretário de segurança da época:

Felix de Moura é um nome sobejamente conhecido em nosso Estado. Tribuno ardoroso, ele se consagrou através de campanhas memoráveis, pela altivez e eloquência invejáveis, que o caracterizam.

(...) empossado Governador [pois era vice de Ludovico], o Sr. Jonas Duarte, reconhecendo seus méritos, convidou-o para dirigir a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública.

Nessa nova função, o Dr. Felix de Moura vem se desempenhando a contento. Espírito lúcido e equilibrado, vem pautando seus atos pela ponderação e pela prudência, procurando, com rara habilidade, reprimir os abusos e pacificar a família goiana, dentro da lei porque “fora da lei não há salvação”, como disse o citadíssimo Rui Barbosa.

(...)

Por isso, não deixou de causar espécie a nota incerta em um periódico local na qual o Dr. Felix de Moura era acusado de receber gordas propinas, para permitir a prática ilegal do jogo de azar (*O Popular*, 14 de agosto de 1952).

A autopromoção também poderia ser bastante vantajosa, tal como nas matérias que divulgavam suas realizações na presidência da Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás (FAREG):

O Sr. Câmara Filho, Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás – FAREG – traduzindo os anseios das classes agropecuárias de Goiás, vem de dirigir ao presidente Getúlio Vargas e ao ministro Osvaldo Aranha, veemente apelo no sentido de que os benefícios a serem concedidos aos pecuaristas do polígono das secas se estendam também aos demais de outras regiões do país (...) (*O Popular*, 14 de fevereiro de 1954).

Apesar dos acontecimentos que desgastaram o governo de Pedro Ludovico ao longo do ano de 1953, o jornal *O Popular* continuou apostando na força do ludoviquismo, dedicando atenção especial à blindagem de Pedro e Juca Ludovico, que concorreriam, respectivamente, aos cargos de senador e governador pelo Estado de Goiás. A principal estratégia para a efetivação dessa blindagem seria evitar ao máximo falar de tais acontecimentos e explorar exaustivamente as obras de Pedro Ludovico. Essa exploração

não se estabeleceria apenas em relação às obras de seu governo recém-eleito democraticamente; mas, novamente, alcançaria sua interventoria no Estado; pois, é nesta gestão que se situa Goiânia, sua maior obra:

PEDRO LUDOVICO FEZ UM VERDADEIRO MILAGRE

Esteve em nossa redação o Pe. Públio Calado, ex-deputado estadual, diretor da Biblioteca e Arquivo da Assembleia Legislativa de Pernambuco, que já está de regresso ao Recife, após tomar parte ativa no Congresso dos Intelectuais, realizado nesta Capital. Aquele ilustre sacerdote pernambucano, que foi alvo em nossa capital de expressivas demonstrações de simpatia e apreço por parte do Clero e dos intelectuais de Goiânia, falando à nossa reportagem, declarou o seguinte:

– Levo a melhor impressão de Goiânia, considerando-a em nível elevadíssimo de cultura e hospitalidade. O governador Pedro Ludovico fez um verdadeiro milagre construindo neste planalto uma cidade que é modelo de arquitetura (...) (*O Popular*, 21 de fevereiro de 1954).

A entrevista acima, publicada na capa, para além de buscar o fortalecimento dos laços entre pessedistas e clérigos, possuidores de elevado prestígio em suas respectivas comunidades, teve como principal objetivo o enaltecimento de Goiânia, sendo destacado o esforço de Pedro Ludovico para a sua realização através da apropriação, no título, de uma figura de linguagem utilizada pelo padre.

Logicamente, outra candidatura promovida nas páginas de *O Popular* seria a de seu diretor, então presidente do Diretório Metropolitano do PTB:

Quem será o vosso candidato?

ELEITOR AMIGO: ANTES DE VOTAR, DEVEIS EXAMINAR O PASSADO DO VOSSO CANDIDATO.

Câmara Filho:

1º) Como revolucionário e comandante de tropas, esteve ao lado de Getúlio Vargas em 1930 e 1932.

2º) Desde a Revolução de 1930 que vem trabalhando pelo progresso de Goiás.

3º) A sua propaganda de 1930 a 1944, através da Imprensa do país, atraiu para Goiânia e para o Estado milhares de brasileiros de todos os recantos do Brasil.

4º) Já fundou nos municípios goianos 56 Associações Rurais e 11 Bancos de Crédito Rural, abrindo, assim, os caminhos para a arregimentação e assistência financeira ao nosso esquecido homem do campo.

5º) Fundou a Federação das Associações Rurais (FAREG).

6º) Como Secretário da Agricultura, trabalhou ativamente pela vitória dos pecuaristas.

7º) Como chefe do Escritório Estadual do Instituto Brasileiro do Café, está intensificando ativamente a cultura do café em Goiás.

8º) Com o seu concurso, tem sido canalizado para Goiás, através do Banco do Brasil, apreciáveis verbas destinadas à assistência financeira às nossas classes rurais.

9º) Pelo seu jornal, O Popular, tem lutado incessantemente em favor dos interesses do povo goiano e pelo fortalecimento da coligação PDS-PTB.

Eleito deputado federal, Câmara Filho, que é candidato da coligação PTB-PSD, dignificará, pelo seu trabalho, o seu mandato, focalizando no Parlamento os problemas que afligem o povo goiano.

Cédulas na redação de O POPULAR [Referente à pesquisa de intenção de votos promovida pelo jornal] (*O Popular*, 22 de setembro de 1954).

Contudo, embora sua coligação tenha vencido a disputa para o executivo estadual, Câmara Filho, após ter fracassado ao concorrer ao legislativo estadual em 1947 e ao legislativo federal em 1950, perde novamente (ASMAR, 1989). Os cargos públicos que exercera foram todos por nomeação, inclusive as prefeituras de Paracatu (MG), Pires do Rio (GO) e Anápolis (GO) (ASMAR, 1989); evidenciando maior prestígio no meio político do que entre os eleitores.

No dia 31 de outubro de 1954, Joaquim Câmara Filho afasta-se – por problemas de saúde que o levariam à morte no ano seguinte – da direção de *O Popular*, sendo substituído por Jaime Câmara, que entrega o cargo de gerente a Tasso Câmara, filho primogênito daquele (ASMAR, 1989). Do dia da morte de Joaquim até 1964, seu nome fora estampado em todas as edições de *O Popular*, na primeira página, junto ao nome do jornal e precedido da palavra “fundador”.

Devido ao acúmulo de cargos, visto que era também o presidente da *Jaime Câmara & Irmãos S.A.*, Jaime concedeu maior autonomia ao redator-chefe – à época, o jornalista Eliezer Penna – que o seu irmão. Porém, estabelecia diretrizes rigorosas e buscava sempre acompanhar o trabalho de edição (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980).

Se Jaime não possuía o mesmo prestígio que o seu irmão mais velho, por outro lado, havia acumulado menos adversários políticos. Se Jaime, empresário por excelência, não era reconhecido por ser um hábil estrategista político como Joaquim (ASMAR, 1989); todavia, chegaria mais longe na preferência do eleitorado, tornando-se prefeito da capital estadual em 1958. Antes disso, porém, fora Secretário de Viação e Obras Públicas no governo de Juca Ludovico, que havia contado com o apoio de *O Popular* em sua

campanha eleitoral (*O Popular*, 22 de setembro de 1954). E a troca de gentilezas prosseguiu:

O governador José Ludovico de Almeida, que nunca se esquivou às justas reivindicações da terra, veio de tomar, quando no Rio, louvável providência em favor dos estudantes goianos, com a aquisição de um ônibus “papa-fila” para 180 passageiros (*O Popular*, 10 de abril de 1958).

Assim como a propaganda de sua atuação à frente da Pasta da Viação:

Falou depois o Secretário de Viação e Obras Públicas sobre os serviços de Água de Goiânia, comunicando ao governador que, após várias interrupções, Goiânia, desde ontem, está consumindo água filtrada da nova Estação. Explicou mais o titular da Viação que as interrupções havidas após a inauguração foram devidas a rompimentos na rede que abastece a cidade (*O Popular*, 11 de abril de 1958).

Em junho, Jaime inicia em *O Popular* uma discreta campanha em prol da sua candidatura à prefeitura de Goiânia:

Tendo o Sr. Jaime Câmara dirigido uma carta ao governador José Ludovico de Almeida pedindo exoneração do cargo de Secretário de Viação e Obras Públicas, em virtude de precisar se desincompatibilizar para candidatar-se à prefeitura de Goiânia, o Sr. Governador José Ludovico dirigiu à S. S. a seguinte carta: “(...) Certo, certíssimo, de que o povo goianiense reconhecerá os benefícios que lhe foram proporcionados na gestão de V. S. (...)” (*O Popular*, 29 de junho de 1958).

A partir de então, em inúmeras edições, *O Popular* trazia uma cédula com o nome de Jaime Câmara marcado, indicando ao eleitor o candidato a ser votado: “Publicamos acima a cédula oficial já devidamente assinalados os nomes dos candidatos do PSD” (*O Popular*, 2 de outubro de 1958). Outra propaganda recorrente era a que estampava uma foto de Jaime e do candidato a vice-prefeito pelo PSD, Licardino Ney, acompanhada dos dizeres: “Goianiense! Eles já fizeram muito e farão mais ainda pelo progresso de Goiânia e seus bairros! Eles não prometem: realizam!” (*O Popular*, 5 de setembro de 1958). Nessas eleições, assim como nas de 1950 e 1954, somente os candidatos do PSD e coligados tinham espaço em *O Popular*, tanto na propaganda quanto na publicidade.

Depois de eleito, Jaime Câmara passa a usar seu jornal para defender sua administração:

Debalde é, pois, o desejo do JN [Jornal de Notícias] de pretender atingir a personalidade do prefeito Jaime Câmara com tão [ilegível] ataques. Os fatos ali repetidos não são só destituídos de fundamento, mas merecem repulsa geral por parte de todos os que conhecem a eficiente administração do prefeito Jaime Câmara (*O Popular*, 1º de setembro de 1960).

Embora o *Folha de Goiaz* também estivesse servindo aos interesses ludoviquistas, *O Popular* deixava transparecer o clima de rivalidade entre ambos:

CONCEITO DE CHATEAUBRIAND EM GOIÁS

Este fato aconteceu em Goiânia. Um confrade, profundamente magoado, procurou um advogado e expôs:

- Eu vou processar o Fulano por crime de injúria e calúnia.
- Ele o chamou de mentiroso?
- Não. Muito pior!
- Ele o acusou de ladrão?
- Não. Muito pior!
- Ele ofendeu os seus familiares?
- Não. Muito pior!
- Então, homem de Deus, qual foi a ofensa?
- Ele disse em público, referindo-se aos meus artigos, que eu era um verdadeiro Assis Chateaubriand! (*O Popular*, 4 de março de 1957).

Nas eleições de 1960, Jaime Câmara investe no ataque contra Juca Ludovico, seu antigo aliado, que havia migrado para o grupo político-partidário adversário, se candidatado a governador pelo PSP, em coligação com a UDN, colocando em dúvida a honestidade da administração da qual havia participado:

Faz-se necessária e urgente a declaração de bens do Sr. José Ludovico de Almeida, candidato a Governador de Goiás. É preciso que tal medida ele a adote antes do pleito. (...). O eleitorado goiano, ansioso, espera do Sr. José (...) a relação dos seus bens e, na medida do possível, a origem desses bens (*O Popular*, 2 de setembro de 1960).

No auge da disputa eleitoral de 1960, participa da retomada da *Rádio Anhanguera*, da qual era um dos fundadores e um dos sócios proprietários:

Com esta [*Rádio Anhanguera*] ocorreu um fato dos mais curiosos, protagonizado pelos mais importantes próceres do PSD daquela época. Como eram eles os proprietários da maioria das ações da empresa, resolveram toma-la “manu militari” do seu principal detentor, que era o médico Francisco Ludovico de Almeida, filho do [candidato a] governador José Ludovico de Almeida, cuja linha política era defendida pela emissora. Venerando de Freitas Borges, Jaime Câmara, Almir Turisco de Araújo, Nelson Siqueira, Celestino Filho, Misach Ferreira

Júnior e outros invadiram o escritório e o estúdio da rádio, assumindo em caráter definitivo a posse dela, que passou assim a defender os interesses do PSD contrário a José Ludovico de Almeida. Mais tarde, a Rádio Anhanguera é adquirida pela Organização Jaime Câmara (BARBOSA, 2013).

Durante o pleito de 1962, *O Popular* fez propaganda – com suas respectivas propostas e fotos – para os candidatos a senador Pedro Ludovico (PSD) e José Feliciano (PSD), para os candidatos a deputado federal Peixoto da Silveira (PSD), Celestino Filho (PSD), José Freire (PSD), José Cruciano (PSD), para os candidatos a deputado estadual Antônio Magalhães (PSD), José Sebba (PSD), José Morato (PSD), Basileu França (PSD) e Edison de Godoy (PSD) e para os candidatos a vereador por Goiânia Mussi Rassi (PSD) e Silvio Medeiros (PSD). Possuía também um espaço publicitário reservado para os adversários, sem imagem, só texto, no qual até Coimbra Bueno utilizou-o (*O Popular*, 23 de setembro de 1962).

No início do ano de 1963, Jaime Câmara, insatisfeito com a atuação de Pedro Ludovico – caracterizada pela unilateralidade diante dos processos de formação das pré-candidaturas e pelo autoritarismo na defesa do governo de seu filho – à frente do PSD goiano, se desliga do partido e rompe com cacique ludoviquista (*Cinco de Março*, 10 de agosto de 1964); tornando o *O Popular* oposicionista:

Na circunstância da análise que fez sobre o Combinado Agro-Urbano de Arraias, quando alinhou uma série de fatos que evidenciam a impraticabilidade da iniciativa, o deputado Ary Valadão salientou, a certa altura: “no Combinado Agro-Urbano de Arraias a terra não é de ninguém, porque é do governo, que não sabe até agora se vai vende-la aos interessado ou arrenda-la, se destina à agricultura ou à pecuária. Qualquer das duas soluções nos parece destinadas ao fracasso, razão por que aconselharíamos o Sr. governador Mauro Borges a que devolvesse a terra aos seus antigos proprietários mediante acordo, já que apenas uma parcela foi paga, ou as retalhasse em glebas de 500 hectares e as vendesse a quem quisesse comprar, salvando-se assim de inevitável fiasco (*O Popular*, 30 de maio de 1963).

Se aproximando do PTB, Jaime Câmara é nomeado pelo presidente João Goulart para os cargos de delegado regional da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e de presidente da Caixa Econômica Federal em Goiás (*Cinco de Março*, 1º de julho de 1963); realizando uma cobertura favorável sobre o seu governo:

De um modo geral, as lideranças locais consideram o gesto de anteontem do presidente Goulart como o primeiro e grande passo do

terreno teórico e de conscientização popular para o encaminhamento prático das reformas de base. A opinião não é apenas dos grupos fiéis ao trabalhismo ou das classes integradas no movimento nacionalista e de esquerda, mas também dos diversos círculos políticos (*O Popular*, 15 de março de 1964).

Em 1964, Jaime Câmara apoia José Feliciano em sua ruptura com Pedro Ludovico, destacando as declarações daquele acerca do “reconhecimento do insucesso político do Sr. Mauro Borges” e da “consciência de que a sua própria luta é a causa do seu êxito político” (*O Popular*, 17 de março de 1964):

O ex-governador, cuja vocação pacifista revela mais uma vez, não falou para abrir luta política, preferindo optar por declarações destinadas a acalmar os quadros políticos relativamente às hostilidades que lhe foram dirigidas pelo senador Pedro Ludovico (*O Popular*, 17 de março de 1964).

Todos os governadores eleitos pelo PSD, à exceção do filho, se rebelaram contra o autoritarismo do cacique pessedista. Essa migração de Jaime Câmara finalizou um período de doze anos de alianças com Pedro Ludovico, restando a este somente o apoio do *Folha de Goiás*.

1.5.2. *Folha de Mercenários*

Em 5 de setembro de 1953, Francisco Braga Sobrinho assume a gerência dos *Diários Associados* em Goiás, sucursal do maior conglomerado midiático da América Latina, constituída, à época, pelo diário *Folha de Goiás* e pela *Rádio Clube de Goiânia*, fundada por Venerando de Freitas Borges em 1942 com recursos estatais estadonovistas e adquirida posteriormente por Chateaubriand (MARQUES, 2014). No espaço reservado à divulgação de informações técnicas, comerciais e do expediente, constava apenas o nome de Braga Sobrinho, ora como gerente, ora como diretor-gerente, ora como diretor (*Folha de Goiás*, 24 de fevereiro de 1954), tendo o mesmo respondido pelo jornal ao longo de todo o período estudado (*Folha de Goiás*, 29 de março de 1964). Nascido em Alagoas, Francisco Braga Sobrinho mudou-se para Goiás em 1941 – devido à sua nomeação para delegado do IBGE goiano – e fora convidado à gerência estadual dos *Diários Associados* graças à proximidade de seu irmão com Assis Chateaubriand, ocupando o lugar do capixaba Theomar Jones, que teria fugido de Goiânia após ter sido

espancado por jagunços por causa de uma nota – sobre o assassinato de Haroldo Gurgel – publicada contra o governador Pedro Ludovico²⁰ (GODINHO, 2006).

O caso de Theomar Jones fora uma exceção, compreensível até mesmo pela repercussão desencadeada após o assassinato de um jornalista por uma autoridade pública. Via de regra, a *Folha de Goiaz* seguiu a lógica mercantilista, de modo que o seu maior cliente era o próprio Estado. Deste modo, a atuação da *Folha de Goiaz* favoreceu os governos pessedistas, contribuindo para a longevidade ludoviquista no poder. Assim, como representante do Estado, o referido periódico tomou a liberdade de falar em seu nome, como se verifica, por exemplo, numa matéria sobre o fechamento de casas noturnas no bairro de Campinas, intitulada “Enérgicas providências serão tomadas na Zona da Boemia” (*Folha de Goiaz*, 24 de fevereiro de 1954), em vez de “O Secretário de Segurança Pública disse que enérgicas providências serão tomadas na Zona da Boemia”.

Embora não possuísse a mesma acidez de um *O Social*, o *Folha de Goiaz* também atuou no sentido de ridicularizar seus adversários políticos:

O PITORESCO NAS ELEIÇÕES

Casos há que a gente se arrepende de procurar sanar. Melhor seria deixar como está para ver como fica.

Foi o que aconteceu com um deputado opositor: encareceu ao TRE uma revisão na contagem dos votos do município de Rio Verde, porque estaria convicto que havia um erro de contagem favorável ao candidato José Ludovico de Almeida. Qual foi a surpresa do deputado, é claro, quando o TRE reconheceu, pela revisão, que havia se enganado porque, de fato, a maioria não era aquela registrada e sim... 300 votos a mais! É a história do tiro que sai pela culatra... (*Folha de Goiaz*, 24 de outubro de 1954).

E propagandeou a administração do prefeito João de Paula Teixeira Filho, do PTB, até então coligado com o PSD:

GOIÂNIA, AGORA, TEM PATRULHAMENTO NOTURNO

Como andam e se portam os rapazes da PM – As bicicletas não param um só instante

Hoje em dia ninguém anda mais fora de hora pelas ruas claras ou escuras de Goiânia e seus bairros que não seja abordado por um policial. Isso é bom sinal. (*Folha de Goiaz*, 8 de janeiro de 1958).

²⁰ Não encontramos notícias sobre o ocorrido nos exemplares pesquisados.

Embora atuasse, em geral, em favor do ludoviquismo, nada impedia a *Folha de Goiaz* de, ocasionalmente, tecer críticas aos governos estadual e municipal, mostrando um certo distanciamento, maior do que o verificado no caso de *O Popular* e inexistente no caso de *O Social*:

Diariamente habitantes desta capital reclamam contra o estado de verdadeiro abandono em que se encontram as ruas de nossa capital. E as reclamações tem fundamento. Pode-se verificar, sem muito trabalho, o péssimo aspecto que as ruas de Goiânia apresentam ao viajante ou turista (*Folha de Goiaz*, 10 de dezembro de 1958).

Esse distanciamento é utilizado para conferir maior credibilidade ao jornal junto aos seus leitores e para mostrar ao governo a importância e a natureza do seu apoio, que não é incondicional:

Diferente se me apresentam, porém, os homens públicos, aqueles que, dentro do seu mundo amplo, assumiram um compromisso com o povo. Para esses torno pesada minha pena. Faço questão que ela fira, fira, sim, a esses homens públicos, profundamente, quando já não correspondem à confiança coletiva.

O jornalista que esta assina e o Sr. João de Paula Teixeira Filho são bons amigos, íntimos, sinceros. O jornalista que esta assina, porém, é equidistante dos governos. Vê, neles, um condutor de situação... boa ou má. Se boa, elogia ou se cala (cala porque o dever dos governos é acertar). Se má, critica. E forte. Se boa, admira, porque nada é mais difícil do que dirigir as massas. Se má, condena, porque acredito que cada um de nós temos a capacidade de medirmos nossas possibilidades (*Folha de Goiaz*, 11 de agosto de 1958).

Além das críticas, em tempos de campanha eleitoral o *Folha de Goiaz* também alugava seus espaços publicitários para os candidatos da oposição, contrariando, nestes casos, os interesses ludoviquistas. Assim, pois, que o candidato a governador César Bastos e o candidato a senador Abelardo Coimra Bueno, ambos da coligação UDN-PSP-PTB, surgiam em grandes imagens no referido jornal, acompanhadas de dizeres como: “novos tempos, novos rumos, novos homens para administrar Goiás” e “Coligação Democrática – a mais poderosa coligação jamais vista no Estado” (*Folha de Goiaz*, 17 de agosto de 1958).

Se a *Folha de Goiaz* poderia servir, em alguns momentos, como veículo de propagação do discurso oposicionista, constatamos, na maioria das vezes, o inverso, uma vez que suas notícias e matérias privilegiavam as falas dos ludoviquistas, como se verifica nessa matéria de capa:

“COMO CANDIDATO DAS OPOSIÇÕES COLIGADAS, O SR. JOSÉ LUDOVICO FRACASSARÁ REDONDAMENTE NO PRÓXIMO PLEITO”

Enérgicas declarações do Sr. Pedro Ludovico à nossa reportagem – não teme ameaças e acredita na coesão do partido

Folha de Goiaz ouviu o senador Pedro Ludovico Teixeira, ontem, em sua residência, sobre o panorama político da atualidade, tanto no país como em Goiás, oportunidade em que o representante de Goiás, no Monroe, expendeu ideias e comentários de suma importância (...) (*Folha de Goiaz*, 10 de julho de 1959).

Em artigo não assinado, o *Folha de Goiaz* contribui para a construção da imagem dos governos pessedistas como combatentes das práticas tradicionais de dominação, através da oposição entre o Estado racional e modernizante e o coronelismo autoritário e atrasado do interior:

Os tempos, agora, são outros, modificados estão, na sua quase totalidade, os métodos políticos no interior, onde o homem livre cada vez mais se liberta da ação obscurantista dos pequeninos caudilhos. Em Goiás, principalmente, o coronelismo está rebaixado, e tudo isso é corolário da crescente educação política que se verifica, apesar dos pesares, nas extensas áreas antes abandonadas à mão dos tiranetes que o natural eufemismo outrora mandava chamar de chefe político (*Folha de Goiaz*, 14 de abril de 1960).

No episódio do furto de armas e munições do Tiro de Guerra de Anápolis, que provocou a vinda de tropas do exército para Goiânia e Anápolis, agravando a crise política entre Mauro Borges e a ala golpista “linha-dura”, o *Folha de Goiaz* defendeu o governador, divulgando uma nota do Cerne que denunciava uma suposta manobra:

“(...) a impressão dominante à primeira vista é a de que se trata de alguma trama visando a agravar o estado de tensão já reinante em Goiás com o desdobramento da crise político-militar, prevalecendo duas suspeitas: 1 – o caso seria de responsabilidade de elementos suspeitos mandados de Brasília para tumultuar a vida goiana conforme já ontem à noite denunciara a Secretaria de Segurança Pública em nota oficial distribuída à imprensa; 2 – poderiam estar envolvidos na trama elementos ligados ao grupo radical da oposição goiana, liderado pelo Sr. Emival Caiado, para o qual o interesse maior acima de tudo é o de prejudicar o governador Mauro Borges, com a utilização dos meios mais escusos e mais sórdidos” (*Folha de Goiaz*, 15 de novembro de 1964).

Situacionista desde a sua criação – à exceção do ano de 1947, quando o governo era udeno-coimbrista e o seu diretor ainda era o pessedista Castro Costa – a *Folha de Goiaz* contribuiu com o ludoviquismo até a deposição de Mauro Borges.

CAPÍTULO II – O PERIODISMO POLÍTICO-PARTIDÁRIO GOIANO NA COBERTURA DOS ACONTECIMENTOS

Se no primeiro capítulo situamos o periodismo goiano no interior do jogo político-partidário estadual, no segundo capítulo analisaremos a influência dessa correlação de forças em suas publicações, comparando, sincronicamente, as diversas notícias dadas sobre o mesmo acontecimento e, diacronicamente, as distintas abordagens de um periódico em específico acerca de determinado assunto ao longo do tempo. Como haviam acontecimentos que não recebiam a atenção por parte de alguns jornais e temas que não eram discutidos com frequência, nos debruçaremos, na medida do possível, sobre os eventos – assassinatos, revoltas populares e articulações político-institucionais – e assuntos – jaguncismo, liberdade de imprensa, reforma agrária e golpe – que mais repercutiram nas próprias páginas dos periódicos goianos durante o período estudado.

2.1. MANDONISMO, JAGUNCISMO E LIBERDADE DE IMPRENSA

Se o Estado moderno é autoritário por excelência, existem regimes e governos mais ou menos autoritários, dependendo do modo como se estabeleceram as relações políticas entre os senhores e os camponeses durante a transformação de uma economia agrária para uma economia industrial num determinado país (MOORE JR, 1983). No Brasil, o Estado Novo foi um regime mais autoritário que os regimes ditos democráticos – ou experiências democráticas – que o antecederam e o sucederam (VELHO, 1979). Logo, a Interventoria Federal de Pedro Ludovico, por exemplo, teve mais condições – e até mesmo maior respaldo – que os Caiado e que os governos udenistas e pessedistas goianos para se valer de poderes coercitivos, visto que dispunha de um conjunto maior de práticas autoritárias e violentas, legitimadas pela Constituição de 1937 (ARRAIS, 2013; CHAUL, 1998; FERNANDES, 2005).

Para além do autoritarismo legalizado, que visava a defesa do Estado e de suas leis, os governos goianos dos três regimes supracitados desenvolveram, em maior ou menor grau, práticas autoritárias e violentas inconstitucionais e que atendiam a interesses particulares, tais como o mandonismo e o jaguncismo institucionalizado, constituídos por forças públicas administrativas e policiais e forças privadas clientelísticas (SOUZA, 2006). Isto é, no regime democrático que vigorou após a promulgação da Constituição de 1946, tanto os udenistas, com Coimbra Bueno, quanto os pessedistas, com Pedro

Ludovico, Juca Ludovico, José Feliciano e Mauro Borges, utilizaram de meios autoritários ilegais para se perpetuarem no poder (FERNANDES, 2002; MOREIRA, 2000). A diferença, neste caso, é que, como os pessedistas ficaram muito mais tempo no poder e herdaram o aparato material e simbólico do regime anterior, acabaram apresentando um maior histórico, por exemplo, de casos de assassinatos por desavenças políticas e de ameaças à jornalistas. Vale ressaltar também que a presença de um determinado grupo político no poder não impedia que seus membros tornassem vítimas de tais práticas, embora esses casos fossem mais raros.

Como veremos, os periódicos udenistas e pessedistas²¹, quando estavam na situação, negavam tais práticas ilegais e até as imputavam, no geral, aos adversários; e, quando se encontravam na oposição, atribuíam a responsabilidade de todos os crimes ao governador em exercício, além de potencializa-los através do sensacionalismo, buscando criar um clima de terror e desestabilizar seu respectivo governo. Essas estratégias tornam o trabalho historiográfico desafiador, visto que, em muitos casos, as únicas fontes que temos são os próprios periódicos. Tomando como referência essa alternância entre udenistas e pessedistas à frente do poder executivo estadual, analisaremos neste tópico a cobertura dos periódicos acerca dos acontecimentos que envolveram temas como o jaguncismo e a liberdade de imprensa.

2.1.1. O governo udeno-pessepista e a tradição caiadista

Durante o governo udenista, os periódicos ludoviquistas – que a partir de 1948 passaram a contar com o reforço de *O Popular* e *O Debate* – questionaram a administração de Coimbra Bueno, o qual, apesar de não possuir, até então, uma carreira política, estaria “a serviço das oligarquias caiadistas” e, portanto, se valeria do mesmo *modus operandi* das mesmas (*O Social*, 25 de abril de 1947):

O Sr. Coimbra Bueno, afirmando não ser político, fez promessas as mais insinuantes, assegurando ao povo o seu propósito de lutar pela felicidade da terra goiana, sem diferenciar os adversários políticos dos elementos que apoiavam a sua candidatura. Entretanto, com tristeza o constatamos, S. Excia parece conduzir-se de maneira completamente diversa; vê-se mesmo que não é político, porque está servindo de instrumento manietado dos elementos que o governam. (...). As

²¹ Nesses dois grupos estão incluídos os periódicos de outros partidos que não fossem a UDN e o PSD e periódicos que diziam não serem político-partidários, pois, durante o período estudado, sempre se reagruparam em torno das duas maiores forças políticas goianas: as que estavam com Ludovico e as que estavam contra Ludovico.

violências começam a surgir nos primeiros dias do seu governo; o desrespeito à Constituição Federal e às leis em vigor ressalta já de vários atos de seus auxiliares no interior do Estado (*O Social*, 18 de abril de 1947).

O Social, desde os primeiros dias do governo udeno-coimbrista, teceu críticas relacionadas a práticas mandonistas, ressaltando as incoerências com as promessas feitas em campanha eleitoral, que centrou-se em associar os udenistas aos valores democráticos e os pessedistas à ditadura varguista. Dentre tais práticas, destacaram-se a substituição do quadro do funcionalismo público por membros e apoiadores udenistas:

Essa democracia anunciada aos quatro cantos de Goiás pelo Sr. Coimbra Bueno, quando fazia sua campanha eleitoral, é bem diferente do verdadeiro significado do vocábulo. Ontem, em pleno regime discricionário, todo e qualquer ato do Executivo que importasse em exoneração de funcionários era taxado de violência e não se podia, mesmo, dispensar um servidor público antes do pleito de 19 de janeiro sem que a imprensa udenista lançasse o protesto extemporâneo e descabido, enquanto os políticos apaixonados levavam os fatos ao conhecimento das altas autoridades federais, deturpando-os ao seu bel prazer. (...). Pois bem, chegou a hora da restauração do regime democrático nesta terra da promessa e estamos presenciando justamente o contrário daquilo que disse o Sr. Coimbra Bueno (*O Social*, 30 de maio de 1947).

Outra prática de aparelhamento do Estado denunciada pelo *O Social* consistiu no uso de veículos oficiais para trabalhos extraoficiais:

Antigamente, alguns jornais encarregados da propaganda eleitoral desenvolvida pela UDN, no pleito de 19 de janeiro último e que culminou com a vitória do seu candidato à Governadoria do Estado, bradavam e protestavam contra o uso dos carros oficiais, mormente os do Palácio das Esmeraldas. (...). Pois bem, os carros oficiais aí estão gastando gasolina do povo e a todo momento depara-se com meia dúzia deles transitando pelas avenidas e ruas da nossa capital (...) (*O Social*, 23 de maio de 1947).

Abusos de autoridade cometidos por representantes do Estado, por motivações políticas ou não, e quaisquer outros tipos de crimes cometidos por cidadãos comuns também eram colocados na conta do governo:

O delegado de polícia local, que além de estar exercendo o cargo ilegalmente, pois, não é reservista e por isso mesmo sua nomeação é a título precário, está cometendo toda a sorte de asneiras. Ainda há poucos dias prendeu um menor de dezessete anos, de nome João

Cândido das Neves, tendo o cabo comandante do destacamento local dado dois tiros de revólver em outro menor, de nome José Cândido das Neves Filho, que fora reclamar contra a prisão do primeiro, seu irmão. (...). A situação criada com a nomeação de elementos irresponsáveis e incapazes para dirigir esse município agrava-se de momento a momento (...). Preocupa-se o Sr. administrador, atualmente, em dar prosseguimento às suas mesquinhas perseguições políticas, em vez de tratar dos interesses da coletividade (*O Social*, 9 de maio de 1947).

Essa atuação sistemática de *O Social* acirrou os ânimos entre os periódicos goianos, a ponto de *O Popular*, à época situacionista, em tom de ameaça, cogitar publicamente a possibilidade de práticas mandonistas por parte do governo udeno-coimbrista:

Um jornal que, atualmente, apoia o Sr. Coimbra Bueno com a mesma energia e coragem e até com as mesmas frases com que apoiara as últimas administrações passadas, tece ameaçadoras palavras a respeito dos que não se curvam ao sabor oportunista dos acontecimentos políticos. Num local de destaque, num artigo entre solene, e solerte entre fútil e criminoso, termina com este período copiado, talvez, de “Mein Kampf” de Hitler:

“Contudo, os processos ora adotados pelos políticos pessedistas para combater e desacreditar o governador do Estado bem podem – como disse o deputado José Fleury – forçar o chefe do executivo a defender-se com as mesmas armas, empregando métodos contrários à sua formação democrática, mas perfeitamente justificáveis em face do caráter pérfido da atual campanha”.

Assim falou *O Popular*, em 22-06-1947. (*O Social*, 27 de junho de 1947).

O Jornal do Povo defende o governo udeno-coimbrista, lembrando aos leitores da censura que existia quando Pedro Ludovico estava no poder:

Os pessedistas já se acostumaram, de longa data, a não permitir que jornais udenistas critiquem o governo eleito por aquela legenda. Quando representavam a ditadura, os pessedistas de hoje fechavam jornais, prendiam jornalistas, expulsavam diretores e redatores de órgãos da imprensa oposicionista... Era crime monstruoso atacar o governo de então. Em Goiás, o governo de Coimbra Bueno inaugurou uma época de liberdade jamais presenciada pelos goianos. A prova evidente aí está através dos jornais pessedistas e comunistas que circulam livremente sem terem sido molestados pelo atual Chefe do Executivo. Tivéssemos o Sr. Pedro Ludovico no Palácio das Esmeraldas e saísse um jornal no estilo dos que de vez em quando aparecem por aí (*Jornal do Povo*, 7 de janeiro de 1950).

Não foi Coimbra Bueno que trouxe a democracia, mas sim o contrário. Logo, se o governante udenista não perseguiu a imprensa como o seu sucessor, o que não significa dizer que não perseguiu, não foi porque não desejava tal empreita, mas porque não podia. A despeito dessa inversão contida no trecho supracitado, uma constatação é digna de nota: por estar acostumado com os quinze anos de interventoria federal e ser mais influente, provavelmente Pedro Ludovico seria mais mandonista que Coimbra Bueno. E, como veremos adiante, de fato o foi (MOREIRA, 2000).

Os assassinatos, ocorridos no dia 6 de setembro de 1950, em Nova Aurora, durante um comício do PSD, de Idalino Rosa Neto Tatico, chefe pessedista no referido município, e do deputado estadual Getulino Artiaga (PSD) por membros da UDN local constituíram-se num dos eventos que influenciaram os rumos das eleições daquele ano (MOREIRA, 2000). Getulino Artiaga era conhecido por seus discursos inflamados e provocativos, porém, não era originário de família influente e era negro. Esses fatos reforçam – e reforçaram – a tese de crime premeditado (MOREIRA, 2000). Entretanto, os periódicos pessedistas foram além e atuaram no sentido de incriminar o governo udeno-pessepista e a alta cúpula da UDN. Por um lado, ressaltaram o histórico de duras críticas que Getulino Artiaga fez a vários próceres udenistas, colocando-os como mentores dos assassinatos. Por outro, alegaram que Pedro Ludovico – então candidato a governador – e os populares que acompanhavam o comício também seriam vítimas, se não fosse a rápida reação dos militantes pessedistas:

Em edições passadas, alertamos o povo do Estado de Goiás, especialmente essa grande massa eleitoral consciente que levará novamente ao Palácio das Esmeraldas o eminente estadista Pedro Ludovico Teixeira, a respeito do desespero de que se acham possuídos os governistas, pela certeza da derrota no dia 3 de outubro, transformando-os em perfeitos criminosos em potencial, em fanáticos perigosos dignos de figurarem nas estatísticas dos hospícios e dos sanatórios espíritas. Várias são as vítimas pessedistas até agora tombadas pelas balas assassinas dos elementos desse governicho agonizante, dessa matilha de lobos insaciáveis que atiraram nosso Estado num verdadeiro abismo. E tínhamos razão. Agora a vítima escolhida foi o brilhante e destemido Deputado Getulino Artiaga, cuja palavra de fogo queimava o lombo das lesmas que atualmente deixam o seu visgo asqueroso nas escadarias do Palácio das Esmeraldas (*O Social*, 13 de setembro de 1950).

Apesar do exagero – proposital, sem dúvidas – contido na caracterização do cenário político goiano, o trecho supracitado evidencia a tradição da violência como um elemento definidor do modo de fazer política em Goiás (SOUZA, 2006).

O Popular, que já migrara para a oposição, apostando no retorno de Ludovico ao poder, explora a morte de Getulino Artiaga e Idalino Tatico de forma moderada, sem realizar generalizações. No entanto, sem deixar de fazer oposição, busca reforçar a hipótese de que o crime teria sido planejado e, portanto, causado por motivações políticas, e não acontecido no calor do momento, impossibilitando-o de ser tipificado como crime passional:

Prossegue o sumário dos autores das mortes do deputado Getulino Artiaga e Idalino Rosa Neto Tatico, chefe do Partido Social Democrático de Nova Aurora, e também dos que causaram ferimentos em Arismundo Rosa, João Rosa Sobrinho e Osmar Rosa.

Os trabalhos que sempre tem início às oito horas da manhã, avançam pela noite a dentro, até às 23 horas, sempre acompanhados com vivo interesse pela população de Goiandira, que enche a espaçosa sala de audiência do Fórum local.

(...)

Domingo foi ouvida, em primeiro lugar, a testemunha Hélio Martins Teixeira, que depôs longamente durante, nada menos, de quatro horas. Foi sensacional o depoimento dessa testemunha, que fez um histórico da vida política do município.

Em certo ponto de seu depoimento, fazendo uma espécie de história da política local, de anos para cá, e mostrando como se preparou o ambiente para a chacina de Nova Aurora, afirmou Hélio Teixeira:

“Que esses fatos eram tomados como ameaças, porquanto chegou ao conhecimento do depoente que Virgílio Vitorino, vulgo Inhozico Dentista (vereador da UDN e um dos matadores de Getulino Artiaga), dias antes da ida dele e seus companheiros até nas proximidades da casa onde estava a amplificadora conforme disse, haveria propalado que se fosse publicado pela amplificadora do PSD um boletim assinado por Gumercindo Natal como Presidente da Comissão (o depoente não sabe qual seja essa Comissão, supondo tratar-se de uma Comissão Comunista), **TRANSFORMARIA ESSA CIDADE EM UMA CORÉIA** (*O Popular*, 3 de dezembro de 1950).

O trecho destacado em *O Popular* em letras maiúsculas também ocupa o subtítulo da matéria: “‘**TRANSFORMARIA ESSA CIDADE EM UMA CORÉIA**’ – ASSIM **FALOU UM DOS MATADORES DO DEP. GETULINO ARTIAGA, DIAS ANTES DA CHACINA**” [Grifo meu] (*O Popular*, 3 de dezembro de 1950). Ora, se o depoente não é o próprio assassino e disse que ouviu falar que o assassino teria dito tal frase, não

teria sido prudente da parte do periódico, pelo menos até a conclusão das investigações, preencher o subtítulo com a frase “ASSIM TERIA FALADO UM DOS MATADORES DO DEP. GETULINO ARTIAGA (...)”?

A supracitada matéria de capa de *O Popular*, publicada quase três meses depois do ocorrido, nos fornece uma noção do quanto o caso repercutiu, principalmente entre os periódicos pessedistas:

Tiveram larga repercussão em todo o país, pelas características de verdadeiro banditismo de que se revestiram, com o apoio da política dominante, os acontecimentos de Nova Aurora, em que foi bárbara e traiçoeiramente trucidado o brilhante e destemido deputado Getulino Artiaga, vice-líder da bancada pessedista na Assembleia Legislativa. Para que nossos leitores possam verificar a repulsa que causou essa demonstração de selvageria dos governistas, publicamos abaixo telegramas recebidos pelo Dr. José Ludovico de Almeida, presidente, em exercício, do Partido Social Democrático, Secção de Goiás (...) (*O Social*, 21 de setembro de 1950).

Levando-se em consideração a ausência de exemplares do *Jornal do Povo* e de referências ao mesmo nas páginas dos periódicos em circulação no período, além do histórico de falhas em suas publicações, torna-se plausível supor sua inatividade durante a campanha eleitoral de 1950. Em relação ao *Folha de Goiaz*, também não encontramos exemplares desse período; mas, pelas referências contidas em outros periódicos, percebe-se que o mesmo se destacou como voz dissonante na cobertura dos assassinatos em Nova Aurora; pois, apesar de ter atacado os então supostos assassinos, inocentou o governo udeno-coimbrista:

“O governador refuta as acusações de Dario”

Sob o título acima, *Folha de Goiaz* publicou, em seu número 1572, naturalmente como matéria paga (pobre povo!), a primordial defesa feita pelo Sr. Hosanah Campos [governador em exercício], na noite do dia 15, quando pronunciou pelo microfone da Rádio Brasil Central fantástico, emocionante discurso, de improviso, em português castiço, com a habitual eloquência de Cícero, que lhe é peculiar. O senador Dario Cardoso ficou arrasado, pulverizado... Agora sim, ele não pronunciará mais, impunemente, como acentuou aquele órgão no preâmbulo da notícia, discursos na tribuna do Monroe contra o incomensurável governador que segue direitinho as pegadas de seu antecessor (*O Social*, 21 de setembro de 1950).

No trecho supracitado, carregado de ironia, *O Social* critica a atuação da *Folha de Goiaz* e o discurso do governador Hosanah Guimarães, que buscou se defender das

acusações, feitas pelo senador Dario Cardoso, de que seu governo estaria envolvido nos assassinatos:

O Sr. Dario Cardoso voltou a tratar na sessão de ontem do Senado das lamentáveis ocorrências verificadas no município de Goiandira, em que foi assassinado o deputado estadual Getulino Artiaga. O representante goiano, falando com veemência, lançou toda a responsabilidade dos gravíssimos acontecimentos ao governo do Estado (*O Social*, 21 de setembro de 1950).

A atuação do senador na capital federal, do *O Social* em Goiás e a articulação entre ambas parece ter surtido efeito:

Para garantir a liberdade do pleito de 3 de outubro neste Estado, que estava sendo sabotado pelos governistas em desespero de causa, chegaram a diferentes cidades goianas forças do glorioso Exército Brasileiro, que foram recebidas entusiasticamente pelo nosso eleitorado. Nesta capital, sob o comando do 1º Tenente Humberto Crispim Borges, chegou um contingente de oitenta homens, cuja presença fez cessar o ambiente de terror policial e as sérias apreensões que pairavam sobre todos os espíritos, porque o povo estava disposto a não se acovardar ante a pressão do governo udeno-pessepista já agonizante (*O Social*, 30 de setembro de 1950).

Os artifícios retóricos no trecho supracitado generalizaram e exageraram, resumindo, de forma maniqueísta, a questão a governo versus povo, com o interesse de conquistar os votos deste. Todavia, o fato de o governo federal ter julgado necessário o apoio logístico militar revela que o ambiente político estava realmente conturbado, principalmente após os assassinatos em Nova Aurora.

2.1.2. O governo ludoviquista e a tradição estado-novista

Com o retorno de Ludovico ao Palácio das Esmeraldas, a situação se inverteu. Se os periódicos udenistas se concentraram na defesa do governo de Coimbra Bueno e de Hosanah Guimarães, agora passariam para o ataque:

Hoje está de luto mais uma família em Campinas. O responsável por este regime de insegurança em que vivemos é o Governo. Este mesmo Governo que premia o crime e protege pistoleiros. Se todos os que matam, espancam e desrespeitam as leis vigentes no país tivessem punição, talvez que a situação fosse outra (*Jornal do Povo*, 14 de fevereiro de 1954).

Assim como os periódicos pessedistas procederam quando eram oposição, os periódicos udenistas colocaram a culpa de todas as mazelas da sociedade na conta do

governo ludoviquista. Todavia, Ludovico realmente usufruiu – muito mais que o seu antecessor – de um contingente de jagunços, os quais eram chamados de “companheiros” (MOREIRA, 2000). Em termos estratégicos, a grande preocupação de se valer desse tipo de aparato repressivo estava no risco de um jagunço agir impulsivamente e vitimar, desnecessariamente, a pessoa errada, no local errado e na hora errada. Foi o que ocorreu no dia 8 de agosto de 1953, por volta das 11:30 horas, nas imediações da movimentada Praça do Bandeirante: o proprietário do semanário *O Momento*, Antônio Carneiro Vaz, e dois jornalistas do referido periódico, João Carneiro Vaz, irmão do proprietário, e Haroldo Gurgel, sofreram um atentado, levando o último a óbito e ferindo gravemente os demais. O crime teria sido cometido por Pedro Arantes, diretor do Departamento de Energia Elétrica de Goiás, e seus jagunços (ASMAR, 1994). O motivo seria em decorrência de uma matéria satírica feita por Gurgel e publicada em *O Momento*, intitulada “O homem voltou e deu a luz”, contendo uma denúncia contra Arantes, de maneira debochada, pelo mesmo ter mandado reestabelecer o fornecimento de energia elétrica, a fim de concluir seu exame de Raio X, descumprindo com as determinações referentes ao rodízio de distribuição da rede elétrica (ASMAR, 1994). Assim como os periódicos pessedistas fizeram no caso do assassinato de Getulino Artiaga, os periódicos udenistas, agora na oposição, buscaram atribuir a responsabilidade pelo crime ao governo:

Os sistemáticos e repetidos atentados a homens de imprensa, denunciados e verberados inutilmente pelas oposições coligadas e seus jornais, culminam, assim, num ato inominável de selvageria, sem precedentes na história política de Goiás, realizado com premeditação e sangue frio, à plena luz do dia, para escárnio de um nobre e culto povo (*Jornal do Povo*, agosto de 1953).

Não encontramos exemplares de periódicos situacionistas que cobriram os acontecimentos no calor do momento; no entanto, o exemplar mais próximo publicado posteriormente disponível nos fornece informações acerca do histórico de atuação de *O Social*, além de agir e refletir sobre os desdobramentos do assassinato de Gurgel:

O semanário da Rua 7, n. 41 (fundos) [*Jornal do Povo*], sob o título “Existe a Praça Haroldo Gurgel”, publica uma nota em que procura justificar a atitude do deputado Hélio de Brito em relação ao requerimento que formulou à Assembleia Legislativa no sentido de mudar-se o nome da Praça do Bandeirante para o do inditoso e intemorato jornalista tombado em luta desigual, pelas balas assassinas de sicários irresponsáveis e cruéis, como já tivemos a oportunidade de falar daqui. A nota do periódico oposicionista é interessante quando

procura justificar a passagem de uma paixão política obcecada que não admitíamos tivesse abrigo no espírito de um moço que é um verdadeiro expoente da moderna geração política de nossa terra; de um goiano cujo passado na vida pública do nosso meio não permitia, até então, que se observasse em seu redor um gesto de cegueira como esse que muito o vem diminuindo no conceito dos homens de bem, sem distinção de tonalidades partidárias (*O Social*, 5 de setembro de 1953).

Apesar das semelhanças entre os assassinatos de Getulino Artiaga e de Haroldo Gurgel, que evidenciaram um problema crônico em Goiás, o do jornalista repercutiu internacionalmente, ganhando matéria até no periódico *The New York Times* (*Diário de Goiás*, 21 de outubro de 2012). Essa maior repercussão pode ser explicada pelo fato de que um dos autores do assassinato de Gurgel – Pedro Arantes – ocupava um alto cargo no governo e era uma pessoa próxima do governador, oriunda da mesma cidade – Rio Verde – e frequentadora de sua residência; enquanto que os autores do assassinato de Artiaga eram militantes udenistas sem expressão, tendo, dentre os mesmos, um vereador de uma pequena cidade interiorana. Outra diferença é que, na época do assassinato de Getulino Artiaga, o governador era Hosanah Guimarães, político de envergadura local; enquanto que na ocasião do assassinato de Gurgel o governador era nada menos que Pedro Ludovico, que completara dezoito anos à frente de Goiás e já era considerado por muitos como o maior estadista goiano (SOUZA, 2015). Logo, os periódicos pessedistas sabiam o que estava em jogo:

O lamentável acontecimento da semana transata em Goiânia, em que perdeu a vida o jornalista Haroldo Gurgel, quando exercia a altruística profissão, tem enchido páginas da imprensa e inúmeros folhetos, muitos deles anônimos, têm sido lançados com o objetivo político do maior efeito e do maior sensacionalismo. Não se pode negar o condenável do ocorrido, que imporia inegavelmente no cerceamento de um dos mais sagrados direitos das nossas conquistas democráticas: a Liberdade de Imprensa. O que não se pode admitir (e assim o entendem os homens de bem) é que o Governador Pedro Ludovico tenha no caso a responsabilidade que os seus adversários de todas as horas lhe querem imputar. Homem de passado limpo, que administrou o Estado durante longos anos de um regime de exceção, não se lhe pode atribuir, de sua consciência, a responsabilidade direta ou indireta de desmandos ou violências desse jaez. Há, por isso, um crédito de confiança de todos os goianos sensatos para com este homem que muitas vezes, com o risco da própria vida, enfrentou o jaguncismo oficializado que infelicitara Goiás por longos anos. Pedro Ludovico não é só o cidadão digno, símbolo das liberdades democráticas de seu povo, mas o defensor das

garantias individuais tão espezinhadadas aos tempos negros do caiadismo (*O Social*, 5 de setembro de 1953).

De fato, Ludovico chegou mesmo a enfrentar o jaguncismo caiadista pré-1930. Mas, após assumir a Interventoria Federal, teria sido beneficiado pela formação de um grande aparato repressivo; uma vez que foram criadas as Companhias de Infantaria, os Pelotões e os Esquadrões de Cavalaria, foram aumentados o efetivo de soldados e seus salários e gratificações e foram adquiridos novos armamentos bélicos (MOREIRA, 2000). Para além da expansão das forças de segurança pública, Pedro Ludovico, de acordo com uma série de depoimentos dos próprios correligionários pessedistas à época, “era linha dura” e “tinha um pessoal que se fosse para morrer por ele, morreria” (MOREIRA, 2000, pg. 65), pois “esse povo graúdo não fica sem jagunço não” (MOREIRA, 2000, pg. 67). Ademais, acerca do episódio, ocorrido no dia 4 de junho de 1953, da invasão à Assembleia Legislativa por indivíduos armados que ameaçaram os deputados da oposição²², o então deputado pessedista Castro Costa afirmou, do alto da tribuna da referida Casa, que não se tratava de jagunços ludoviquistas, “porque se o Sr. Pedro Ludovico quisesse praticar tal ato, teria meios outros em suas mãos, teria amigos capazes de fazer um massacre”, logo, não teria enviado “aquele moço inexperiente, mas, sim, outros com muita capacidade” (MOREIRA, 2000, pg. 76). Outra declaração comprometedora feita do alto da tribuna foi a do deputado petebista João Pires Vieira, então aliado de Ludovico que, ao saber, dias antes do ocorrido, da possibilidade de um atentado, teria procurado o governador e recebido do mesmo a resposta de que “não tinha, em absoluto, notícia alguma de qualquer atentado” e que “iria telefonar a vários elementos que, se por acaso, tivessem esta intenção, aqui não comparecessem” (MOREIRA, 2000, pg. 77).

Portanto, esses indícios vão contra as afirmações, contidas no supracitado editorial de *O Social*, de que Pedro Ludovico teria combatido o jaguncismo e, embora não tivesse sido o mandante ou o responsável direto, uma vez que as motivações pessoais de Arantes ficaram bem claras, sua atuação criou as condições de possibilidade para o assassinato de Gurgel. Apesar de o crime ter sido cometido em plena luz do dia, no cruzamento de duas das avenidas mais movimentadas de Goiânia à época e testemunhado por outros indivíduos para além das vítimas sobreviventes, Pedro Arantes e um cúmplice foram inocentados por falta de provas e, dos quatro condenados, dois fugiram e não cumpriram suas penas (*Diário de Goiás*, 21 de outubro de 2012). Provavelmente, a influência que

²² Do qual não encontrei nenhuma notícia nos exemplares disponíveis.

Ludovico tinha sobre o poder judiciário contribuiu para esse desfecho. Nos meses que se seguiram, e à medida que se aproximavam as eleições, o sentimento de impunidade – legítimo, diga-se de passagem – foi potencializado pelos periódicos udenistas, que passaram a noticiar uma série de perseguições e crimes supostamente perpetrados por motivações políticas:

A onda de crimes praticados pelos jagunços protegidos pelo governo do Sr. Pedro Ludovico é tão grande que o povo de todo o Estado já começa a sentir seus efeitos, através da reação popular. Em Formosa, a polícia elimina um operário a pancadas, deixando o corpo no portão do cemitério. Os assassinos, depois de “rigoroso inquérito”, foram considerados vítimas. O delegado, dias após, espanca a coronhadas de revólver o filho de uma das principais famílias formosenses, os Alves Ferreira, por sinal, a maior força pessedista no município. Em Itumbiara, um policial assassina um lavrador por causa de um [ilegível] e se esconde na casa do prefeito do PSD, que o esconde da justiça. Jazon de Melo e um seu irmão menor, membros categorizados do ludoviquismo no sudoeste, provocam um tiroteio na barca do Rio dos Bois, na rodovia Itumbiara – Rio Verde, causando pânico na população e eliminando assim os últimos vestígios ludoviquistas da zona. Em Goiânia, na Vila Operária, é assassinado por um policial um pobre e indefeso rapaz, fato que veio trazer uma revolta profunda nos moradores daquele importante bairro. Todos esses criminosos são protegidos pelo governo e continuam livres, ameaçando outros cidadãos pacatos (*Jornal do Povo*, 14 de fevereiro de 1954).

No único exemplar de *O Momento* encontrado, existe uma matéria que faz duras críticas ao governo ludoviquista e ao Secretário de Segurança Pública, alegando serem falaciosas as promessas de capturar Arantes, à época foragido, e denunciando o seu paradeiro, que, segundo o referido periódico, era conhecido por muitos e até mesmo pelas autoridades: a cidade de Rio Verde (*O Momento*, 17 de novembro de 1953).

2.2. AS LUTAS CAMPONESAS

Os governadores udenistas e pessedistas, embora tivessem prometido, em suas respectivas campanhas eleitorais, combater a grilagem e a exploração dos trabalhadores rurais, atuaram em prol da elite latifundiária, reprimindo violentamente os levantes camponeses, dentre os quais, pela repercussão alcançada, vale destacar dois: a Luta do Arrendo e a Revolta Camponesa de Formoso e Trombas.

2.2.1. A Luta do Arrendo

A Luta do Arrendo foi deflagrada em Orizona, onde os camponeses, orientados por militantes comunistas, se organizaram contra a exploração perpetrada pelos fazendeiros da região. Os custos para a realização do cultivo e as possíveis perdas referentes ao seu insucesso eram de responsabilidade dos camponeses, que contraíam empréstimos a juros elevados junto aos próprios fazendeiros a fim de manter suas famílias e a lavoura até a época da colheita, quando eram obrigados a entregar toda a produção aos donos da terra: metade para o pagamento da taxa de arrendamento e a outra metade era vendida a preços irrisórios, visto que os grãos eram encontrados em quantidade abundante no referido período e os “arrendatários” não tinham como transportá-los (LOUREIRO, 1982).

Em 1948, diante do endividamento exponencial e do aumento da miséria provocado por esse sistema, batizado de “parceria”, os camponeses, com o apoio de militantes comunistas, passaram a exigir o cumprimento de uma lei – apresentada pelos deputados do PCB, então na legalidade, e aprovada durante os trabalhos da Assembleia Constituinte Estadual – que previa uma taxa de arrendamento de no máximo 20% sobre o total da produção. Após muita mobilização, os camponeses venceram a disputa, sendo respeitada a lei na distribuição da safra de 1950, e o sucesso do movimento repercutiu em todo o estado.

Porém, os fazendeiros também se organizaram, reduzindo a área destinada ao plantio, cortando os empréstimos, boicotando lideranças do movimento, intimidando os camponeses e suas famílias através das ações de jagunços e da polícia da capital – solicitada pelo prefeito de Orizona – e, na safra de 1951, alguns chegaram a colher todos os grãos antecipadamente, inclusive os 80% pertencentes aos arrendatários. Acuados, um pequeno grupo de camponeses – dezesseis, dentre os cerca de trezentos – decidiu ocupar as florestas das fazendas, fato que trouxe a questão da reforma agrária para a pauta do movimento e reduziu drasticamente o apoio da opinião pública. Diante dessa situação favorável, o então governador Pedro Ludovico, que já tinha sido pressionado pelo senador José da Costa Pereira, chefe político da região e seu suplente, decide agir, utilizando força máxima policial e reprimindo duramente os camponeses, que se dispersaram, sobrando até mesmo para os que não participaram do movimento em nenhuma de suas fases (LOUREIRO, 1982).

Dos 183 exemplares – e 126 de *O Social*, 27 de *O Popular*, 17 de *O Debate*, dois do *Jornal do Povo*, um do *Jornal de Notícias*, dez do *Folha de Goiás* – publicados durante

a Luta do Arrendo encontrados, nenhum continha notícias ou comentários sobre o referido conflito. Provavelmente, o único periódico a cobri-lo foi o comunista *O Estado de Goiás*:

CAMPONESES PEDEM TERRA. LUDOVICO RESPONDE COM BALA!

Sob o comando do famigerado Tenente Rui Barbosa, a polícia implanta terror em Orizona. Ameaçada a segurança de João Cândido, líder de Pires do Rio. Diversas famílias camponesas de Orizona, acossadas pela fome, ocuparam e derrubaram uma pequena parcela de mato a fim de ali fazerem as suas roças.

O governo Ludovico mobilizou dezenas de soldados sob o comando do Tenente Rui Barbosa para perseguir os camponeses. O tenente está cumprindo as ordens de Pedro Ludovico, do prefeito de Orizona, Luiz Martins, dos fazendeiros José Lourenço, Otávio Canedo, Abrão Caixeta e do Senador Zequinha da Costa. Sob o comando do tenente, a polícia espancou os camponeses Joaquim Nunes, Pedro Mariano e Antônio de Tal, invadiu a casa e furtou o revólver do camponês Alexandre Gonçalves. A polícia explora o anticomunismo para justificar a selvageria e tentam envolver o líder popular de Pires do Rio, Joao Cândido, amigo dos camponeses, num processo de farsa. É bom que esses canalhas se lembrem que qualquer violência contra João Cândido será respondida por violências ainda mais enérgicas por parte do povo e dos camponeses de Pires do Rio e Orizona.

Por todas as formas as entidades democráticas, a exemplo da União dos Camponeses, que já divulgou um boletim de protesto e denúncia, o povo goiano deve prestar toda solidariedade aos camponeses de Orizona. Seja com protestos nas ruas, comícios, abaixo-assinados etc, seja enviando dinheiro, mantimentos, etc. (*O Estado de Goiás*, 5 de setembro de 1951).

Essa ausência – ou, no mínimo, escassez – de cobertura por parte dos maiores periódicos goianos poderia ser explicada pelo fato de que os fazendeiros seriam próceres pessedistas e a maior parte do conflito teria se desenrolado durante o governo udeno-pessepista, que também apoiou os latifundiários (LOUREIRO, 1982). Logo, durante o governo udeno-pessepista, não haveria o interesse nem por parte dos periódicos situacionistas *Folha de Goiaz*, *Jornal do Povo* e *O Debate* nem por parte dos oposicionistas *O Popular* e *O Social*. Porém, durante o governo pessedista, que atuou nos dois últimos anos do conflito, o *Jornal do Povo*, agora na oposição, e o recém fundado *Jornal de Notícias* não teriam mais motivos para omitir tal conflito, o que nos coloca diante de duas hipóteses: ou o *Jornal do Povo* e o *Jornal de Notícias* cobriram, ainda que timidamente, o conflito e não encontramos os exemplares que comprovariam essa atuação ou ambos realmente não cobriram o conflito. Vale ressaltar que, apesar de ter encontrado

pouquíssimos exemplares do *Jornal do Povo* e do *Jornal de Notícias*, foi possível rastrear suas atuações através da leitura dos exemplares de periódicos como *O Social*, que geralmente respondia às acusações dos periódicos adversários, de modo que chegamos a reconstituir debates que duraram semanas, tal como o que se deu acerca das administrações de Coimbra Bueno e Pedro Ludovico (*O Social*, 1º de julho de 1950, 8 de julho de 1950, 15 de julho de 1950, 22 de julho de 1950, 29 de julho de 1950).

Outro questionamento se refere ao fato de que a Luta do Arrendo não teria ganhado os holofotes dos maiores periódicos goianos porque se tratava de um evento sem importância. Todavia, pela leitura dos exemplares encontrados, podemos facilmente constatar que os periódicos analisados eram acostumados a noticiar acontecimentos de menor impacto social do que as ações coordenadas de um grupo com mais de três centenas de camponeses, tais como a excursão de um grupo de estudantes por uma cidade do interior (*O Debate*, 18 de janeiro de 1949), a distribuição de sementes para um grupo de lavradores (*Jornal do Povo*, 7 de janeiro de 1950), um crime de extorsão (*Folha de Goiás*, 4 de julho de 1951) ou um abuso de autoridade cometido por um delegado numa cidade do interior (*Jornal de Notícias*, 21 de setembro de 1952). A única reivindicação camponesa encontrada nas páginas dos periódicos publicados nesse período não criticava nem feria os interesses dos pessedistas e udenistas goianos e até servia à promoção da imagem de Câmara Filho:

O Sr. Áureo de Barros, acompanhado do Dr. Câmara Filho, presidente da FAREG, esteve, segunda-feira, no gabinete do Sr. governador Pedro Ludovico, fazendo ao ensejo demorada exposição ao chefe do executivo goiano sobre a situação precária dos colonos da Colônia Agrícola. O governador de Goiás prometeu na medida do possível tomar providências, adiantando que já se dirigiu às autoridades federais no sentido de ser melhorada o quanto antes a rodovia que liga a Colônia Agrícola à Anápolis, cujo estado de trafegabilidade é péssimo (*O Popular*, 20 de setembro de 1951).

Portanto, a probabilidade de que os maiores periódicos goianos tivessem realizado matérias ou mesmo noticiado algum acontecimento referente à Luta do Arrendo é pequena, indicando um possível acordo movido por interesses em comum, que superam as disputas político-partidárias por poder. Em todo o caso, como a Revolta de Trombas e Formoso tomou maiores proporções, como veremos adiante, tornou-se difícil para qualquer periódico goiano, seja da situação ou da oposição, ignorar ou menosprezar os acontecimentos e as discussões em torno dos conflitos sociais ocorridos no campo.

2.2.2. A Revolta Camponesa de Trombas e Formoso

A Revolta Camponesa de Trombas e Formoso ocorreu em Uruaçu e foi desencadeada por um movimento de resistência dos camponeses às tentativas dos fazendeiros da região de tomar suas terras. Em 1952, com a conivência de um juiz, de um promotor e de um dono de cartório da região, os fazendeiros entraram com uma ação judicial requerendo 6520 alqueires fundamentados numa documentação falsificada – que provaria que as terras seriam de domínio particular e que teriam sido compradas pelos requerentes – e na lei de usucapião, pela qual alegavam serem os únicos a residirem no imóvel há mais de trinta anos. Embora as terras requeridas fossem devolutas e os únicos a residirem nelas fossem os camponeses, os fazendeiros ganharam a ação, cercaram mais que o dobro de terras previstas nesta – 14000 alqueires – e começaram a expulsar os camponeses através dos mais variados tipos de violências perpetrados por jagunços e pela polícia estadual enviada por Pedro Ludovico, que não queria perder o apoio político, visto que os latifundiários e os representantes do poder judiciário envolvidos na querela eram importantes lideranças pessedistas. Sob a liderança de José Porfírio, os camponeses procuraram permanecer em suas terras resistindo aos ataques constantes, recorreram à justiça a fim de obterem o título de posse de suas terras e pediram ajuda até para o governo federal, recebendo de Getúlio Vargas a resposta de que deveriam conversar com Pedro Ludovico. A partir de meados de 1954, diante do fracasso dessas tentativas pacíficas e com o apoio logístico de militantes comunistas recém-chegados à região, os camponeses decidiram partir para a luta armada (CARNEIRO, 1988).

Durante um ano os camponeses absorveram ideias marxistas, se organizaram, adquiriram armas e trabalharam em suas terras com relativa tranquilidade, consolidando um sentimento de pertencimento a um grupo e criando uma noção comum sobre o direito à terra (MAIA, 2008). No entanto, em meados de 1955 os fazendeiros organizaram outra ofensiva: começaram a invadir as casas dos camponeses à noite e a apontar as armas para a cabeça de suas respectivas esposas ou filhos, obrigando-os a assinar um documento pelo qual declaravam a desistência de suas posses. Sabendo dessa tática, um camponês chamado Nego Carreiro se preparou e, quando chegou a vez de a sua casa ser invadida, atirou na cabeça de um sargento da polícia, que instantaneamente veio a falecer, desencadeando um conflito armado que resultou em baixas dos dois lados, na queima de

plantações e casas e na tortura e estupro de mulheres e filhos dos camponeses, que haviam se refugiado no mato (CARNEIRO, 1988).

Compreendendo a importância da opinião pública, valendo-se do imaginário anticomunista e aproveitando que os camponeses haviam fuzilado um farmacêutico que estava infiltrado no movimento a serviço da polícia, os jornais pessedistas passaram, a partir de 1956, a noticiar que o movimento se transformara em pura subversão comunista e estaria fora de controle, na iminência de invadir as cidades circunvizinhas e espalhar o terror:

E, como noticiamos domingo último, devido ao maior número de pessoas que compunham o bando, a força da Polícia Militar que estava naquela região achou de bom alvitre solicitar reforços. Este foi mandado, mas mesmo assim não em número suficiente, eis que a tropa, comandada pelo tenente José Pinto Sobrinho, deu valente combate anteontem aos bandoleiros em Trombas, mas inferiorizados em número (*Folha de Goiaz*, 24 de março de 1956).

É nessa toada que *O Popular* publica um telegrama enviado pelo prefeito de Porangatu, Euzébio Martins:

Acabamos de ter comunicação, fonte fidedigna, de que o Tenente Sobrinho, que comandava tropa operando Formoso, abandonou hoje aquela zona, deixando parte considerável dos soldados entregues à própria sorte, situação difícil, nas proximidades do povoado de Trombas, segundo consta, comunistas exaltados estão senhores da situação, pretendendo levar avante suas ações frente a qualquer força. Situação angustiante nesta cidade, virtude ameaça eminente. Outros grupos pertencentes à mesma organização estão localizados próximos daqui. Contamos apenas com trinta homens mal armados e municiados para defesa da cidade, ocorrência que será efetivada a qualquer preço até a chegada de socorro. Confiamos nas enérgicas e urgentes providências em benefício e defesa da população alarmada. (...). Necessário forte contingente aqui e na zona de Formoso (...) (*O Popular*, 27 de março de 1956).

Apesar das acusações, o movimento revoltoso reivindicava um direito dos camponeses garantido por lei, havia conquistado relativa autonomia em relação aos militantes comunistas e em nenhum momento suas lideranças cogitaram saquear as cidades circunvizinhas (MAIA, 2008).

O conflito apresentava uma trégua quando as denúncias feitas por jornais e deputados opositores repercutiam a nível nacional, de modo que os fazendeiros se sentiam pressionados, sendo forçados à retornarem aos métodos que chamavam menos

atenção, como a prática de prisões ilegais e torturas individuais e esporádicas – até mesmo de camponeses não pertencentes ao movimento – praticadas pela polícia do governo de Juca Ludovico (CARNEIRO, 1988). Dentre tais denúncias, destacaram-se aquelas feitas por Alfredo Nasser, como, por exemplo, a publicação de um telegrama destinado ao então ministro da justiça, Nereu Ramos:

Na qualidade de diretor do Jornal de Notícias, órgão das oposições coligadas em Goiás, venho opor perante V. Exa. um veemente desmentido às informações daqui transmitidas por todo o país sobre um suposto movimento comunista, [ilegível] no norte deste Estado. Esse noticiário tendencioso visa a encobrir uma operação de massacre de pobres posseiros de terras, que estão resistindo à polícia no momento em que esta se encontra a serviço de grileiros, mancomunados com políticos da situação. V. Exa., com quem tive a honra de conviver no senado da república, sabe que não sou homem de transmitir [ilegível]. Os fatos poderão ser facilmente esclarecidos por um observador desse ministério. Contra o assassinato bárbaro e frio de humildes lavradores, cujo único crime é pretenderem defender sua propriedade e sua vida, está se levantando a consciência de todos os homens livres de Goiás (...) (*Jornal de Notícias*, março de 1956).

Na região de Formoso e Trombas, um problema social da mais alta gravidade, o dos posseiros, pobre e honesta gente do campo, consome, num sobressalto permanente, odioso e injusto, uma das maiores fontes de produção do Estado. As terras devolutas, que poderiam propiciar, com a prosperidade de milhares de famílias de pequenos lavradores, uma profunda transformação na fisionomia econômica do Estado, estão desaparecendo, presa de aventureiros, na emissão em massa de documentos falsos (*Jornal de Notícias*, 6 de maio de 1957).

Apesar das denúncias, a campanha dos jornais pessedistas, detentores das maiores tiragens do Estado, parece ter surtido mais efeito. Com a desmoralização do movimento e a pressão dos fazendeiros, os governos de Juca Ludovico, José Feliciano, e Mauro Borges enviaram inúmeras expedições – algumas compostas por efetivos de mais de 60 soldados e apoiadas por avião – para prender os “revoltosos”, que, entrincheirados nas matas, conseguiram expulsar o contingente policial, mesmo este tendo utilizado mulheres e crianças camponesas como escudos. A vitória parcial do movimento repercutiu em todo o país, inspirando novas lutas e contribuindo na eleição de José Porfírio para deputado estadual, tendo sido o candidato com o maior número de votos (CARNEIRO, 1988).

2.3. POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO

A política de pacificação em Goiás era entendida como um acordo entre os partidos políticos referente à interrupção de confrontos – discursivos, jurídicos e físicos – com o objetivo de reunir forças em prol do progresso e do desenvolvimento econômico do Estado. Embora tivesse sido cogitada em alguns momentos, nunca se efetivou na prática, funcionando mais como um instrumento de desarticulação e enfraquecimento dos adversários políticos (FERNANDES, 2002). Isto é, a política de pacificação esvaziava o significado do conceito de política, na medida em que fora compreendida pelos seus proponentes apenas em seu sentido clássico: aquilo que é de interesse da *pólis* (BOBBIO, 2000). Ao mesmo tempo, se constituía como um ato político, no sentido moderno, pois visava ao sucesso eleitoral e, conseqüentemente, à conquista do governo (MAQUIAVEL, 2011), à obtenção de alguma vantagem (HOBBS, 2008) ou ao monopólio da legítima coerção física (WEBER, 1999). Momentos de conflagração de disputas relacionadas à distribuição interestadual de recursos federais surgiram como oportunos para a união de forças em prol do bem de Goiás. Dentre tais disputas, destacaram-se, pelo acirramento e importância econômica, a transferência da sede da Estrada de Ferro Goiás (EFG) de Araguari para Goiânia e a construção de Brasília.

2.3.1. Pela transferência da sede da Estrada de Ferro Goiás

No intuito de vencer a querela referente à transferência da sede da EFG, os periódicos pessedistas empreenderam uma campanha propondo uma política de pacificação, visto que seria fundamental em entendimento entre todas as forças políticas do Estado, a fim de pressionar a União de forma articulada e consistente:

É INDIGNO DO PEDAÇO QUE OCUPA NA SUPERFÍCIE TERRESTRE O POVO QUE NÃO DEFENDE OS SEUS DIREITOS – RESSOA POR TODOS OS RECANTOS DO ESTADO O TOQUE DE REUNIR PARA A LUTA – TODOS OS BRASILEIROS RESIDENTES EM GOIÁS, INDEPENDENTEMENTE DE SUAS ORIGENS OU DIVERGÊNCIAS PARTIDÁRIAS, SE IRMANAM EM DEFESA DE NOSSOS INTERESSES – JUSTA E NECESSÁRIA A MUDANÇA DA SEDE DA GOIÁS – MOVIMENTA-SE A PUJANTE COLÔNIA MINEIRA DE GOIÁS, PARA GARANTIR A TRANSFERÊNCIA DA SEDE DA EFG – COMEÇAM A MANIFESTAR-SE OS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS – HISTÓRICA REUNIÃO NO JÓQUEI CLUBE DE GOIÁS (*O Social*, 27 de fevereiro de 1954).

Apesar dos benefícios que proporcionaria à economia goiana, os udenistas recusaram a proposta, pois a efetivação da transferência poderia ser usada como

propaganda ludoviquista, uma vez que o então governador era Pedro Ludovico, o então presidente da EFG era seu filho e a cidade sede seria Goiânia, seu maior feito político:

O atual governo não se interessa de forma nenhuma por qualquer progresso do seu Estado, que não esteja dentro dos limites de Goiânia ou a vez ainda de Rio Verde. Nem a mais fértil fantasia de um Marquês de Sade pode imaginar maiores torturas, as quais os motoristas dos caminhões estão sofrendo (...). Estamos cansados de ouvir promessas (*Jornal do Povo*, 14 de fevereiro de 1954).

O Popular rebate as críticas feitas pelo *Jornal do Povo*, apresentando uma série de argumentos válidos, mas que não ofuscariam o complexo conjunto de interesses políticos envolvidos na questão:

A Estrada de Ferro Goiás, como o próprio nome indica, tem quase a totalidade da extensão de suas linhas em território goiano. Em cinquenta e dois quilômetros apenas percorre território triangulino, enquanto que, em quatrocentos e sessenta e três quilômetros, corta o Estado de Goiás. A sede da mesma situa-se na cidade de Araguari, cuja população é, aproximadamente, de vinte e cinco mil habitantes.

Em Goiás, a referida estrada serve diariamente a onze cidades; nas terminais, a Anápolis – um dos maiores centros produtores do Brasil Central – com uma população de quarenta mil habitantes, e a Goiânia, com cerca de oitenta mil almas. A vida econômica da estrada advém da exportação e da importação do Estado de Goiás.

Goiânia já é centro de tráfego da Ferrovia, sendo a sua estação a de maior movimento e a que canaliza maior renda. Goiânia é uma das cidades que apresentam maior índice de crescimento do mundo. Os trilhos demandam o oeste, distanciando-se cada vez mais de Araguari, ao passo que Goiânia, além de já ser centro de tráfego, tende a ser centro geográfico da Via Férrea. Goiânia já dispõe de condições e instalações capazes de receber a sede administrativa da Estrada de Ferro de Goiás. A “Goiás” vive do Estado de Goiás, que sempre se viu prejudicado por essa aberrante situação, com a sede da ferrovia em Araguari, que suga todos os recursos, dos quais a maioria deveria beneficiar o nosso Estado.

Pouco nos importa se à testa da Estrada de Ferro Goiás fique um pessedista, udenista, pessepista ou trabalhista; ao povo também não interessa saber se é goiano, mineiro gaúcho ou paulista o Diretor da única via férrea anhanguerina. Importa, e muito, que o objetivo dessa campanha seja atingido: impedir que a “Goiás” torne a cair nas mãos da canalha (*O Popular*, 21 de fevereiro de 1954).

Essa reportagem, que ocupou uma página e meia deste número, contém uma antiga reivindicação de inúmeras forças políticas goianas que ganhou corpo com a nomeação de Mauro Borges, primeiro goiano a ocupar o cargo de diretor da Estrada de

Ferro Goiás (EFG), graças à intercessão de seu pai, Pedro Ludovico, junto a Getúlio Vargas. Durante dois meses, *O Popular* publicou quase que diariamente reportagens – muitas ocupavam páginas inteiras – sobre a referida campanha, consolidando alianças político-partidárias circunstanciais, instigando seus leitores a participarem ativamente da mesma e publicando denúncias contra as autoridades araguarinas referentes a desvios de verbas, abusos de poder e até ameaças de morte endereçadas à diretoria da EFG. O clima acirrou-se, principalmente entre as forças políticas goianienses e araguarinas, e o caso repercutiu nacionalmente. O curioso é que o próprio periódico teceu ameaças, ao lembrar a seus contendores o jeito ludoviquista de conquistar seus objetivos “pela força da lei ou pela lei da força” e ostentar o poder de seus aliados políticos e, conseqüentemente, o seu próprio poder político:

É bom que saibam: se Pedro Ludovico teve forças para mudar a capital de seu Estado (contra o meio, parte da opinião pública e falta de dinheiro), seu filho, o major Mauro Borges Teixeira (com o apoio do povo goiano e do Exército Nacional), também o terá para transferir a sede da Estrada de Ferro Goiás para nosso Estado (*O Popular*, 21 de fevereiro de 1954).

Mauro Borges chegou a ser acusado pelo assassinato de um engenheiro da EFG e posteriormente absolvido da acusação com o encaminhar das investigações. Entretanto, o desfecho se deu predominantemente pela força da lei: em 13 de abril de 1954 foi autorizada a transferência da diretoria, do gabinete diretor, da secretaria de comunicação e do gabinete de assistência jurídica da companhia ferroviária para Goiânia. Ao abandonar a carreira militar e encabeçar o movimento que transferiu a sede da EFG para Goiânia, Mauro Borges conquistou notoriedade no cenário político goiano (CAMPOS JÚNIOR, 1998).

2.3.2. Em nome da construção de Brasília

Como a transferência da capital federal para o Planalto Central estava constitucionalmente prevista desde 1891 e os governos de Epitácio Pessoa – que lançou a pedra fundamental em Goiás – e Café Filho – que criou a Comissão de Localização da Nova Capital Federal – atuaram em seu favor, restava à classe política goiana proporcionar as condições ideais para a realização do projeto de construção de Brasília de Juscelino Kubitschek (SILVA, 1997). Diante do histórico recente de agitações políticas e sociais, envolvendo o jaguncismo institucionalizado e as lutas camponesas, havia uma preocupação do governo federal relacionada a possíveis complicações durante

a delicada etapa de construção da nova capital, evidenciando um choque entre os processos de racionalização típicos da modernização e uma tradição pré-capitalista baseada em personalismo e religiosidade (SILVA, 1997). Ademais, havia um temor de que a nova capital não pudesse representar a nação, porque a associação de sua imagem ao ideal de progresso estaria comprometida pela inevitável permeabilidade, cultural e material, do sertão, visto como sinônimo de atraso (GOMES, 2008).

Atuando contra esse temor, *O Popular* realiza cobertura favorável acerca da construção de Brasília:

Chegando em Brasília, o Sr. Juscelino Kubitschek e comitiva se dirigiram para o Aeroporto Vera Cruz, cuja grande parte das obras já está concluída, inaugurando-o oficialmente. Quando da inauguração desse empreendimento, que **representa outro grande passo para a concretização do velho anseio dos brasileiros** [grifo meu], o primeiro mandatário do país teve breves palavras, reafirmando aos presentes o seu desejo de passar a faixa presidencial, ao seu sucessor, no Palácio da Alvorada, em Brasília (*O Popular*, 4 de abril de 1957).

Na mesma toada, segue o *Jornal de Notícias*:

EM JANEIRO DE 1958

O PALÁCIO DA ALVORADA

Instado pela reportagem, antes do banquete com que foi homenageado pelo povo desta formosa e progressista cidade do sudoeste [Jataí], o Sr. Juscelino Kubitschek (...) (*Jornal de Notícias*, 4 de abril de 1957).

O governador Juca Ludovico, levantando a bandeira da necessidade de cooperação com a União para a construção de Brasília, propõe uma política de pacificação, que dessa vez fora bem recebida pelas oposições, representadas por Francisco de Brito e Alfredo Nasser, presidentes regionais da UDN e do PSP, respectivamente. O acordo previa a colaboração dos deputados estaduais udenistas e pessepistas na aprovação de um projeto de lei que estenderia o mandato de Juca Ludovico em um ano; em troca, este atuaria em prol de uma candidatura única para sua sucessão nas próximas eleições (FERNANDES, 2002). Por um lado, as oposições se beneficiariam, após sucessivas derrotas eleitorais, com a aquisição de inúmeros cargos no governo ou com possíveis cisões dentro do PSD, uma vez que Pedro Ludovico ficaria marginalizado em relação à articulação. Por outro, além de governar por mais tempo, Juca Ludovico poderia aumentar seu prestígio político, caso colaborasse de maneira eficaz para a construção de Brasília.

Nesse sentido, o *Jornal de Notícias* atuou em prol da política de pacificação em Goiás, deixando de criticar seu governo e buscando viabilizar o lançamento de uma candidatura conciliatória entre os partidos goianos:

As oposições estiveram reunidas ontem à noite para examinar a proposta de acordo que lhes foi feita há dias, formalmente, com o objetivo de evitar o acirramento das paixões políticas numa hora de tamanha importância para o Estado e para um período governamental de apenas dois anos (*Jornal de Notícias*, 17 de novembro de 1957).

Houve também uma iniciativa por parte da Agência Goiana de Imprensa (AGI):

A convocação pela AGI, durante os trinta dias em causa, de uma reunião dos dirigentes do Núcleo e do Conselho Deliberativo para a fixação de uma linha geral de atuação, que servirá a toda a imprensa goiana, através da qual, sem quebra do espírito de independência e sem renúncia ao direito de crítica, essenciais à plena vigência do regime democrático, possam os jornais e rádios exercer a sua função fiscalizadora e orientadora, sem fomentarem o surgimento de atritos e desentendimentos graves, que prejudicariam a unidade da classe jornalística em Goiás (*Folha de Goiaz*, 8 de janeiro de 1958).

Porém, todas as tentativas de pacificação foram rechaçadas por Pedro Ludovico:

O Sr. Pedro Ludovico tinha muitas maneiras, usuais em política, de recusar a candidatura do Sr. Silvio de Melo. Preferiu a da humilhação pública ao amigo de trinta anos que sempre o apoiou e nunca lhe pediu nada.

(...)

Pouco depois o senador Pedro Ludovico, visivelmente irritado, desfazia a reunião combinada, liquidava violentamente com a candidatura, ridicularizava a política de pacificação do governador e procurava atirar o Sr. Silvio de Melo ao escárnio público (*Jornal de Notícias*, 26 de fevereiro de 1958).

Se Juca Ludovico e os udenistas e pessepistas seriam beneficiados, a política de pacificação não se efetivou porque os ludoviquistas, principal força política do Estado, estavam certos de que venceriam as próximas eleições. Ademais, Pedro Ludovico interpretou como uma afronta a atitude do primo, pois, até então, o cacique goiano havia conduzido não somente o PSD, mas os rumos da política goiana desde 1930.

A despeito do fim das negociações e da ruptura da aliança política entre Pedro e Juca Ludovico, os periódicos goianos continuaram realizando uma cobertura favorável acerca da construção de Brasília:

O entusiasmo cívico do povo goiano está se fazendo sentir, mais uma vez, com a receptividade da ideia da organização, desde já, da “Frente de Recepção do Presidente JK”, no dia 21 de abril de 1960, quando se efetivará a mudança da Capital da República para o Planalto Central (*Folha de Goiaz*, 18 de novembro de 1958).

Durante quase um ano de mandato que lhe restara após o episódio da ruptura, Juca Ludovico não sofreu oposição sistemática, nem por parte dos periódicos udeno-pessepistas, visto que o governador havia iniciado seu processo de migração político-partidária para a referida coligação, nem por parte dos periódicos pessedistas, pois estes preocuparam-se com o desgaste da imagem de muitos partidários e correligionários que ocupavam cargos no governo, de modo que a crítica a este poderia custar o fracasso daqueles nas eleições do ano corrente.

2.4. A CRISE DA INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA

2.4.1. O Golpe de 1964 em Goiás

A despeito da disputa interna entre os setores nacionalistas e liberais, os governos brasileiros atuaram dentro das condições de possibilidade – ampliadas com a recuperação econômica da Europa e do Japão, com a Revolução Cubana e com a descolonização africana e asiática – geradas pela Guerra Fria, oscilando entre uma submissão passiva e moderada aos EUA. Na primeira estratégia enquadra-se o governo do pessedista Eurico Gaspar Dutra (1946-1951); que, na expectativa de manter a relação privilegiada com Washington estabelecida durante a Segunda Guerra Mundial, o que não ocorreu, atendeu às suas exigências no plano econômico, rompeu relações diplomáticas com os soviéticos e promoveu a cassação do registro do PCB e dos mandatos de seus parlamentares em 1947. Os demais governos escolheram a segunda estratégia. O governo do trabalhista Vargas (1951-1954) buscou a multilateralização das relações internacionais, no intuito de negociar com Washington seu apoio na Guerra Fria; e, apesar de prosseguir com a política de endividamento junto aos bancos estadunidenses, investiu em indústrias de bens de produção. O governo do pessedista Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) tentou timidamente barganhar com Washington, investiu no setor de bens de consumo durável e aprofundou o endividamento junto aos bancos estadunidenses. O governo do conservador, anti-reformista e anti-industrialista Jânio Quadros (1961), embora tenha privilegiado os EUA em sua política econômica interna, distanciou-se dos setores liberais que o elegeram ao estabelecer uma política externa independente; negando-se a romper com

a Cuba de Fidel Castro, reatando relações diplomáticas com vários países do leste europeu e iniciando tratativas de reatamento com a URSS. O governo do petebista João Goulart (1961-1964) retomou o projeto econômico nacionalista, porém, devido à crise política gerada pelo aumento das pressões de setores de direita no país e dos EUA no contexto da Crise dos Mísseis, recuou com a política externa independente promovida por Quadros (VIZENTINI, 2003).

A submissão moderada verificada a partir da década de 1950 e a simbologia do getulismo associada à conquista de direitos – ainda que poucos – pelos trabalhadores não eram bem recebidas pelos setores liberais antigetulistas, que, ao fracassarem nas eleições, decidiram buscar outros meios para chegarem ao poder, desencadeando as crises político-institucionais de 1954, 1955 e 1961 e tornando ainda mais frágil a experiência democrática verificada dentro do recorte espaço-temporal adotado. A crise de 1954 se iniciou com uma campanha udenista contra o Governo Vargas que explorava a crise econômica vigente – causada pela baixa dos preços do café, principal produto de exportação do país à época e pela alta da taxa de inflação – e a herança simbólica do autoritarismo estado-novista.

Assis Chateaubriand, importante aliado de Vargas durante o seu governo ditatorial, passa a pressioná-lo num artigo de própria autoria, demonstrando seu anticomunismo e até mesmo sua insatisfação com o trabalhismo:

Como grileiro do civismo bandeirante, o Sr. Goulart é ainda pior que o Sr. Jânio Quadros, pois tem os comunistas, seus sócios, engavetados, para soltá-los na hora propícia. (...). É indispensável coordenar as vontades bandeirantes para organizar a reação contra extremistas, que o Ministro do Trabalho [Jango] está mobilizando a fim de fazer do Brasil um Estado satélite da União Soviética (*Folha de Goiaz*, 4 de março de 1954).

Num artigo assinado por outro editor, fica evidente que Chateaubriand deixou de apoiar Vargas, sem, no entanto, deixar de defender a legalidade então vigente:

Se o mundo político encontra na obra do governo algo que justifique o receio de que se produza um golpe, no estilo do que se verificou em 1937, cumpre-lhe examinar o caso sob o aspecto dos recursos constitucionais existentes para impedir a revolução. Há inclusive o processo para a destituição do primeiro magistrado. Deveriam os partidos políticos adotá-lo, acusando o presidente na Câmara e, havendo razão, aprovada pela maioria, conduzi-lo ao pretório do Senado. Esse seria o caminho lógico e democrático. São as forças políticas e não as

Forças Armadas que devem operar, segundo as normas constitucionais, para coibir a ação inconstitucional do Executivo (*Folha de Goiaz*, 4 de março de 1954).

Se, por um lado, Câmara Filho encontrava-se no cargo de presidente do PTB em Goiás; por outro, era aliado de Ludovico – que apoiara o candidato pessedista Cristiano Machado nas eleições presidenciais de 1950 e se afastara de Vargas desde a sua deposição – a nível estadual, tendo participado das barganhas ludoviquistas ao chefe do executivo federal nos momentos de crise:

Assinado por mais de cem pessoas, foi dirigido ao Sr. Getúlio Vargas um telegrama pedindo a transferência da Sede [da EFG].

(...)

“Certos de que Vossência determinará exame sobre o assunto, com a mesma simpatia com que tem conduzido os problemas nacionais, apresentamos saudações e agradecimentos de quase dois milhões de habitantes desse Estado” (*O Popular*, 26 de fevereiro de 1954).

A Crise de 1954 se agravou com a assinatura de um pacto entre Argentina, Brasil e Chile contra a política externa estadunidense e com um atentado a mando do chefe da segurança presidencial que feriu o líder udenista Carlos Lacerda – pertencente à ala golpista – e matou seu segurança, um major da Aeronáutica; resultando na pressão de setores militares – principalmente a alta oficialidade da Aeronáutica e da Marinha – e civis – elites e classe média – pela renúncia de Vargas, sob ameaça de deposição. E culminou no suicídio do presidente, em 24 de agosto de 1954, e na conseqüente onda de protestos – duramente reprimidos pela polícia e pelas forças armadas – que varreu o país, promovida pelas bases sociais do getulismo, que resultou na depredação de inúmeros diretórios udenistas, da embaixada, de bancos e empresas estadunidenses e no recuo das forças golpistas (FERREIRA, 2003b).

No auge da campanha eleitoral para o pleito de 3 de outubro de 1954, referente aos poderes executivo estadual e legislativo federal e estadual, *O Popular* aponta para os responsáveis pelo suicídio de Vargas:

Desesperados com a aproximação da data fatal, que marcará mais uma fragorosa derrota udeno-progressista, os opositoristas, via de seus órgãos de publicidade, intensificam sua propaganda contra o situacionismo. (...). Com referência à morte do presidente Getúlio Vargas, os opositoristas chamam os amigos do grande estadista de “exploradores de cadáver”. Isso se dá porque o povo já julgou os udenistas como assassinos morais do chefe do governo. E nas urnas de

três de outubro ratificará esse julgamento (*O Popular*, 22 de setembro de 1954).

A crise de 1955 consistiu na tentativa dos setores liberais antigetulistas – liderados por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados que assumiu interinamente a presidência da república após o afastamento de Café Filho por problemas de saúde – de impedir a posse do presidente getulista Kubitschek e do vice-presidente Goulart, herdeiro político de Vargas, candidatos vitoriosos nas eleições de 3 de outubro de 1955. Após pedir exoneração do cargo de Ministro da Guerra, por ser proibido por Carlos Luz de punir um coronel subordinado que proferiu um discurso de descrédito ao regime democrático vigente, o general legalista Henrique Teixeira Lott deflagrou uma espécie de golpe preventivo; no qual, com o apoio das guarnições do Exército – força armada que dispunha de um efetivo de soldados muito superior às demais – da capital federal, cercou bases e quartéis da Marinha e da Aeronáutica e redações de jornais e estações de rádio antigetulistas e, com o apoio da maioria do Congresso Nacional, conseguiu fazer votar o impedimento de Carlos Luz. Este, juntamente com Carlos Lacerda e demais lideranças golpistas, conseguiu fugir num navio da marinha rumo a Santos, onde esperava estabelecer um governo provisório e organizar um movimento de resistência com o apoio do governador de São Paulo, Jânio Quadros. Porém, nem este, nem o presidente da Assembleia Legislativa, nem o presidente do Tribunal de Justiça ou os generais paulistas apoiaram a causa golpista; que terminara – pelo menos provisoriamente – com a rendição de suas lideranças, antes mesmo do navio atracar em terra firme, sem, todavia, sofrerem qualquer tipo de punição²³ (FERREIRA, 2003b).

A crise de 1961 ocorreu após a renúncia – não se sabe ao certo se foi por pressão dos militares ou se foi uma manobra para conquistar apoio popular – de Jânio Quadros, que, com sua política externa independente, não vinha agradando aos setores liberais alinhados aos EUA. Tal acontecimento, deflagrado a 25 de agosto do ano corrente, gerou uma crise política, visto que os ministros militares – apoiados por Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, e por Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados e então presidente interino da república – não aceitaram a posse do vice-presidente Goulart, que estava numa missão diplomática na China e era acusado de ser comunista, e

²³ Não encontramos nenhum exemplar da *Folha de Goiaz* e do *O Popular* publicado no ano de 1955. Ademais, neste ano, os periódicos *O Social*, *Jornal do Povo* e *O Debate* já haviam deixado de circular e o periódico *Jornal de Notícias* estava com suas atividades paralisadas, retornando apenas no ano seguinte.

pressionaram – sem sucesso – o Congresso Nacional no intuito de conseguir votar o seu impedimento (FERREIRA, 2003b).

O Popular, agora contando com o pessedista Jaime Câmara em sua diretoria, repercute negativamente a posição dos ministros militares, noticiando, em destaque, a ameaça de inúmeras entidades classistas, como a dos trabalhadores operários e a dos estudantes, de promover greve geral, caso Jango não assumisse o governo (*O Popular*, 27 de agosto de 1961), e publicando um editorial em defesa da posse do vice-presidente:

Só a posse do Sr. João Belchior Goulart na presidência da República é o caminho adequado para a preservação do regime. O povo não poderá tolerar qualquer solução extra-legal. Que as forças responsáveis pelo organismo institucional do país se apercebam do instante grave em que vivemos. Se a ninguém interessava uma ditadura da esquerda, não interessará também uma ditadura da direita (*O Popular*, 27 de agosto de 1961).

Ademais, evidencia as declarações do marechal Henrique Teixeira Lott e do governador Mauro Borges em defesa da legalidade:

A mensagem conclama o povo brasileiro, os estudantes, os operários, os seus amigos das três armas, a “resistirem contra o golpe, a preservarem a ordem institucional garantindo a posse do Sr. João Goulart”. O Marechal faz veemente crítica à atitude do ministro Odylio Dennys.

(...)

O governador Mauro Borges, duas horas depois de desembarcar ontem em Goiânia, dirigiu uma mensagem ao povo goiano conclamando-o à manter-se fiel à ordem e à vigilância, “para a preservação do bem coletivo” (*O Popular*, 27 de agosto de 1961).

Já o *Folha de Goiaz* faz uma cobertura mais tímida, na qual as notícias e matérias sobre a renúncia de Jânio Quadros e a rebelião dos ministros militares disputam espaço com muitas outras notícias e matérias (*Folha de Goiaz*, 27 de agosto de 1961). Ademais, o jornal não publica os comunicados das organizações classistas, majoritariamente contrárias ao golpe, mas publica uma matéria destacando o quadro funcional e a atuação do governo interino de Ranieri Mazzili (*Folha de Goiaz*, 27 de agosto de 1961). Em seu editorial, defende a manutenção da legalidade, sem, no entanto, defender a posse de Jango, evidenciando sua oposição ao trabalhismo, tal como ocorrera no artigo de Chateaubriand supracitado:

Não obstante os últimos acontecimentos que vem prendendo as atenções dos círculos políticos, em decorrência da renúncia do Sr. Jânio Quadros como presidente da República, percebe-se que o país está em ordem, num clima de trabalho, de harmônica conjugação de esforços. Depreende-se não ser o Brasil uma nação de destino sangrento. Não traz na alma vocação para os levantes ou revoluções. A sua índole está vinculada à doutrina da paz, do progresso sem trepidações trágicas. E o povo jamais aceitaria a imposição de credos de força, já que os sentimentos cristãos do homem brasileiro repelem qualquer iniciativa que objetive o estrangulamento das liberdades políticas (*Folha de Goiás*, 27 de agosto de 1961).

O editorial sereno do *Folha de Goiás*, buscando convencer o leitor de que não há nada que precise ser feito quanto ao impedimento da posse de Jango, contrasta com o editorial de *O Popular*, que convoca à mobilização.

Liderando um movimento em prol da legalidade, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Goulart, organizou uma resistência armada composta de forças policiais e muitos voluntários. Dispondo de uma estação de rádio improvisada dentro do Palácio Piratini, sede do governo estadual, denunciou o golpe que estava em curso para todo o Brasil, conquistando grande apoio popular, de parte dos jornalistas e políticos, de sindicatos e de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (FERREIRA, 2003b). Essa reviravolta também atingiu o *Folha de Goiás*, que passou a defender a posse de Jango, visto que as notícias e matérias favoráveis ao movimento pela legalidade conquistaram boa parte dos espaços de suas páginas, tais como o parecer do Congresso Nacional:

Lembra-se que o deputado Ranieri Mazilli, no exercício da presidência da República, encaminhou mensagem ao Congresso, dando-lhe conta das razões pelas quais as Forças Armadas vetavam o nome do vice-presidente João Goulart para assumir o poder, na vaga do presidente Jânio Quadros, impedindo-o de entrar no país. A Comissão em referência concluiu pela reforma da Constituição, introduzindo no Brasil o parlamentarismo, “mas com o Sr. João Goulart na presidência da República” (*Folha de Goiás*, 30 de agosto de 1961).

A moção da Assembleia Legislativa de Goiás:

O deputado Venerando de Freitas Borges encaminhou ontem à apreciação da Assembleia Legislativa, conseguindo aprovação unânime, moção de solidariedade e congratulações ao governador Leonel Brizola (*Folha de Goiás*, 30 de agosto de 1961).

O manifesto de Lott:

Em atenção a numerosos pedidos de nossos leitores, que desejam conhecer o manifesto lançado à nação pelo Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott e que motivou a sua prisão (está recolhido na Fortaleza de Lajes, na Guanabara, por ordem do comandante do I Exército), transcrevemo-lo abaixo (*Folha de Goiaz*, 30 de agosto de 1961).

O manifesto de Borges:

MANIFESTO DE MAURO SERÁ DISTRIBUÍDO A TODOS OS ESTADOS E AO CONGRESSO.

(...)

Os deputados Nelson Siqueira e Luziano de Carvalho subscreveram, ontem, requerimento no qual solicitam ao presidente da Assembleia Legislativa que fosse lido naquela sessão e transcrito nos anais da Casa o manifesto vigoroso do chefe do poder executivo goiano, lançado à nação no último dia 28.

(...)

GOIANOS CONTINUAM DANDO APOIO AO GOVERNADOR MAURO BORGES. Ainda ontem, o governador Mauro Borges Teixeira recebeu várias moções de solidariedade de seus conterrâneos. As mensagens lhe chegavam por telefone, por carta e por telegramas (*Folha de Goiaz*, 30 de agosto de 1961).

E dos universitários:

UNIVERSITÁRIOS LANÇAM NOVO MANIFESTO AO POVO

A União Estadual dos Estudantes, entidade que congrega todos os universitários de Goiás e que recentemente decretou greve geral de nossas faculdades, permanece em sessão permanente até que seja regularizada a situação do país (*Folha de Goiaz*, 30 de agosto de 1961).

O *Cinco de Março* também defendeu a posse de Jango:

QUANDO A COVARDIA SUPERA O PATRIOTISMO E OS RESPONSÁVEIS PELA INTEGRIDADE DA CONSTITUIÇÃO NACIONAL RECUAM DIANTE DO MEDO, O POVO EMPUNHA ARMAS E COM O PRÓPRIO SANGUE DEFENDE A LEGALIDADE, CONSOLIDANDO AS BASES DA DEMOCRACIA E ASSEGURANDO A LIBERDADE DA PÁTRIA.

(...)

O presidente João Goulart, que subiu ao poder levado por mais de quatro milhões de votos, viu sua posse violada por meia dúzia de fanáticos, pela fraqueza camuflada do Congresso Nacional, ou, mais, pela sede de poder de certos indivíduos que os jornais tiveram chance

junto à vontade do povo (*Cinco de Março*, segunda semana de setembro de 1961).

Porém, não deixou de provocar seu principal alvo adversário, ironizando sua atuação:

MAURO: SUSTENTÁCULO DA POSSE DE JOÃO GOULART

O jovem governador dos goianos, Tenente-Coronel Mauro Borges Teixeira, pela sua bravura, pela sua coerência e pela sua posição em defesa da democracia, é apontado em toda a nação como um dos mais sólidos sustentáculos da posse do presidente João Goulart (*Cinco de Março*, segunda semana de setembro de 1961).

Os ministros militares não se intimidaram e mandaram o III Exército, maior destacamento militar da região Sul e um dos maiores do Brasil à época, bombardear o Palácio Piratini. Entretanto, o comandante do III Exército, general José Machado Lopes, desobedeceu às ordens dos ministros e se aliou a Brizola, sendo seguido pelos comandantes da Brigada Militar e da V Zona Aérea, totalizando um efetivo de 53 mil soldados que se somariam aos 45 mil civis voluntários agrupados em Porto Alegre. Novamente, Brizola denunciou a tentativa dos ministros militares e episódios de insubordinação militar e manifestações a favor da posse de Goulart ocorreram em todo o país. Mesmo diante de tamanha resistência, os ministros militares, sob o pretexto de proteger a democracia contra a ameaça comunista, não desistiram do golpe, ordenando uma frota de aviões de uma base aérea, na qual o comandante e os oficiais haviam permanecido leais, bombardear o Palácio Piratini. Porém, os sargentos dessa base se rebelaram e impediram a decolagem dos caças. O clima tenso terminou apenas com a aprovação pelo Congresso Nacional de uma emenda parlamentar que previa a implantação de um regime parlamentarista no Brasil, saída encontrada para se atender às reivindicações de ambas as partes e se evitar uma guerra civil e aceita por Goulart, que retornou ao país e tomou posse, tendo seus poderes limitados pela existência de um primeiro-ministro (FERREIRA, 2003b).

Em título destacado em matéria de capa, a *Folha de Goiaz* atua no sentido de convencer o leitor de que a escolha pela adoção do parlamentarismo fora uma boa solução para acabar com a crise política:

“O PARLAMENTARISMO FOI UMA MEDIDA CERTA PARA OS DIAS INCERTOS DA NOSSA PÁTRIA”

O deputado Juarez Bernardes foi um dos deputados que esteve ausente de Goiânia durante todos os dias da crise política que o país atravessou recentemente, após a renúncia do Sr. Jânio Quadros. Inicialmente frisou que acompanhou em Brasília, lance a lance, o desenrolar da crise analisando os acontecimentos. O parlamentar, representante do Planalto goiano ponderou: “O Congresso Nacional mostrou a sua virilidade devolvendo aos ministros militares o pedido de impedimento do Sr. João Goulart, não do interesse daqueles oficiais. Assim, não seria qualquer outra coação que iria subverte-los; havia, sim, a necessidade urgente de uma reforma e essa aconteceu”. E para finalizar, destacou: “O parlamentarismo foi uma medida certa para os dias incertos de nossa pátria” (*Folha de Goiaz*, 12 de setembro de 1961).

O jornal também cedeu espaço para a propaganda do presidencialismo, mas sem deixar de mostrar que mesmo os partidários deste regime concordaram que a decisão tomada foi a correta:

LOTT SAI DA PRISÃO E DIZ: PRESIDENCIALISMO É O REGIME MAIS CERTO

“Volto da prisão satisfeito porque a pátria já retornou ao caminho do qual não deveria ter saído” – disse o marechal Lott aos jornalista que superlotavam a sala de seu apartamento ao fazer suas primeiras declarações à imprensa, de regresso da Fortaleza de Santa Cruz (*Folha de Goiaz*, 12 de setembro de 1961).

A participação decisiva dos militares nessas crises pode ser explicada pelo fato de as Forças Armadas terem integrado indissociavelmente o poder político no Brasil desde a vitória do movimento trintista, distanciando-se do modelo liberal que primava pela neutralidade e criando uma cultura política, até mesmo entre os civis, que clamava por sua atuação, fundamentada numa suposta superioridade moral. Entretanto, nos momentos de maior instabilidade política, ocorridos a partir de 1950, os grupos militares que repudiavam o getulismo e estavam dispostos a lutar pelo estabelecimento de um novo regime político “saneador” não mobilizaram um contingente satisfatório dentro das Forças Armadas, inviabilizando a existência de uma composição favorável que apresentasse um elevado poder – também político, em última análise – coercitivo. Em 1964, todavia, a oficialidade da Aeronáutica, da Marinha e do Exército se uniu em torno da referida causa (MARTINS FILHO, 2003).

Com o retorno ao presidencialismo, após a realização de um plebiscito amplamente favorável, Goulart pôde enfim governar com plenos poderes; optando por uma política de conciliação que isolasse os grupos golpistas e que reconquistasse a aliança com o PSD, partido de centro e majoritário no Congresso Nacional, reservando-lhe cargos

nos ministérios, combatendo a inflação e pagando os juros das dívidas públicas. Tal política deveria atender, ao mesmo tempo, às reivindicações das esquerdas, representadas pelos comunistas, pelas Ligas Camponesas, pelos movimentos sindicais, pelas organizações de subalternos das Forças Armadas e pela UNE, dentre outras; buscando realizar as reformas de base, tais como a bancária, a fiscal, a tributária, a urbana, a administrativa, a universitária e, sobretudo, a agrária, além do direito dos analfabetos e oficiais não-graduados de votarem e da legalização do PCB. Essa estratégia fracassou, desagradando aos dois lados e evidenciando o conflito de interesses em jogo, tal como ocorrera na votação, no Congresso Nacional, da lei que previa a reforma agrária, a qual o PSD estava disposto a aprovar, desde que houvesse indenizações, condição inaceitável para a ala do PTB que representava os movimentos de esquerda. A única lei de grande impacto proposta por Goulart a ser aprovada através de um consenso entre os dois partidos foi a Lei de Remessa de Lucros, que contrariava os interesses estadunidenses e reafirmava a política externa independente (DREIFUSS, 1981).

Diante da crise econômico-financeira aprofundada após os rombos orçamentários do Governo Kubitschek, das sanções econômicas informais promovidas pelos EUA, das informações do serviço de inteligência que demonstravam um crescimento exponencial do movimento conspiracionista e da impossibilidade de articular com os parlamentares a aprovação das reformas de base previstas em seu plano de governo, Goulart decide, em fevereiro de 1964, romper com a estratégia da governabilidade pelo alto e ceder às pressões das bases sociais que o acompanharam durante sua trajetória política. Sendo assim, no dia 13 de março de 1964, em comício na Central do Brasil que contou com cerca de 250 mil participantes, além de lideranças ligadas à Frente de Mobilização Popular como Miguel Arraes e Leonel Brizola, Goulart discursa pressionando o Congresso no intuito de aprovar as reformas de base. Durante o comício, assinou os decretos de encampação das refinarias de petróleo e da Superintendência da Política de Reforma Agrária (SUPRA), que:

Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências (*O Popular*, 15 de março de 1964).

Essa reaproximação em relação aos movimentos nacional-desenvolvimentistas e trabalhistas recebeu uma cobertura otimista por parte de *O Popular*, que destacou de forma positiva a repercussão: “Entidades de classe aplaudem pronunciamento de Jango na GB” (*O Popular*, 15 de março de 1964). E publicou apenas declarações favoráveis acerca da recente atuação do presidente:

Vereador Bianor Ferreira: “O comício de ontem na Guanabara foi um passo gigantesco para a libertação nacional. Julgo esta data, 13 de março, tão importante para o Brasil como foi o 13 de maio para os negros”.

Pedro Ribeiro dos Santos, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria e do CGT de Goiás: “O presidente João Goulart surpreendeu a muitos com a assinatura do decreto das desapropriações da SUPRA e as encampações. O presidente conquistou a total confiança do povo e principalmente dos estudantes e trabalhadores rurais e urbanos”.

Deputado José Porfírio Souza: “Estas medidas ferem profundamente os interesses dos privilegiados desta república. Entretanto, elas vieram ao encontro dos reclames do povo espoliado e sofredor” (*O Popular*, 15 de março de 1964).

Em artigo intitulado “Jango lavou a alma do povo”, assinado por José Dario Filho, Jaime Câmara publica uma provocação a Mauro Borges, evidenciando o afastamento do seu governo da agenda de campanha eleitoral, na qual chegara a visitar a região de Formoso e prometer aos posseiros títulos de posse sobre suas terras:

Faltou, na grande festa do povo, uma voz que representasse Goiás, ao lado de Pernambuco, Rio Grande do Sul, [ilegível] (...). Aquele que podia legitimamente falar em nome dos goianos, credenciado pelo seu posto e pelos pronunciamentos que tempos atrás levou-nos a ver em S. Ex. o prenúncio de um líder popular, parece que perdeu o fio da meada e ainda acha que os latifundiários do PSD estão com o comando das urnas eleitorais (*O Popular*, 15 de março de 1964).

Na cobertura da repercussão dos atos presidenciais, o *Folha de Goiaz* faz exatamente o oposto, privilegiando as falas daqueles contrários às reformas de base, como, por exemplo, na entrevista com o professor catedrático e diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Goiás Jerônimo Geraldo de Queiroz:

Perguntado se “vê nos atos presidenciais um avanço às suas atribuições e uma maneira de querer incompatibilizar o Congresso Nacional com o povo”, afirmou que “o decreto de desapropriação ultrapassa a fronteira

regulamentar, invadindo seara constitucional do legislativo. Os poderes da República são independentes e harmônicos, pelo que o gigantismo central é uma provocação ofensiva à mecânica federativa”.

(...)

“Não acredito em eleições tranquilas em 1965. E os culpados são os demagogos, os incompetentes arvorados em líderes, os profissionais da baderna e os psicopatas de uma falsa liberdade”. (...). “Coagir a opinião pública é corromper a democracia” (*Folha de Goiaz*, 20 de março de 1964).

Ou na narração dos acontecimentos no Congresso Nacional, no qual o deputado federal Dias Menezes (PTN-SP):

Interpelou, sob forma de requerimento de informações, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Pery Bevilacqua, sobre as garantias para a preservação das instituições democráticas, ameaçadas pelos comunistas (*Folha de Goiaz*, 20 de março de 1964).

Seis dias depois do comício da Central do Brasil, aconteceu na cidade de São Paulo a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, contando com aproximadamente 500 mil pessoas, pertencentes, em sua grande maioria, às classes médias (DREIFUSS, 1981). Apesar de terem sido proferidos discursos golpistas nesta marcha, nas que se seguiram e na imprensa, evidenciando as proporções que a crise tomara, Goulart não recuou e, num episódio de insubordinação levado a cabo por marinheiros, após sistemática repressão do Ministro da Marinha às suas organizações classistas, concedeu-lhes anistia, levando à renúncia deste. Embora tal atitude, interpretada como um desrespeito aos códigos militares, tivesse repercutido negativamente, inclusive entre a oficialidade legalista, o presidente compareceu a um evento, realizado na noite do dia 30 de março de 1964, no qual fora celebrado o aniversário de uma associação de sargentos. Mais uma vez, o *Folha de Goiaz*, marcado em suas diretrizes pelo anticomunismo exacerbado de Chateaubriand, demonstra reprovar a atitude de Jango, publicando apenas as repercussões negativas e buscando convencer o leitor da necessidade de se tomar providências contra o que considera ser um erro:

Das sucessivas reuniões mantidas até a madrugada de hoje, nesta capital, para um exame dos determinantes e das consequências dos recentes episódios militares, agora também transferidos para o plano civil, estão concluindo as principais lideranças partidárias – exceção naturalmente feita ao PTB e afins – pela necessidade de uma ação vigorosa e imediata do Congresso contra os processos de subversão das

instituições, que julgam agravadas pela solução governamental dada à crise da Marinha (*Folha de Goiaz*, 31 de março de 1964).

Em relação ao Congresso Nacional, *O Popular* reverbera tão somente as vozes dos parlamentares situacionistas, reforçando seu apoio a Jango:

O deputado Guerreiro Ramos (PTB) convidou seus companheiros do Congresso a [ilegível] do sectarismo e aproveitar a atmosfera da Semana Santa para meditar sobre o fenômeno Goulart. Este fenômeno, segundo o orador, consiste no seguinte: “Getúlio Vargas preparou condições para o desempenho político das massas e o Sr. Jango, dando sequência a esse trabalho, não pode parar, pois está obrigado pelas circunstâncias à reforma do [ilegível], a fim de garantir a eficácia das medidas (*O Popular*, 31 de março de 1964).

Na manhã do dia seguinte, 31 de março de 1964, o Governador de Minas Gerais e o presidente do Senado anunciaram o rompimento daquele Estado e daquela Casa com o governo federal e suplicaram por uma intervenção das Forças Armadas. Na tarde do mesmo dia, iniciou-se uma movimentação de tropas mineiras sob o comando do General Olímpio Mourão Filho, frotas estadunidenses se aproximavam da baía de Guanabara e as forças policiais cariocas começaram a prender militantes trabalhistas e comunistas a mando do governador Carlos Lacerda, que, entrincheirado no Palácio Guanabara juntamente com o Brigadeiro Eduardo Gomes e outras lideranças golpistas que atuaram nas crises anteriores, começa a propagar pelo rádio o início do golpe e a conclamar a população para participar do mesmo (DREIFUSS, 1981).

Ao saber desses acontecimentos, o até então destemido Goulart começa a hesitar: recusa a entregar armas às lideranças sindicais e estudantis; recusa nomear o prestigiado marechal Lott para o cargo de Ministro da Guerra, momentaneamente vago devido a uma licença do titular por motivos de saúde; recusa assumir o Ministério da Guerra, denunciar o golpe pelo rádio e convocar para a luta armada; não ordena a reação das tropas legalistas, em prontidão por todo o país, inclusive na Guanabara, onde o Almirante Aragão esperava ordens para prender Lacerda e os demais golpistas. As únicas atitudes tomadas pelo presidente foram a de mandar um regimento para conter o avanço das tropas do General Mourão e telefonar para os comandantes dos quatro Exércitos. Porém, o referido regimento, que possuía um poderio bélico muito superior ao das tropas mineiras, aderiu à causa golpista e apenas o comandante do III Exército declarou lealdade ao presidente. Os demais comandantes tentaram negociar com Goulart uma saída dentro da legalidade, exigindo que o mesmo rompesse com as esquerdas. Entre governar sob a tutela

dos generais, colaborando com a repressão de aliados de longa data, organizar uma resistência armada, deflagrando uma guerra civil, e fugir, Goulart preferiu escolher a última opção (DREIFUSS, 1981), deixando o caminho livre para o movimento político-militar golpista instaurar um regime autoritário, eliminando os riscos de implementação das reformas sociais (TOLEDO, 1994). Apesar de ter noticiado a convocação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – em solidariedade a Jango – à greve geral e publicado os comunicados de Kubitschek, do presidente e do ministro da guerra, solicitando o respeito à legalidade, o *Folha de Goiaz* novamente preencheu suas páginas, especialmente a capa, com o discurso dos setores golpistas, que aparecem solitários na matéria principal. Novamente, valendo-se da estratégia – inaugurada em Goiás pelo próprio periódico, quando da aquisição pelos *Diários Associados*, e copiada com menor intensidade por *O Popular* – de buscar sistematicamente esvaziar suas páginas de marcas de autoria e transmitir sua opinião apenas através da publicação de discursos de terceiros, o jornal chateaubriano, no intuito de legitimar o golpe, confere maior destaque aos pronunciamentos e mobilizações dos golpistas:

“Tanto quanto a Marinha de Guerra na sua dignidade e na sua autoridade institucional, foi atingida a Constituição e, portanto, o Brasil em sua própria formação democrática”. Mais adiante, afirma o Sr. Auro Moura de Andrade: “A nação deve, pois, reunir-se em torno de suas Forças Armadas. Deve exigir que se respeite a hierarquia e que não se subverta a sua disciplina. Deve, acima de tudo, levantar-se vigorosamente contra os agentes do comunismo internacional” (*Folha de Goiaz*, 1º de abril de 1964).

E ressalta a adesão ao movimento, objetivando mobilizar os simpatizantes e desencorajar os legalistas:

Até às 23 horas de ontem, o Sr. Magalhães Pinto, chefe do movimento revolucionário, já havia recebido inteira solidariedade e completo apoio dos governadores dos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Guanabara, que colocaram seus dispositivos em inteira prontidão (*Folha de Goiaz*, 1º de abril de 1964).

Apesar da estratégia supracitada, a escolha pelo uso do termo “movimento revolucionário” revela a posição política da *Folha de Goiaz*.

Afastando-se das interpretações deterministas que, por um lado, personalizam a história, atribuindo a culpa à inépcia de Goulart (SKIDMORE, 1996), ou que, por outro lado, recorrem ao estruturalismo, defendendo que teria ocorrido um colapso do populismo

(IANNI, 1975), Argelina Figueiredo (1993) aponta para uma série de fatores que possibilitaram a ocorrência do golpe de 1964: além do intervencionismo militar; a conspiração destes com setores conservadores da sociedade civil; a radicalização das frentes nacionalista e liberal; e o fracasso de Goulart em negociar com seus aliados políticos e com as esquerdas que exigiam a implementação das reformas de base. Acrescentaria a esses fatores a surpreendente incapacidade de mobilização social, principalmente dos setores progressistas que se destacaram na campanha pela legalidade em 1961 (FERREIRA, 2003b) e a força da ideologia burguesa, especialmente entre as classes médias, que enxergava no trabalhismo uma ameaça ao país e à moralidade vigente (D'ARAUJO, 1996).

2.4.2. A deposição de Mauro Borges

Após as sucessivas derrotas nas urnas, o Golpe de 1964 e a consequente deposição de inúmeros governadores getulistas alimentou a esperança da UDN goiana de assumir o poder estadual. O fato de Mauro Borges ter apoiado Kubitschek e Lott e o antigetulista Castello Branco ter apoiado Távora e Quadros nas eleições de 1955 e 1960, respectivamente, animou ainda mais os udenistas goianos. Todavia, o que mais pesava contra o governador de Goiás era a repercussão referente à sua atuação na Campanha da Legalidade, na qual fora o único governador a declarar abertamente apoio a Brizola durante o momento mais crítico, ameaçando, inclusive, partir para a luta armada. Contudo, Castello Branco optou por manter Mauro Borges no poder, pela sua patente de tenente-coronel, por ter convidado muitos militares para compor o governo estadual ainda no início do seu mandato, pela sua adesão ao movimento político-militar golpista antes mesmo do fatídico 1º de abril de 1964 e, principalmente, pelos laços pessoais, visto que o marechal havia sido seu professor e padrinho de casamento (SOUZA, 1990). Essa decisão desagradou profundamente a oposição goiana, que passou a pressionar Castello Branco através dos jornais:

Para tanto, basta que aqueles que se propõem a moralizar essa realmente desmoralizada república, se munam de ferramentas capazes de desmantelar a máquina de corrupção eleitoral que os Ludovico montaram no Estado, azeitada pelos dinheiros públicos, através do uso privado dos bens estatais. (...). Nunca se ouviu da boca de Alfredo Nasser, jamais apregou José Fleury ou aconselhou Randall e tantos outros líderes o uso da violência. O que faltou a eles está hoje sobrando às respeitáveis Forças Armadas: condições para desmontar essa

máquina, essa desgraçada máquina dos Ludovico, que engravidou os cemitérios, abarrotou prisões, transformou delegacias em armas de crime e os tribunais em instrumentos de corrupção (*Cinco de Março*, 9 de novembro de 1964).

O *Cinco de Março*, sem dúvida, se consagrou por ter sido o jornal oposicionista que realizou as críticas mais contundentes a Mauro Borges e ao ludoviquismo da imprensa goiana. Por isso mesmo, também foi o mais perseguido:

Levado a júri pelo governo o jornal *Cinco de Março* – Fechado o *Cinco de Março* pela Polícia Civil – Espancamento de jornalista em Anápolis – Agressão a repórter de *O Popular* no Palácio das Esmeraldas – Processado o jornalista Hélio Fernandes – Incríveis violências contra jornais e jornalistas em Goiás – AGORA: EMPASTELAMENTO DO CINCO DE MARÇO POR OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (*Cinco de Março*, 7 de setembro de 1964).

O jornal *O Popular*, na oposição desde a saída de Jaime Câmara do PSD, era mais contido em suas críticas, enquanto que a *Folha de Goiás* permanecera na situação:

Outra demonstração espantosa de como o CERNE aplica o dinheiro popular nas satisfações dos interesses pessoais e das antipatias do Governo. Contra o Sr. Jaime Câmara, diretor de *O Popular*, pagou a agência oficial a quantia de Cr\$ 83.200,00 pela transcrição de um editorial da *Folha de Goiás* que enxovalhava torpemente a honra daquele homem de imprensa. Fica no ar a pergunta: estarão os cofres públicos do Estado de Goiás subvencionando até hoje a campanha que desde abril os órgãos dos *Diários Associados* movem contra o Sr. Jaime Câmara? (*Cinco de Março*, 10 de agosto de 1964).

Apesar do inconformismo dos udenistas e pessepistas goianos e da campanha que promoveram pela deposição de Mauro Borges, este seguiu firme no governo; chegando a participar de reuniões com a alta cúpula do movimento golpista – inclusive a que nomeou Castello Branco ao cargo de chefe-ditador – e a perseguir opositores através dos dispositivos do Ato Institucional, como, por exemplo, no episódio da cassação do mandato do deputado lacerdista Olinto Meirelles (UDN). Quando um general “linha dura” presidiu os trabalhos da Sub-Comissão Geral de Investigações em Goiás e denunciou Mauro Borges por associações com o comunismo, intimando-o a renunciar ou substituir todo o seu secretariado por udenistas goianos aliados, Castello Branco arquivou o processo (SOUZA, 1990).

Diante das tentativas fracassadas, os oposicionistas goianos decidem mudar de estratégia e buscar o apoio dos militares “linha dura” – provenientes, em sua grande maioria, da Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) – que pretendiam tomar o poder dos oficiais “castelistas” – formados, majoritariamente, na Escola Superior de Guerra (ESG) – e prolongar o processo de transição para o novo regime democrático, instituindo no país um aparato estatal ainda mais repressivo e submisso aos interesses do capitalismo financeiro internacional (OLIVEIRA, 1976). Deste modo, a oposição goiana propõe na Assembleia Legislativa uma homenagem aos proeminentes integrantes da facção “linha dura”, como, por exemplo, o General Costa e Silva, que assumiu o Ministério da Guerra num ato de insubordinação contra Castello Branco, e o General Mourão Filho, que havia se antecipado ao golpe, desobedecendo as ordens do comando central conspiracionista. No entanto, Mauro Borges, com o apoio da maioria dos parlamentares, barrou o projeto que lhes concederiam o título de cidadão goiano, alegando que a atuação dos mesmos não teria sido importante para Goiás (SOUZA, 1990).

Outro grupo que se opôs a Mauro Borges e se aliou aos militares linha dura foi o dos latifundiários goianos, os quais, através da Frente Agrária Democrática Goiana, facção paramilitar formada no início do Governo Goulart para resistir a uma eventual reforma agrária, exigiam de Castello Branco a revogação do Estatuto da Terra – que previa o aumento de impostos aos latifúndios – e dos governos federal e estadual o fim da política que privilegiava o setor industrial em detrimento do agrário (SOUZA, 1990).

Com a instalação dos Inquéritos Policiais Militares (IPM) em Goiás sob o comando de outro general linha dura, iniciou-se uma onda de prisões ilegais e torturas; de modo que a oposição aproveitou o clima de terror e desferiu uma campanha de denúncias contra Mauro Borges, associando-o a movimentos camponeses, à corrupção, ao planejamento de um atentado contra o deputado udenista Ary Valadão, à cooperação com um espião polonês e ao contrabando de minérios para países comunistas. Em resposta, Mauro Borges relatou a Castello Branco a prática de tortura perpetrada pelos agentes da repressão contra um secretário do seu governo e, mesmo que nenhuma das denúncias feitas pela oposição tivessem sido provadas, o governador de Goiás se precaveu e conseguiu do Supremo Tribunal Federal, após obter unanimidade na votação dos ministros, um *habeas corpus* (SOUZA, 1990). A essa altura, mês de novembro, o governo ludoviquista já estava bastante desgastado e Mauro Borges havia perdido muitos aliados:

É o que temos assistido de muitos que se empenham hoje nessa luta final pela queda de Mauro Borges. Antes, éramos sozinhos na denúncia contra Mauro. (...). Ninguém, dos que hoje xingam o governador abertamente em qualquer roda, aparecia sequer para uma palavra de conforto, ninguém. Mas, de uma hora para outra, parece que a cidade inteira descobriu que os Ludovico são os inventores da corrupção, responsáveis até pelas dívidas externas do Brasil ou por ser o Simca mais caro que o Volkswagen. Antes não. Enquanto o governador nos esmagava, nos injuriava, nos perseguia e nos ameaçava, todos os dentes eram cuidadosamente escovados para o sorriso que poderia valer um cargo, um favor, uma proteção. (...). (*Cinco de Março*, 9 de novembro de 1964).

Entretanto, o medo generalizado de um levante legalista – ou mesmo comunista – provocou um crescimento exponencial, em número e prestígio, da facção militar linha dura, a qual reivindicava de Castello Branco uma série de medidas que visavam aumentar o aparato repressivo e prolongar a duração do governo transitório, além da prisão de Mauro Borges. No dia 24 de novembro de 1964, diante do aumento da pressão e se antecipando aos militares linha dura, os quais haviam comunicado à imprensa que prenderiam Mauro Borges, desencadeando mais um ato de insubordinação; o ditador decide pela deposição do governador de Goiás. Dois dias depois, em solução negociada com Mauro Borges, Castello Branco publica o Decreto da Intervenção; oficializando a deposição e evitando uma crise com o poder judiciário e um conflito armado, visto que o filho de Ludovico possuía elevada aceitação popular e um contingente de mais de dois mil voluntários se aglomerava em torno do Palácio das Esmeraldas (SOUZA, 1990).

O *Folha de Goiaz*, único periódico situacionista que restara, demonstra insatisfação com a deposição de Mauro Borges:

IMPOPULARIDADE

Na discussão do projeto de intervenção em Goiás, disse o senador João Agripino que a Revolução está impopularizando-se diante da opinião pública por causa da ação de alguns militares que pretendem renovar o ato institucional para atingir grupos políticos ou os servidores que não puderam ser enquadrados nos IPM's.

(...)

O senador Pedro Ludovico, comentando a discussão do projeto, disse que se sentia constrangido diante do que ocorreu. Depois de salientar que o governador Mauro Borges foi vítima de uma trama urdida por inimigos políticos e militares, disse que a cassação do mandato do Sr. Mauro Borges se constituía na maior injustiça (*Folha de Goiaz*, 1º de dezembro de 1964).

Já o legalista *O Popular*, que havia se distanciado cada vez mais de Mauro Borges, realiza uma cobertura favorável acerca da deposição do herdeiro do ludoviquismo, dedicando uma edição extra que continha notícias e matérias referentes, em sua grande maioria, ao episódio da intervenção federal e privilegiando, em termos quantitativos e qualitativos, os discursos dos golpistas “linha dura” (*O Popular*, 28 de novembro de 1964). Ademais, em sua matéria principal, que ocupou todo o espaço da capa, dá voz exclusivamente ao Interventor Meira Matos e seus secretários:

MEIRA MATOS: VENHO REMOVER O QUISTO DE
SUBVERSÃO EM GOIÁS

O coronel Meira Matos anunciou oficialmente ao povo de Goiás a sua posse ao cargo de interventor federal em Goiás (...).

“Não estamos em solo de Goiás para cercear a liberdade de ninguém. O governador Mauro Borges está em liberdade e nada o impede de permanecer junto aos seus familiares e amigos. Está afastado do governo para que não persista em sua obra nefasta de auxiliar o comunismo, enganando o povo goiano que o honrou com a sua confiança”. Tais palavras foram pronunciadas pelo interventor, na proclamação que dirigiu ao povo (*O Popular*, 28 de novembro de 1964).

Assim como *O Popular*, o *Cinco de Março*, legalista em 1961, demonstra aprovação quanto à deposição de Mauro Borges, tal como se verifica em artigo assinado pelo próprio Batista Custódio:

Não tema, Mauro. Nem se alegre, Emival. O exército não apeou uma oligarquia do cangote estatal para amontar em sua garupa outra ainda mais ridicularizada, mais criticada, mais condenada, mais ultrapassada e indeferida até na cozinha dos próprios opositores que viram Totó cair e Pedro subir (*Cinco de Março*, 7 de dezembro de 1964).

Em tempos de polarização e crise política, o *Cinco de Março* buscou, a despeito do apadrinhamento de Nasser, construir uma imagem de baluarte do jornalismo independente, se afastando das oligarquias e dos extremos à esquerda e à direita, como se depreende do seu slogan que acompanhava o nome do jornal: “nem Washington, nem Moscou, nem Roma – tudo pelo Brasil!” (*Cinco de Março*, 7 de dezembro de 1964).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto inúmeros acontecimentos foram vistos como sinais, cada vez mais frequentes, da chegada de um novo tempo; outros foram encarados como pequenos desvios promovidos por determinados grupos político-partidários atrasados que insistiam em viver em um tempo anterior. Encaixam-se na primeira percepção, por exemplo, a criação de partidos e periódicos políticos, a realização de eleições diretas, o crescimento de Goiânia, a construção de Brasília e a aplicação de novas tecnologias no campo e na cidade. E na segunda, a existência de práticas políticas ilegais, muitas delas consideradas autoritárias e violentas.

Nesse sentido, os usos do futuro, pelos quais se valeram os periódicos político-partidários estudados, dependeram dos usos do passado, e por isso fora possível reivindicar o direito e o dever de memória. Isto é, a fim de mobilizarem seus leitores, os periódicos goianos os levaram à contemplação de um futuro melhor, pautado no ideal de progresso, que se aproximava; em contraposição à Primeira República, no caso do discurso dos periódicos ludoviquistas, ou ao Estado Novo, de acordo com a versão dos periódicos não ludoviquistas, que estaria no passado, cada vez mais distante, e representaria o atraso; proporcionando “o espetáculo que apresenta o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória – e de esquecimento” (RICOEUR, 2007: 17). Logo, esses usos do passado pelos periódicos goianos aconteceram no interior de uma trama política, na qual estava em jogo a disputa pelos poderes executivo e legislativo que concederia a um determinado grupo o direito de usufruir do monopólio da coerção física (WEBER, 1999).

Os periódicos *O Popular* e *Folha de Goiás*, que nasceram com o propósito de contribuir para a legitimação do Estado Novo, superaram todas as expectativas de crescimento e se tornaram, mais do que instrumentos, forças políticas capazes de influenciar nos resultados das eleições, atraindo e promovendo alianças e cisões político-partidárias. Os periódicos *O Social*, *Jornal do Povo*, *O Debate* e *Jornal de Notícias* buscaram seguir a receita de *O Popular* e *Folha de Goiás*, satisfazendo, criando e desenvolvendo as necessidades do maior número possível de leitores ao seccionar seus exemplares em colunas sobre política, sociedade, esportes, segurança pública, classificados, dentre outras. Todavia, estiveram longe dos resultados alcançados pelos dois grandes periódicos supracitados; talvez porque fossem órgãos oficiais de partidos políticos, o que poderia dificultar quanto à constituição de credibilidade junto aos leitores,

ou porque, devido à sólida liderança de *O Popular* e *Folha de Goiaz* no mercado de periódicos, os grupos político-partidários, quando chegavam ao poder, preferiam investir seus recursos na disputa pela aliança destes do que se arriscarem com os elevados custos necessários para expandir seus respectivos órgãos oficiais. Essa hipótese é corroborada pelo fato de que o governo udeno-coimbrista foi apoiado pelo *O Popular* em seu primeiro ano e pela *Folha de Goiaz* nos três anos restantes, enquanto que os governos pessedistas – que dispunham de maiores recursos econômico-financeiros, herdados do Estado Novo – foram apoiados por ambos durante todo o tempo, à exceção do periódico dos Câmara no último ano do governo de Mauro Borges. Em todo o caso, a questão da credibilidade tem a sua importância, pois o *Cinco de Março*, apesar de ter recebido investimentos de Alfredo Nasser, à época presidente do PSP em Goiás, não ostentava o título de órgão oficial de nenhum partido e buscava, com a publicação de matérias contundentes, tanto contra o governo de Mauro Borges quanto contra lideranças udenistas, transmitir uma imagem de independente, obtendo relativo sucesso junto aos leitores goianienses.

Esse envolvimento do periodismo goiano no jogo político provocou o surgimento de diversas leituras de um periódico em específico acerca de um determinado assunto ao longo do tempo e de distintas versões sobre o mesmo acontecimento. Quanto ao mandonismo, de acordo com *O Popular* e *Folha de Goiaz*, quando foram udeno-pessepistas, tratava-se de uma característica exclusiva do ludoviquismo e combatida pela coalizão antiludoviquista. Porém, quando tornaram-se pessedistas, a perspectiva se inverteu: o mandonismo passou a ser uma prática própria dos antiludoviquistas e combatida pelos ludoviquistas. Durante o governo do udenista Coimbra Bueno, era o periódico pessedista *O Social* que consumia todas as energias na denúncia das práticas mandonistas. Com o retorno do cacique pessedista Pedro Ludovico ao Palácio das Esmeraldas, esse papel passou a ser do periódico udenista *Jornal do Povo* e do periódico pessepista *Jornal de Notícias*.

Sobre os conflitos sociais no campo, havia uma certa negligência por parte de todos os periódicos estudados – à exceção do comunista *Estado de Goiaz*, não inserido na narrativa desta dissertação – quanto ao gesto de se conceder um lugar de fala para os camponeses, de modo que tal oportunidade era evitada ao máximo. Na Luta do Arrendo, que se iniciara e se desenvolvera durante boa parte do tempo durante o governo udeno-pessepista e envolvia autoridades pessedistas, esse esforço de silenciamento foi eficaz. Entretanto, na Revolta de Trombas e Formoso, evento ocorrido durante os governos pessedistas e deflagrado a partir da exploração perpetrada por próceres do PSD, os

periódicos oposicionistas aproveitaram-se da oportunidade para atingir seus adversários, denunciando os absurdos crimes cometidos e contribuindo para que o conflito repercutisse internacionalmente e tomasse proporções jamais vistas na história de Goiás.

A política de pacificação, quando proposta a fim de transferir a sede da Estrada de Ferro Goiás (EFG) de Araguari para Goiânia, fato que traria prestígio a Pedro Ludovico e a seu filho, fora aceita pelos periódicos ludoviquistas e rechaçada pelos periódicos antiludoviquistas. Quando proposta a partir da justificativa de colaborar com a construção de Brasília, fato que, diante da conjuntura política estabelecida à época, proporcionaria maior prestígio às lideranças ludoviquistas marginais e antiludoviquistas, fora atacada pelos periódicos ludoviquistas e defendida pelos periódicos antiludoviquistas.

Em relação à tentativa de golpe em 1961, o jornal *O Popular* – que atuava em prol dos governos de Mauro Borges (PSD) e João Goulart (PTB) – fora legalista desde o início, o jornal *Folha de Goiás* – situação a nível estadual e, devido ao anticomunismo chateaubriano, oposição a nível federal – tornou-se legalista somente após a resistência oferecida por Brizola – e o jornal *Cinco de Março* – pertencente à ala legalista das oposições coligadas – também fora legalista, pelo menos após a reviravolta brizolista, uma vez que não foi possível, pela ausência de exemplares, reconstituir sua atuação desde os primeiros dias de deflagração da crise. Já em relação ao golpe de 1964, a *Folha de Goiás* – que permaneceu aliada a Mauro Borges e contrária a Jango – foi a favor, *O Popular* – após a cisão entre PSD e PTB a nível nacional, a ruptura entre Pedro Ludovico e Jaime Câmara e a aliança deste com o PTB – se posicionou contra e o *Cinco de Março*, devido à ausência de fontes, torna-se uma incógnita. Em relação à deposição de Mauro Borges, a trama política se manteve: o situacionista *Folha de Goiás* atuou contra e os oposicionistas *O Popular* e *Cinco de Março* atuaram a favor. Ou seja, *O Popular* foi contra a tentativa de golpe em 1961 e o golpe de 1964 e a favor da deposição de Mauro Borges, a *Folha de Goiás* foi a favor da tentativa de golpe em 1961, da resistência brizolista que se seguiu e do golpe de 1964 e contra a deposição de Mauro Borges e o *Cinco de Março* foi a favor da resistência brizolista, do golpe de 1964 e da deposição do governador goiano. Essas aparentes incoerências demonstram que as atuações dos periódicos analisados foram orientadas não por convicções político-ideológicas mas por interesses político-partidários.

A historiografia que se debruça sobre o período republicano em Goiás reverberou, por muito tempo, o predomínio da farta documentação produzida pelos vencedores, seja

em obras memorialistas ou nos próprios periódicos, reforçando a imagem do ludoviquismo como um grupo político que combateu implacavelmente o mandonismo e trouxe o progresso material e moral para o Estado. Esta dissertação se afasta dessas interpretações tradicionais à medida que busca mapear o lugar de fala dos periódicos analisados, compreendendo a conjuntura política na qual estavam inseridos e a dificuldade de se reconstituir suas atuações diante de uma hegemonia que durou mais de três décadas. Muitos acontecimentos do recorte espaço-temporal escolhido neste trabalho puderam ser revisitados pelos historiadores apenas através das fontes ludoviquistas, uma vez que o referido grupo deteve o maior número e as melhores oficinas tipográficas, produzindo, por exemplo, uma quantidade considerável de periódicos que sobreviveu às vicissitudes do tempo. A incessante busca pelos poucos exemplares de periódicos não ludoviquistas existentes e a reconstituição de suas atuações a partir de um esforço interpretativo – verificado, inclusive, na análise dos debates políticos inscritos somente nos periódicos ludoviquistas – tornou possível a construção de uma narrativa que se distancia das narrativas provenientes da supracitada historiografia tradicional.

Portanto, além de possuir um caráter inédito, pelo fato de não existir, até então, uma pesquisa acadêmico-científica sobre o periodismo político-partidário goiano entre 1945 e 1964, esta dissertação contribui, graças aos pressupostos teórico-metodológicos adotados, com o surgimento de novas leituras acerca da história do periodismo goiano e da história política de Goiás. Não obstante, nossa expectativa é a de que este trabalho sirva de referência, principalmente por indicar uma perspectiva de análise profícua que poderá ser utilizada, seja na contestação desta versão, seja na reconstituição da atuação de muitos outros periódicos que, devido às limitações próprias da pesquisa histórica, ficaram de fora desta narrativa.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS

Arquivo Histórico Estadual (AHE)

Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás (BC/UFG)

Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC)

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)

FONTES

- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 6 de janeiro de 1960.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 8 de fevereiro de 1960.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 14 de março de 1960.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 1º de agosto de 1960.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 20 de novembro de 1960.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 27 de novembro de 1960.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 5 de dezembro 1960.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 11 de dezembro 1960.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 6 de janeiro de 1961.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 16 de janeiro de 1961.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 31 de janeiro de 1961.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 21 de fevereiro de 1961.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 16 de abril de 1961.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 14 de maio de 1961.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 24 de julho de 1961.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 7 de agosto de 1961.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 30 de setembro de 1961.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 7 de novembro de 1961.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 3 de dezembro de 1961.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 9 de dezembro de 1961.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 7 de janeiro de 1962.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 15 de janeiro de 1962.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 5 de fevereiro de 1962.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 26 de fevereiro de 1962.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 5 de março de 1962.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 17 de março de 1962.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 2 de abril de 1962.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 16 de abril de 1962.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 14 de maio de 1962.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 28 de maio de 1962.
- CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 11 de junho de 1962.

CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 2 de julho de 1962.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 23 de julho de 1962.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 6 de agosto de 1962.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 20 de agosto de 1962.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 2 de setembro de 1962.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 24 de setembro de 1962.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 1º de outubro de 1962.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 5 de novembro de 1962.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 12 de novembro de 1962.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 3 de dezembro de 1962.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 17 de dezembro de 1962.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 28 de janeiro de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 18 de fevereiro de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 4 de março de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 22 de abril de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 6 de maio de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 20 de maio de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 17 de junho de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 1º de julho de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 12 de agosto de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 2 de setembro de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 23 de setembro de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 7 de outubro de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 18 de novembro de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 16 de dezembro de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 30 de dezembro de 1963.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 27 de janeiro de 1964.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 10 de fevereiro de 1964.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 2 de março de 1964.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 20 de julho de 1964.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 10 de agosto de 1964.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 7 de setembro de 1964.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 28 de setembro de 1964.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 19 de outubro de 1964.

CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 9 de novembro de 1964.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 7 de dezembro de 1964.
CINCO DE MARÇO (Jornal). Goiânia, GO, 28 de dezembro de 1964.
DIÁRIO DA TARDE (Jornal). Goiânia, GO, 16 de março de 1957.
DIÁRIO DA TARDE (Jornal). Goiânia, GO, 8 de abril de 1957.
DIÁRIO DA TARDE (Jornal). Goiânia, GO, 8 de dezembro de 1958.
DIÁRIO DA TARDE (Jornal). Goiânia, GO, 15 de maio de 1959.
DIÁRIO DA TARDE (Jornal). Goiânia, GO, 20 de setembro de 1959.
DIÁRIO DA TARDE (Jornal). Goiânia, GO, 4 de abril de 1960.
DIÁRIO DA TARDE (Jornal). Goiânia, GO, 20 de março de 1961.
DIÁRIO DE GOIÁS (Jornal). Goiânia, GO, 21 de outubro de 2012.
DIÁRIO DO OESTE (Jornal). Goiânia, GO, 15 de janeiro de 1960.
DIÁRIO DO OESTE (Jornal). Goiânia, GO, 25 de fevereiro de 1960.
DIÁRIO DO OESTE (Jornal). Goiânia, GO, 20 de julho de 1960.
DIÁRIO DO OESTE (Jornal). Goiânia, GO, 8 de março de 1963.
DIÁRIO DO OESTE (Jornal). Goiânia, GO, 23 de abril de 1963.
DIÁRIO DO OESTE (Jornal). Goiânia, GO, 7 de novembro de 1963.
DIÁRIO DO OESTE (Jornal). Goiânia, GO, 14 de fevereiro de 1964.
ESTADO DE GOIÁS (Jornal). Goiânia, GO, 5 de setembro de 1951.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 10 de setembro de 1939.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 6 de abril de 1941.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 28 de fevereiro de 1943.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 4 de março de 1943.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 7 de março de 1943.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 11 de março de 1943.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 14 de março de 1943.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 25 de março de 1943.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 1 de abril de 1943.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 4 de abril de 1943.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 8 de abril de 1943.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 11 de abril de 1943.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 15 de abril de 1943.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 18 de abril de 1943.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 29 de abril de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 9 de maio de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 1 de agosto de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 5 de agosto de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 8 de agosto de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 12 de agosto de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 15 de agosto de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 19 de agosto de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 29 de agosto de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 2 de setembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 5 de setembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 12 de setembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 11 de novembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 14 de novembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 18 de novembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 2 de dezembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 5 de dezembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 9 de dezembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 12 de dezembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 19 de dezembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 23 de dezembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 25 de dezembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 30 de dezembro de 1943.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 5 de julho de 1944.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 16 de julho de 1944.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 20 de julho de 1944.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 23 de julho de 1944.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 30 de julho de 1944.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 12 de novembro de 1944.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 14 de dezembro de 1944.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 11 de janeiro de 1945.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 25 de janeiro de 1945.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 23 de julho de 1946.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 26 de julho de 1946.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 6 de agosto de 1946.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 22 de outubro de 1946.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 17 de agosto de 1947.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 19 de agosto de 1947.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 10 de outubro de 1947.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 18 de novembro de 1947.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 30 de novembro de 1947.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 2 de dezembro de 1947.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 3 de dezembro de 1947.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 11 de dezembro de 1947.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 13 de dezembro de 1947.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 1º de janeiro de 1948.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 25 de maio de 1948.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 22 de outubro de 1948.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 28 outubro de 1948.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 20 de março de 1949.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 26 de março de 1949.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 10 de agosto de 1949.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 4 de julho de 1951.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 5 de julho de 1951.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 30 de março de 1952.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 18 de janeiro de 1953.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 27 de março de 1953.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 21 de janeiro de 1954.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 21 de fevereiro de 1954.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 23 de fevereiro de 1954.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 24 de fevereiro de 1954.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 25 de fevereiro de 1954.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 3 de março de 1954.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 4 de março de 1954.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 24 de outubro de 1954.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 17 de dezembro de 1954.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 8 de janeiro de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 22 de janeiro de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 23 de janeiro de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 24 de janeiro de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 4 de fevereiro de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 21 de fevereiro de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 24 de março de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 2 de abril de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 31 de maio de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 17 de agosto de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 20 de agosto de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 18 de novembro de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 10 de dezembro de 1958.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 16 de janeiro de 1959.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 22 de fevereiro de 1959.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 27 de fevereiro de 1959.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 25 de março de 1959.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 31 de março de 1959.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 15 de abril de 1959.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 6 de maio de 1959.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 10 de julho de 1959.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 24 de julho de 1959.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 23 de outubro de 1959.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 18 de dezembro de 1959.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 20 de dezembro de 1959.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 13 de janeiro de 1960.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 29 de janeiro de 1960.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 30 de janeiro de 1960.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 14 de fevereiro de 1960.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 3 de março de 1960.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 18 de março de 1960.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 26 de março de 1960.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 14 de abril de 1960.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 27 de abril de 1960.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 18 de maio de 1960.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 12 de julho de 1960.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 14 de setembro de 1960.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 24 de fevereiro de 1961.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 23 de abril de 1961.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 30 de junho de 1961.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 23 de julho de 1961.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 25 de julho de 1961.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 30 de julho de 1961.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 16 de agosto de 1961.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 19 de agosto de 1961.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 27 de agosto de 1961.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 30 de agosto de 1961.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 12 de setembro de 1961.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 22 de setembro de 1961.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 27 de maio de 1962.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 22 de janeiro de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 1 de fevereiro de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 10 de fevereiro de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 28 de fevereiro de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 22 de março de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 27 de abril de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 23 de maio de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 8 de junho de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 24 de julho de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 31 de julho de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 27 de outubro de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 13 de novembro de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 15 de novembro de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 6 de dezembro de 1963.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 5 de janeiro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 30 de janeiro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 8 de fevereiro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 13 de fevereiro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 18 de fevereiro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 25 de fevereiro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 4 de março de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 5 de março de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 11 de março de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 13 de março de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 14 de março de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 20 de março de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 22 de março de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 27 de março de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 28 de março de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 29 de março de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 31 de março de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 1 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 4 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 8 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 9 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 10 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 11 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 14 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 15 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 16 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 18 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 19 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 21 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 24 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 26 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 28 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 29 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 30 de abril de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 10 de maio de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 17 de maio de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 1 de julho de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 3 de julho de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 15 de julho de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 22 de julho de 1964.
FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 26 de julho de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 20 de agosto de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 7 de outubro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 11 de outubro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 20 de outubro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 29 de outubro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 15 de novembro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 1 de dezembro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 2 de dezembro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 6 de dezembro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 12 de dezembro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 24 de dezembro de 1964.

FOLHA DE GOIAZ (Jornal). Goiânia, GO, 29 de dezembro de 1964.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 21 de setembro de 1952.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 26 de fevereiro de 1956.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 4 de abril de 1957.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 17 de novembro de 1957.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 3 de janeiro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 12 de janeiro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 17 de janeiro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 29 de janeiro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 2 de fevereiro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 14 de fevereiro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 26 de março de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 6 de abril de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 11 de abril de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 13 de abril de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 14 de maio de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 18 de maio de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 28 de maio de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 1º de junho de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 8 de junho de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 13 de junho de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 21 de junho de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 25 de junho de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 26 de junho de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 27 de junho de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 29 de junho de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 1º de julho de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 17 de julho de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 19 de julho de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 25 de julho de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 26 de julho de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 7 de agosto de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 8 de agosto de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 16 de agosto de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 17 de agosto de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 20 de agosto de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 21 de agosto de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 23 de agosto de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 24 de agosto de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 25 de agosto de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 30 de agosto de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 31 de agosto de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 2 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 5 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 6 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 7 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 9 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 10 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 11 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 12 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 13 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 14 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 16 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 17 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 18 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 19 de setembro de 1958.
JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 20 de setembro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 21 de setembro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 1 de outubro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 8 de outubro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 11 de dezembro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 13 de dezembro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 14 de dezembro de 1958.

JORNAL DE NOTÍCIAS (Jornal). Goiânia, GO, 16 de dezembro de 1958.

JORNAL DO POVO (Jornal). Goiânia, GO, 1º de fevereiro de 1946.

JORNAL DO POVO (Jornal). Goiânia, GO, 20 de junho de 1946.

JORNAL DO POVO (Jornal). Goiânia, GO, 24 de dezembro de 1949.

JORNAL DO POVO (Jornal). Goiânia, GO, 7 de janeiro de 1950.

JORNAL DO POVO (Jornal). Goiânia, GO, 14 de fevereiro de 1954.

O ANÁPOLIS (Jornal). Anápolis, GO, 18 de novembro de 1945.

O ANÁPOLIS (Jornal). Anápolis, GO, 9 de junho de 1949.

O ANÁPOLIS (Jornal). Anápolis, GO, 15 de fevereiro de 1951.

O ANÁPOLIS (Jornal). Anápolis, GO, 18 de fevereiro de 1954.

O ANÁPOLIS (Jornal). Anápolis, GO, 28 de fevereiro de 1954.

O ANÁPOLIS (Jornal). Anápolis, GO, 24 de abril de 1955.

O ANÁPOLIS (Jornal). Anápolis, GO, 21 de março de 1957.

O ANÁPOLIS (Jornal). Anápolis, GO, 13 de junho de 1957.

O ANÁPOLIS (Jornal). Anápolis, GO, 15 de maio de 1958.

O ANÁPOLIS (Jornal). Anápolis, GO, 17 de agosto de 1958.

O ANÁPOLIS (Jornal). Anápolis, GO, 31 de agosto de 1958.

O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 16 de abril de 1948.

O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 4 de maio de 1948.

O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 16 de maio de 1948.

O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 23 de maio de 1948.

O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 6 de junho de 1948.

O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 13 de junho de 1948.

O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 20 de junho de 1948.

O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 29 de junho de 1948.

O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 11 de julho de 1948.

O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 18 de julho de 1948.

O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 8 de agosto de 1948.

- O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 19 de setembro de 1948.
- O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 26 de setembro de 1948.
- O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 3 de outubro de 1948.
- O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 28 de outubro de 1948.
- O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 14 de novembro de 1948.
- O DEBATE (Jornal). Goiânia, GO, 18 de janeiro de 1949.
- O MOMENTO (Jornal). Goiânia, GO, 17 de novembro de 1953.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 19 de outubro de 1939.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 24 de outubro de 1939.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 29 de outubro de 1939.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 6 de agosto de 1940.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 8 de agosto de 1940.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 26 de janeiro de 1941.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 25 de outubro de 1942.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 19 de março de 1944.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 28 de setembro de 1944.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 25 de janeiro de 1945.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 1 de julho de 1945.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 5 de agosto de 1945.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 23 de agosto de 1945.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 26 de agosto de 1945.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 2 de setembro de 1945.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 9 de setembro de 1945.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 9 de junho de 1946.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 16 de junho de 1946.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 7 de novembro de 1946.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 11 de fevereiro de 1947.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 17 de agosto de 1947.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 3 de outubro de 1947.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 5 de outubro de 1947.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 30 de novembro de 1947.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 4 de dezembro de 1947.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 7 de dezembro de 1947.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 18 de dezembro de 1947.

- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 21 de dezembro de 1947.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 4 de janeiro de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 30 de maio de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 6 de junho de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 13 de junho de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 17 de junho de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 24 de junho de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 4 de julho de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 8 de julho de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 15 de julho de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 21 de outubro de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 24 de outubro de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 31 de outubro de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 4 de novembro de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 28 de novembro de 1948.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 16 junho de 1949.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 19 junho de 1949.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 3 de dezembro de 1950.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 7 de dezembro de 1950.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 6 de maio de 1951.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 15 de julho de 1951.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 16 de setembro de 1951.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 20 de setembro de 1951.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 14 de agosto de 1952.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 2 de outubro de 1952.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 22 de outubro de 1952.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 1º de novembro de 1952.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 29 de novembro de 1952.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 27 de março de 1953.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 21 de novembro de 1953.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 29 de novembro de 1953.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 14 de fevereiro de 1954.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 21 de fevereiro de 1954.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 24 de fevereiro de 1954.

O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 25 de fevereiro de 1954.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 26 de fevereiro de 1954.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 22 de setembro de 1954.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 24 de outubro de 1954.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 26 de outubro de 1954.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 9 de novembro de 1954
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 4 de abril de 1957.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 7 de abril de 1957.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 25 de abril de 1957.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 17 de janeiro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 25 de janeiro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 28 de janeiro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 2 de fevereiro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 16 de fevereiro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 1º de março de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 4 de março de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 5 de março de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 26 de março de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 27 de março de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 2 de abril de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 9 de abril de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 10 de abril de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 11 de abril de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 12 de abril de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 18 de abril de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 4 de maio de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 11 de maio de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 17 de maio de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 18 de maio de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 20 de maio de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 23 de maio de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 24 de maio de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 25 de maio de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 28 de maio de 1958.

O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 29 de maio de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 1º de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 3 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 7 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 8 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 10 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 13 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 15 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 17 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 18 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 20 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 25 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 26 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 27 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 28 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 29 de junho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 1º de julho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 2 de julho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 3 de julho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 15 de julho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 16 de julho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 17 de julho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 18 de julho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 19 de julho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 21 de julho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 24 de julho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 26 de julho de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 14 de agosto de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 16 de agosto de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 17 de agosto de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 20 de agosto de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 21 de agosto de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 22 de agosto de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 23 de agosto de 1958.

O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 24 de agosto de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 27 de agosto de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 30 de agosto de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 2 de setembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 4 de setembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 10 de setembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 13 de setembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 16 de setembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 2 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 9 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 10 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 11 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 12 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 14 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 15 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 16 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 17 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 18 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 19 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 21 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 22 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 23 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 24 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 26 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 28 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 29 de outubro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 1º de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 2 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 4 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 5 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 6 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 7 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 9 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 12 de novembro de 1958.

O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 13 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 15 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 18 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 19 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 20 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 21 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 22 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 23 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 25 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 26 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 27 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 28 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 30 de novembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 2 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 3 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 4 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 5 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 6 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 7 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 9 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 10 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 11 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 12 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 13 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 14 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 16 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 17 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 19 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 20 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 21 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 25 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 27 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 28 de dezembro de 1958.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 1º de fevereiro de 1959.

O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 3 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 4 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 6 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 7 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 8 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 10 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 12 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 14 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 15 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 17 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 19 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 20 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 22 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 24 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 25 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 26 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 27 de fevereiro de 1959.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 2 de fevereiro de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 11 de fevereiro de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 3 de março de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 19 de maio de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 3 de junho de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 4 de junho de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 8 de junho de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 11 de junho de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 14 de junho de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 2 de julho de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 7 de julho de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 22 de julho de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 3 de agosto de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 31 de agosto de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 1º de setembro de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 3 de setembro de 1960.
O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 6 de setembro de 1960.

- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 7 de setembro de 1960.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 9 de setembro de 1960.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 10 de setembro de 1960.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 13 de setembro de 1960.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 16 de setembro de 1960.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 17 de setembro de 1960.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 22 de setembro de 1960.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 24 de setembro de 1960.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 27 de setembro de 1960.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 30 de setembro de 1960.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 10 de novembro de 1960.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 1 de fevereiro de 1961.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 18 de maio de 1961.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 22 de agosto de 1961.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 27 de agosto de 1961.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 14 de outubro de 1961.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 19 de janeiro de 1962.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 18 de agosto de 1962.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 22 de setembro de 1962.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 30 de maio de 1963.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 15 de março de 1964.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 17 de março de 1964.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 26 de março de 1964.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 29 de março de 1964.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 31 de março de 1964.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 22 de novembro de 1964.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 25 de novembro de 1964.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 6 de dezembro de 1964.
- O POPULAR (Jornal). Goiânia, GO, 20 de dezembro de 1964.
- O SOCIAL (Jornal). Cidade de Goiás, GO, 21 de dezembro de 1933.
- O SOCIAL (Jornal). Cidade de Goiás, GO, 8 de fevereiro de 1934.
- O SOCIAL (Jornal). Cidade de Goiás, GO, 21 de junho de 1934.
- O SOCIAL (Jornal). Cidade de Goiás, GO, 4 de novembro de 1934.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 26 de abril de 1945.

- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 17 de maio de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 8 de julho de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 22 de julho de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 9 de agosto de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 29 de agosto de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 7 de setembro de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 23 de setembro de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 30 de setembro de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 11 de outubro de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 18 de outubro de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 25 de novembro de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 29 de novembro de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 23 de dezembro de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 30 de dezembro de 1945.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 6 de janeiro de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 20 de janeiro de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 28 de fevereiro de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 9 de março de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 17 de março de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 21 de abril de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 8 de junho de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 16 de junho de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 26 de junho de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 3 de outubro de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 27 de novembro de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 17 de dezembro de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 25 de dezembro de 1946.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 9 de janeiro de 1947.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 23 de maio de 1947.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 15 de agosto de 1947.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 7 de novembro de 1947.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 14 de novembro de 1947.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 8 de dezembro de 1947.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 16 de fevereiro de 1948.

O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 24 de fevereiro de 1948.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 5 de março de 1948.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 16 de março de 1948.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 10 de novembro de 1948.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 17 de novembro de 1948.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 23 de novembro de 1948.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 17 de dezembro de 1948.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 6 de janeiro de 1949.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 15 de janeiro de 1949.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 3 de fevereiro de 1949.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 11 de fevereiro de 1949.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 5 de março de 1949.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 9 de abril de 1949.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 30 de abril de 1949.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 9 de julho de 1949.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 16 de julho de 1949.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 22 de julho de 1949.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 15 de setembro de 1949.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 19 de novembro de 1949.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 13 de janeiro de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 4 de março de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 17 de maio de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 4 de agosto de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 11 de agosto de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 19 de agosto de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 26 de agosto de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 11 de setembro de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 13 de setembro de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 15 de setembro de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 25 de setembro de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 18 de novembro de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 15 de dezembro de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 23 de dezembro de 1950.
O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 20 de janeiro de 1951.

- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 1º de agosto de 1951.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 21 de dezembro de 1951.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 5 de março de 1952.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 1º de agosto de 1952.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 26 de março de 1953.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 15 de novembro de 1953.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 9 de janeiro de 1954.
- O SOCIAL (Jornal). Goiânia, GO, 27 de fevereiro de 1954.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *O anticomunismo na imprensa goiana: 1935-1964*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2003.
- ALMINO, João. *Os democratas autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na constituinte de 1946*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ARRAIS, C. P. A.. *Mobilidade discursiva*. 1. ed. Goiânia: UFG, 2013. 141p .
- AROSTEGUI, Julio. *La Historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza editorial, 2004.
- ASMAR, José. *Câmara Filho – O revoltoso que promoveu Goiás*. Goiânia: O Popular, 1989.
- _____. *Oposição também governa – Afredo Nasser na política estadual e nacional*. Goiânia: Edição do autor, 1994.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA. *Imprensa goiana – depoimentos para a sua história*. Goiânia: Cerne, 1980.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer – palavras e ação*. [Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BANDEIRA, Flávia Liziane Gonzales. “A Primeira República: os preceitos liberais e a práxis oligárquica”. *BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*. n. 2, v. 23, 2009.
- BARBOSA, Eurico. *Uma história da imprensa goiana*. Goiânia: Jornal Opção, 1º de dezembro de 2013.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BIROLI, Flávia. *Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2003.

- BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política : a filosofia política e as lições dos clássicos. [Org. Michelangelo Bovero; Trad. Daniela Beccaccia Versiani]. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: UFG, 1990.
- _____. *Goiás nos quadros da economia nacional*. Goiânia: UFG, 2001.
- BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- BRITTO, Francisco de. *Memórias de outro tempo (1904-1959)*. Goiânia: Abertura, 1980.
- CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: Cultura Goiana, 1973.
- CAMPOS, Francisco Itami. “A política tradicional: 1930 a 1960”. In: SOUZA, Dalva Borges de (org.). *Goiás: Sociedade & Estado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.
- _____; DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás*. Goiânia: Assembleia Legislativa de Goiás, 1996.
- CAMPOS JÚNIOR, Paulo Borges. *A transferência da sede da “Goiás” para Goiânia: 1954*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Estado Novo: Novas Histórias”. In: FREITAS, Marcos César Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A Revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: UFG, 1988.
- CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.
- CHAUL, Nasr Fayad (org.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Kelps, 1998.
- _____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG/UCG, 1997.
- COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de história*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- CONTART, Luiz. *Vellasco – paladino do socialismo*. Goiânia: Luiz Gonzaga Contart, 1995.

- CORRÊA, Elza Maria Staciari e. *A expansão de Goiânia: uma abordagem cartográfica (1933-1980)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de São Paulo; Curso de Pós-Graduação em Geografia, 1981.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- CUNHA, Bruno Domingues. *História da Esquerda em Goiás: 1960-1979*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2001.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder – O PTB de 1945 a 1965*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”. In: FERREIRA, Jorge; _____. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. [Trad. Ayeska Branca de Oliveira Faria]. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.
- FERREIRA, Jorge. “A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In: _____. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.
- _____. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: _____. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.
- FERNANDES, Clever Luiz & AQUINO, Reginaldo Lima de. *A UDN e o PSD goianos. Ensaio de história política (1945-1966)*. Goiânia: Kelps, 2005.
- _____. *História da UDN nas eleições em Goiás (1945-1966)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2002.
- FERNANDES, Marilena Julimar. *Pedro Ludovico Teixeira X Antônio (Totó) Ramos Caiado: Memórias, Ressentimentos, Esquecimentos e Silêncios (1930-1970)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2013.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

- FLEISCHER, David. *Deputados Brasileiros (1947-1967)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e Paixão: a saga dos Caiado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009. v. 2.
- GERTZ, René E. “Estado Novo: Um Inventário Historiográfico”. In: SILVA, José Luiz Werneck da. (Org.). *O Feixe e o Prisma: Uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- GIANI, Yuri Manzi. *Epistemologia da comunicação: Uma discussão sobre a dupla natureza do objeto comunicacional a partir de uma fenomenologia da comunicação*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2015.
- GODINHO, Iúri Rincon. *A história da propaganda em Goiás*. Goiânia: UCG / Contato Comunicação, 2006.
- GOMES, Ana Lúcia de Abreu. *Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956-1960)*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2008.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere – volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. [Org. Carlos Nelson Coutinho; Marco Aurélio Nogueira; Luiz Sérgio Henriques]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 2, p. 218.
- HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã – ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. [Trad. Rosina D'Angina]. São Paulo: Ícone, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. [Trad. Marcos Santarrita]. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- LACAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelecto y leer textos*. In: PALTÍ, Elías José. “Giro linguístico” e história intelectual. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

- LAHUERTA, Milton. *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- LAVAREDA, Antônio. *A Democracia nas Urnas: O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.
- LIMA, Filadelfo Borges de. *César Bastos, vida e obra*. Goiânia: O Popular, 1987.
- LIMA, Guimarães. *Goiás Libertado: O livro branco da Campanha democrática*. Rio de Janeiro: Agir., 1947.
- LOSSO, Tiago Bahia. *Estado Novo: discurso, instituições e práticas administrativas*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- LOUREIRO, Walderês Nunes. *O aspecto educativo da prática política: a Luta do Arrendo em Orizona*. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, 1982.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: UFG, 1990.
- MAIA, Cláudio Lopes. *Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso (1950-1960)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2008.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. [Trad. Maria Julia Goldwasser]. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MARQUES, Edmilson Ferreira. *Tecnologia, política e cultura na História do Rádio em Goiás (1950-1964)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2014.
- MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A invenção de Goiânia – o outro lado da mudança*. Goiânia: Editora Vieira, 2013.
- MOORE JR, Barrington. *As origens Sociais da ditadura e da democracia – senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOREIRA, Cleumar de Oliveira. *História política de Goiás: a dinâmica do desenvolvimento (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2000.
- MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro (1930-1960)*.

- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2007.
- NASSER, Consuelo. *Alfredo Nasser: o líder não morreu*. Goiânia: Líder, 1995.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.
- POULANTZAS, Nicos. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- RABELO, Francisco Chagas Evangelista. *Governo Mauro Borges: Tradicionalismo, planejamento e mobilização social em Goiás*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 1978.
- RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- REVEL, Jacques. “A biografia como problema historiográfico”. In: *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 235-264.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. [Tradução: Alain François] [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. *Tempo e Narrativa – Tomo III*. [Tradução: Roberto Leal Ferreira]. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- ROCHA, Hélio. *Os inquilinos da casa verde*. Goiânia: Nova Edição, 2004.
- ROMERO, Mariza. *Inúteis e perigosos – O “Diário da Noite” e a representação das classes sociais em São Paulo (1950-1960)*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- ROSA, Joaquim. *De Totó Caiado a Pedro Ludovico*. Goiânia: Oriente, 1980.
- _____. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Cultura, 1974.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*. [Trad. Estevão de Rezende Martins]. Brasília: Ed. da UNB, 2001.
- _____. *Reconstrução do Passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. [Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins]. Brasília: Ed. da UNB, 2007.
- SENADO FEDERAL. *Dados biográficos dos senadores de Goiás: 1826-1997*. 2.^a ed. Brasília: Senado Federal, 1997.

- SILVA, José Rogério da. *Condições de vida da classe trabalhadora na cidade de São Paulo durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.
- SILVA, José Santana da. *A CPT regional goiás e a questão sociopolítica no campo*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2003.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: UFG, 1997.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 10.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 512p.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SOUZA, Dalva Maria Borges de Lima Dias de. *1964 em Goiás: O ovo da serpente (Militares e proprietários de terras na gestação da Ditadura)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1990.
- _____. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2006.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.
- SOUZA, Rildo Bento de. *A História não perdoa os fracos*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015.
- SPINK, Mary Jane. *Práticas discursivas e produção de conhecimento no cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2004.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo: Difel, 1979.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- WALSH, William Henry. *Introdução à Filosofia da História*. [Tradução: Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WEBER, Max. Ensaio de sociologia. [Tradução de Waltensir Dutra]. 5.^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. Economia e Sociedade – fundamentos da sociologia compreensiva. [Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa]. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

ANEXOS

A

COMPOSIÇÃO PARLAMENTAR	
1ª Legislatura – de 22.03.1947 a 31.01.1951	
Deputado Estadual	Partido
01 - Abrahão Isaac Neto	PCB
02 - Afrânio Francisco de Azevedo	PCB
03 - Alberto Pinto Coelho	PSD
04 - Ary Frauzino Pereira	ED
05 - Balduino da Silva Caldas	PSD
06 - Benedito de Araújo Melo	PSD
07 - Benedito Vaz	PSD
08 - Diógenes Dolival Sampaio	UDN
09 - Félix Pereira Moura	UDN
10 - Francisco de Brito	UDN
11 - Gerson de Castro Costa	PSD
12 - Getulino Artiaga	PSD
13 - Joaquim Gilberto	ED
14 - Joaquim Gomes Filho	PSD
15 - José Camilo de Oliveira	UDN
16 - José Fleury	UDN
17 - José Gumercindo Marques Otero	UDN
18 - José Mendonça	UDN
19 - José Peixoto da Silveira	PSD
20 - José de Souza Porto	PSD
21 - Joviano Ribeiro	ED
22 - Misach Ferreira Júnior	PSD
23 - Plínio Abadia Gonzaga Jaime	ED
24 - Rafael Arcanjo do Nascimento	PSD
25 - Ruy Brasil Cavalcanti	UDN
26 - Sebastião Lobo	PSD
27 - Serafim de Carvalho	PSD
28 - Taciano Gomes de Melo	PSD

29 - Urquiza Fleury de Brito	UDN
30 - Vital Pereira Cabral	PSD
31 - Wilmar da Silva Guimarães	UDN
32 - Wison da Paixão	PSD

Tabela retirada do livro *O Legislativo em Goiás* (1996), de Francisco Itami Campos e Arédio Teixeira Duarte.

B

COMPOSIÇÃO PARLAMENTAR 2ª Legislatura – de 15.04.1951 a 31.01.1955	
Deputado Estadual	Partido
01 – Antônio Bertholdo de Souza	PSD
02 – Antônio José de Oliveira	UDN
03 – Antônio Lisboa Machado	UDN
04 – Antônio de Queiroz Barreto	PTB
05 – Berenice Teixeira Artiaga	PSD
06 – Clodoveu Alves de Castro	PSP
07 – Diógenes Dolival Sampaio	UDN
08 – Emival Ramos Caiado	UDN
09 – Felipe Santa Cruz Serradourada	PSD
10 – Floriano Gomes da Silva	PSD
11 – Gerson de Castro Costa	PSD
12 – Hélio Seixo de Brito	UDN
13 – Jahyr Abrão Estrela	PSD
14 – Jerônimo Pinheiro de Abreu	PSD
15 – João Netto de Campos	PSP
16 – João Pires Vieira	PTB
17 – José de Assis Moraes	UDN
18 – José Feliciano Ferreira	PSD
19 – José de Souza Porto	PSD
20 – Luís Ângelo Milazzo	PTB
21 – Manoel Demóstenes Barbo de Siqueira	UDN
22 – Maurício Neto Martins	PSD
23 – Nicanor de Faria e Silva	PSP
24 – Osmar Sampaio	UDN

25 – Pedro Celestino da Silva Filho	PSD
26 – Salviano de Jesus Guimarães	PSP
27 – Sebastião de Almeida Guerra	PSD
28 – Sebastião Gonçalves de Almeida	PSD
29 – Serafim de Carvalho	PSD
30 – Walfredo de Campos Maia	PSP
31 – Willmar da Silva Guimarães	UDN
32 – Wilson da Paixão	PSD

Tabela retirada do livro *O Legislativo em Goiás* (1996), de Francisco Itami Campos e Arédio Teixeira Duarte.

C

COMPOSIÇÃO PARLAMENTAR 3ª Legislatura – de 01.02.1955 a 31.01.1959	
Deputado Estadual	Partido
01 - Agenor Diamantino	PSD
02 - Almerinda M. Arantes	PTB
03 - Antônio José Oliveira	UDN
04 - Antônio L. Machado	UDN
05 - Antônio de Queiroz	PTB
06 - Antônio R. Monteiro	PTB
07 - Ary D. de Almeida	UDN
08 - Berenice T. Artiaga	PSD
09 - Clotário de Freitas	PSD
10 - Cylleneo França	PSD
11 - Edmundo J. M. Neto	UDN
12 - Felicíssimo E. S. Neto	UDN
13 - Francisco de Britto	UDN
14 - Gabriel C. Guimarães	PSP
15 - Gerson Castro Costa	PSD
16 - Jahyr Abrão Estrela	PSD
17 - Jerônimo P. de Abreu	PSD
18 - José Augusto Ferreira	UDN
19 - José Santos Freire	PSD
20 - Joviano R. Segóvia	PSP

21 - Lincoln Xavier Nunes	PSP
22 - Luiz A. Milazzo	PTB
23 - Mario Mendonça Neto	PSP
24 - Misach Costa Ferreira	PSD
25 - Natal G. de Araújo	PSD
26 - Nelson Siqueira	PSD
27 - Paulo Limírio Malheiro	PSP
28 - Pedro Celestino Filho	PSD
29 - Venerando F. Borges	PSD
30 - Waldir Castro Quinta	UDN
31 - Willmar Guimarães	UDN
32 - Wilson da Paixão	PSD

Tabela retirada do livro *O Legislativo em Goiás* (1996), de Francisco Itami Campos e Arédio Teixeira Duarte.

D

COMPOSIÇÃO PARLAMENTAR 4ª Legislatura – de 01.02.1959 a 31.01.1963	
Deputado Estadual	Partido
01 - Adail Viana Santana	UDN
02 - Adevaldo de Oliveira	PSD
03 - Almerinda M. Arantes	PTB
04 - Almir Turisco Araújo	PSD
05 - Ana Braga Queiroz	PSD
06 - Antônio Queiroz Barreto	PSD
07 - Ary Ribeiro Valadão	UDN
08 - Calixto Antônio	UDN
09 - Clepino A. de Araújo	PSD
10 - Clotário de Freitas	PSD
11 - Cristovam E. Santos	PTB
12 - Darcy Gomes Marinho	UDN
13 - Edson M. de Godoy	PSD
14 - Genésio Souza Reis	UDN
15 - Getúlio Vaz Costa	UDN
16 - Haroldo Silva Duarte	PTB

17 - João B. Rabelo	PSD
18 - João Juarez Bernades	PSP
19 - Joaquim B. A Cordeiro	PSP
20 - José Santos Freire	PSD
21 - José Souza Porto	PSD
22 - Luiz Fernando Silva	PTB
23 - Luziano Ferreira de Carvalho	PSD
24 - Nelson Castro Ribeiro	UDN
25 - Nelson Siqueira	PSD
26 - Pedro Celestino da Silva Filho	PSD
27 - Sebastião Arantes	PSD
28 - Tércio Caldas	PSD
29 - Venerando de Freitas Borges	PSD
30 - Vespasiano C. Ferreira	PSD
31 - Waldir do Espírito Santo Castro Quinta	UDN
32 - Wilson da Paixão	PSD

Tabela retirada do livro *O Legislativo em Goiás* (1996), de Francisco Itami Campos e Arédio Teixeira Duarte.

E

COMPOSIÇÃO PARLAMENTAR	
5ª Legislatura – de 01.02.1963 a 31.01.1967	
Deputado Estadual	Partido
01 – Adailton de Oliveira Moraes	PSD
02 – Almerinda Magalhães Arantes	PTB
03 – Almir Turisco de Araújo	PSD
04 – Anapolino Silvério de Faria	PSD
05 – Antônio Francisco de Almeida Magalhães	PSD
06 – Ary Ribeiro Valadão	UDN
07 – Clotário de Freitas	PSD
08 – Darcy Gomes Marinho	UDN
09 – Domingos Mendes da Silva	PSD
10 – Edmar de Souza Rezende	PSB
11 – Edson Monteiro de Godoy	PSD
12 – Elcival Ramos Caiado	PDC

13 – Eliézer José Penna	PSD
14 – Eurico Barbosa dos Santos	PSP
15 – Francisco Maranhão Japiassu	PSD
16 – Genésio Borges de Andrade	UDN
17 – Getúlio Vaz da Costa	UDN
18 – Gilberto Santana Filho	PTB
19 – Gustavo Balduino Santa Cruz	PDC
20 – Iris Rezende Machado	PSD
21 – Jayme Florentino de Farias	PSD
22 – João Abrahão Sobrinho	PSD
23 – João Carneiro de Castro Vaz	PDC
24 – João Netto de Campos	PDC
25 – Joaquim Baptista de Abreu Cordeiro	PSP
26 – Joaquim Olinto de Jesus Meirelles	PSP
27 – José Barbosa Reis	PSD
28 – José Edmar Brito Miranda	PSD
29 – José Porfírio de Souza	PSB
30 – José Sebba	PSD
31 – José Teodoro Rodrigues Filho	PSD
32 – Luziano Ferreira de Carvalho	PSD
33 – Olímpio Jayme	PSP
34 – Osires Teixeira	PSD
35 – Raimundo Santana Amaral	PTB
36 – Sebastião Arantes	PSD
37 – Sidney Ferreira	UDN
38 – Vespasiano da Costa Ferreira	PSD
39 – Walteno Cunha Barbosa	PSD